



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO – CIÊNCIAS DA NATUREZA -
LICENCIATURA**

Erechim-RS, março 2013



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, dois campi no Rio Grande do Sul – Cerro Largo e Erechim – e dois campi no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Avenida Getúlio Vargas, nº. 609, 2º andar/ Edifício Engemed
Bairro Centro - CEP 89812-000 – Chapecó/SC.

Reitor: Jaime Giolo

Vice-Reitor: Antonio Inácio Andrioli

Pró-Reitora de Graduação: João Alfredo Braida

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Vitório Trevisol

Pró-Reitor de Planejamento: Vicente de Paula Almeida Júnior

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Péricles Luiz Brustolin

Pró-Reitor de Cultura e Extensão: Geraldo Ceni Coelho

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretor de Campus: Juliano Paccos Caram

Coordenador Administrativo: Fabio Bulegon

Coordenador Acadêmico: Antônio Valmor de Campos

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de Campus: Edeimar Rotta

Coordenador Administrativo: Melchior Mallmann

Coordenador Acadêmico: Ivann Carlos Lago

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de Campus: Ilton Benoni da Silva

Coordenador Administrativo: Dirceu Benincá

Coordenador Acadêmico: Luís Fernando Santos Corrêa da Silva



Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretor de Campus: Paulo Henrique Mayer

Coordenador Administrativo: Fernando Zatt Schardosin

Coordenador Acadêmico: Cladir Teresinha Zanotelli

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de Campi: José Oto Konzen

Coordenador Administrativo: Jaci Poli

Coordenador Acadêmico: Clóvis Alencar Butzge



SUMÁRIO

Sumário

1. DADOS GERAIS DO CURSO.....	5
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	8
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	19
4 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO.....	21
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES.....	26
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	37
7 PERFIL DO EGRESSO.....	38
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	40
9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	123
10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	126
11 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	127
12 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	129
13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	131
14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	132
15 ANEXOS.....	135



1. DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Licenciatura

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do Curso: Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza - Licenciatura

1.4 Titulação: Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza

1.5 Local de oferta: *Campus* de Erechim

1.6 Número de vagas: 120 (anual) – dois ingressos com 60 vagas cada semestre

1.7 Carga-horária total: 3.390 horas (226 créditos)

1.8 Turno de oferta: Integral (Alternância)

1.9 Tempo Mínimo para conclusão do Curso: 4 anos

1.10 Tempo Máximo para conclusão do Curso: 8 anos

1.11 Carga horária máxima por semestre letivo: 40 créditos (600 horas)

1.12 Carga horária mínima por semestre letivo: 8 créditos (120 horas)

1.13 Coordenador do curso: Prof. Dr. Jerônimo Sartori

1.14 Forma de ingresso (Ingresso Especial - Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Licenciatura)

Entre os compromissos assumidos pela universidade Federal da Fronteira Sul, em prol da superação das desigualdades sociais e regionais, está o acesso e a permanência na Educação Superior, especialmente, da população mais excluída do campo e da cidade. A viabilização de tal compromisso requer também a construção de políticas diferenciadas de acesso.

No caso do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, procuramos concretizar o compromisso assumido, construindo coletivamente critérios de acesso. A partir de um seminário realizado com os movimentos sociais, instituições de educação da região, parceiros não só na viabilização e execução desta licenciatura, mas sujeitos ativos na criação e implantação da UFFS foram apontados princípios que devem nortear o ingresso neste curso de licenciatura.

Respeitando a especificidade do Edital PRONACAMPO/2012, de que o curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, deve atender as



especificidades da formação de docentes para atuar em escolas do campo, sendo que no ingresso “a prioridade é para aqueles professores que estão em efetivo exercício nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio das redes de ensino”. Dessa maneira, aliado à construção coletiva e participativa, entendemos que os sujeitos prioritários, neste processo devem estar envolvidos diretamente com a educação do campo, tanto formal como não-formal. Para tanto, a prioridade para o ingresso no curso respeitará a seguinte ordem:

- I. Educadores que não possuem curso de graduação, e estejam em atividade nas escolas/instituições no campo.
- II. Educadores em atividade, que possuam curso de graduação, mas não nesta área do conhecimento, e que atuem na área das Ciências da Natureza, nas escolas/instituições no campo.
- III. Educadores que atuam em processos formativos desenvolvidos por entidades ligadas a espaços educativos não-formais (sindicatos, movimentos sociais e outros).
- IV. Interessados na temática do campo, e nas Ciências da Natureza, que não possuam graduação e não estejam atuando na educação do campo.
- V. Para a classificação/definição dos candidatos, integrantes dos grupos I, II, III e IV acima elencados, serão considerados os seguintes critérios:
 - 1- São candidatos prioritários, os educadores sem habilitação específica para atuar na área; aqui entendidos, como sendo os professores da rede estadual e municipal de educação em atividade nas áreas/regiões mais afastadas da sede do município.
 - 2- Serão classificados os educadores já graduados e que atuam fora de sua área de formação, considerando para estes, também, o critério de maior distância da sede do município.
 - 3- Serão classificados os educadores que atuam em projetos educativos/formativos desenvolvidos por entidades ligadas a atividade agrária/agrícola, como movimentos sociais, sindicatos, cooperativas, FETRAF, etc. e que desenvolvam suas atividades nas áreas/regiões mais afastadas da sede do Município.
 - 4- Serão classificados os educadores que desenvolvam suas atividades nas escolas da área urbana dos municípios. A prioridade será para os educadores dos menores municípios da região. O índice utilizado para definir o tamanho do município será o populacional, baseado no censo divulgado pelo IBGE.



-
- 5- Todos os candidatos a uma vaga do curso deverão apresentar Memorial Descritivo.
 - 6- Todos os candidatos em exercício docente deverão apresentar atestado da mantenedora que comprove o tempo de magistério e a distância da escola em relação à sede do município.
 - 7- Os documentos referidos nos itens 5 e 6 servirão como critério de classificação.

* Alteração realizada conforme o Ato Deliberativo N° 1/2015 – CCIECCN/ER.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

No cenário educacional brasileiro, a chegada ao século XXI está intrinsecamente vinculada às conquistas democráticas expressas em seus documentos oficiais, e indiretamente ligada aos avanços concretos efetuados no sistema de ensino, em todos os níveis, dentre os quais merecem destaque a expansão da oferta de vagas, a sistematização de processos de avaliação e o decorrente compromisso com a busca de qualidade.

Entretanto, nota-se que no período atual a questão educacional passa a ser pautada a partir de um Plano Nacional de Educação - 2000-2010 (PNE) -, cujos objetivos vão além daqueles que orientaram suas primeiras concepções estabelecidas desde a década de 1930 - e de modo muito mais acentuado com a LDB 5692/71 e com a adesão à Teoria do Capital Humano, dos anos 70 e 80 -, que estiveram limitadas a conceber o desenvolvimento educacional em sua acepção econômica, ou seja, que o papel da educação estava circunscrito ao de agente potencializador do desenvolvimento econômico.

Os objetivos do PNE, publicado em 2001, buscam elevar o nível de escolaridade da população, melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, reduzir as desigualdades sociais e regionais no que concerne ao acesso do estudante à escola e à sua permanência nela, e em democratizar a gestão do ensino público. Assim, a concepção imanente ao plano que orienta o desenvolvimento da educação brasileira toma-a como base constitutiva da maturação de processos democráticos, o que indica uma mudança substantiva, porém somente realizável pela superação de problemas que persistem.

Neste sentido, não somente para a educação, mas na política nacional de um modo geral, buscou-se o diálogo mais sistemático com os movimentos sociais. Por vezes até mesmo se realizou a inserção indireta de alguns deles na estrutura do Estado. Apesar de controversa, é possível considerar essa estratégia como um passo, ainda que modesto, no horizonte da democratização do país.

Quanto ao ensino superior, os desafios que se apresentam ainda no século XXI correspondem à reduzida oferta de vagas nas instituições oficiais, a distribuição desigual das Instituições de Ensino Superior (IES) sobre o território nacional, e a descontrolada oferta de vagas no setor privado, comprometendo, dessa forma, a qualidade geral do ensino superior.

A busca pela superação desse quadro de carências foi gradualmente trabalhada nos últimos 10 anos. Ainda que não se tenham alcançado os objetivos almejados no momento da elaboração do



PNE, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) lograram participar do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com vistas a cumprir o que se pretendeu com o PNE. Todavia, durante o período do Plano, permanecemos distantes dos seus objetivos quanto ao número de jovens no ensino superior – de 30% – e da participação das matrículas públicas neste total – 40%. Os percentuais atingidos até o momento são de 12,1% e 25,9%, respectivamente¹.

Por meio da adesão das IFES ao REUNI, estabeleceu-se uma política nacional de expansão do ensino superior, almejando alcançar a taxa de 30% de jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior, aumentar para 90% a taxa de conclusão de cursos de graduação, e atingir a relação de 18 alunos por professor nos cursos presenciais. Todavia, aspectos qualitativos também foram considerados, quais sejam: a formação crítica e cidadã do graduando e não apenas a formação de novos quadros para o mercado de trabalho; a garantia de qualidade da educação superior por meio do exercício pleno da universidade no que tange às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão; a oferta de assistência estudantil; sem esquecer da interface com a educação básica, que tem suscitado o fortalecimento das licenciaturas.

Dentre as mobilizações pela educação superior, houve aquelas que reivindicavam a expansão das IFES, especialmente no interior dos estados, pois nesses espaços o acesso ao ensino superior implicava dispêndios consideráveis, sejam financeiros, quando se cursava uma universidade privada, sejam de emigração, quando se buscava uma universidade pública próxima aos grandes centros.

Contudo, para cotejar aspectos indicativos das transformações na e da educação superior brasileira na primeira década do século XXI é imprescindível destacar que novas contradições emergiram como resultados do enfrentamento, ainda tateante, de questões estruturais neste âmbito, e que estas merecem ser abordadas com o necessário vigor democrático para contemplar as adversidades resultantes da pluralidade de concepções acerca do papel que a educação e a universidade devem cumprir para o nosso país.

Neste contexto de reivindicações democráticas, a história da Universidade Federal da Fronteira Sul começa a ser forjada nas lutas dos movimentos sociais populares da região. Lugar de denso tecido de organizações sociais e berço de alguns dos mais importantes movimentos populares do campo do país, tais características contribuíram para a formulação de um projeto de universidade

¹<http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento>



e para sua concretização. Entre os diversos movimentos que somaram forças para conquistar uma universidade pública e popular para a região, destacam-se a Via Campesina e Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade.

Inicialmente proposta de forma independente nos três estados, a articulação de uma reivindicação unificada de uma universidade pública para toda a região - a partir de 2006 - deu um impulso decisivo para sua conquista.

A Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL e seu entorno possui características específicas que permitiram a formulação de um projeto comum de universidade. É uma região com presença marcante da agricultura familiar e camponesa e a partir da qual se busca construir uma instituição pública de educação superior como ponto de apoio para repensar o processo de modernização no campo, que, nos moldes nos quais foi implementado, foi um fator de concentração de renda e riqueza.

Para fazer frente a esses desafios, o Movimento Pró-Universidade apostou na construção de uma instituição de ensino superior distinta das experiências existentes na região. Por um lado, o caráter público e gratuito a diferenciaria das demais instituições da região, privadas ou comunitárias, sustentadas na cobrança de mensalidades. Por outro lado, essa proposta entendia que para fazer frente aos desafios encontrados, era preciso mais do que uma universidade pública, era necessário a construção de uma universidade pública e popular.

Esse projeto de universidade aposta na presença das classes populares na universidade e na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário para a região, tendo como seu eixo estruturador a agricultura familiar e camponesa. Busca, portanto, servir à transformação da realidade, opondo-se à reprodução das desigualdades que provocaram o empobrecimento da região.

Como expressão de seu processo de discussão, o movimento pró-universidade forjou a seguinte definição que expressa os pontos fundamentais de seu projeto, servindo como base a todo o processo de construção da UFFS:

O Movimento Pró-Universidade propõe uma Universidade Pública e Popular, com excelência na qualidade de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos na identificação, compreensão, reconstrução e produção de conhecimento para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País, tendo na agricultura



familiar e camponesa um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento (UFFS, 2008, p.9)².

Desde o início a universidade foi pensada como uma estrutura *multicampi*, para que esta pudesse melhor atingir seus objetivos. Para o estabelecimento dos *campi* foram considerados diversos fatores, entre os quais: a presença da agricultura familiar e camponesa e de movimentos sociais populares, a distância das universidades federais da região sul, e a carência de instituições federais de ensino, a localização, o maior número de estudantes no Ensino Médio, o menor IDH, a infra-estrutura mínima para as atividades e a centralidade na Mesorregião. Ao final foram definidos os *campi* de Chapecó-SC (sede), Erechim-RS e Cerro Largo-RS, Realeza-PR e Laranjeiras do Sul-PR, já indicando possibilidades de ampliações futuras.

Neste sentido, o processo de luta pela criação da UFFS foi e tem sido a expressão concreta de parte da democratização brasileira, na medida em que, ao atender reivindicações populares, prioriza a expansão da educação superior pública e gratuita em uma região historicamente negligenciada, possibilitando que as conquistas democráticas e populares adquiram mais força.

Como resultado da mobilização das organizações sociais, o MEC aprovou, em audiência realizada em 13 de junho de 2006, a proposta de criar uma Universidade Federal para o Sul do Brasil, com abrangência prevista para o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade.

Com o projeto delineado pela Comissão Pró-Universidade, nova audiência com o Ministro de Estado da Educação ocorreu em junho de 2007. Na ocasião, o ministro propôs ao Movimento Pró-Universidade Federal a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET). Todavia, os membros do Movimento defenderam a ideia de que a Mesorregião da Fronteira Sul necessitava de uma Universidade, pois se tratava de um projeto de impacto no desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da macrorregião sul, além de proporcionar investimentos públicos expressivos no único território de escala mesorregional ainda não contemplado com serviços desta natureza. Diante disso, decidiu-se pela criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto, que teria a participação de pessoas indicadas pelo Movimento Pró-Universidade Federal e por pessoas ligadas ao Ministério da Educação.

2UFFS. Relatório das atividades e resultados atingidos. Grupo de trabalho de criação da futura universidade federal com campi nos estados do PR, SC e RS. Março de 2008.



Durante todo o processo de institucionalização da proposta da Universidade, o papel dos movimentos sociais foi decisivo. Em agosto, mais de quinze cidades que fazem parte da Grande Fronteira da Mesorregião do Mercosul, realizaram, concomitantemente, atos públicos Pró-Universidade, ocasião em que foi lançado o *site* do Movimento: www.prouniversidade.com.br. No Oeste catarinense, a mobilização ocorreu nas cidades de Chapecó, Xanxerê, Concórdia e São Miguel do Oeste. No Norte do Rio Grande do Sul, aconteceram panfletagem e manifestações nos municípios de Erechim, Palmeira das Missões, Espumoso, Sananduva, Três Passos, Ijuí, Sarandí, Passo Fundo, Soledade, Marau, Vacaria e Lagoa Vermelha. No Sudoeste do Paraná, as cidades de Francisco Beltrão e Laranjeiras do Sul realizaram seus atos públicos anteriormente.

Em outubro de 2007, o Ministro de Estado da Educação firma o compromisso do Governo em criar a Universidade. A partir disso e das discussões empreendidas pelo Movimento Pró-Universidade, a Secretaria de Educação Superior designa a Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e dos Cursos por meio da Portaria MEC nº 948, de 22 de novembro de 2007. O Grupo de Trabalho definiu o Plano de Trabalho e os critérios para definição da localização das unidades da Universidade. Além disso, a orientação para que a nova universidade mantivesse um alto nível de qualidade de ensino, de pesquisa e de extensão sempre foi uma preocupação no processo de constituição e consolidação da IES.

O Ministério da Educação publica, em 26 de novembro, a Portaria 948, criando a Comissão de Projetos da Universidade Federal Fronteira Sul, a qual teve três meses para concluir os trabalhos. Em 3 de dezembro, em uma reunião do Movimento Pró-universidade, em Concórdia, o grupo decide solicitar ao Ministério da Educação que a nova universidade tenha sete *campi*. O MEC, todavia, havia proposto três: um para o Norte gaúcho, outro para o Oeste catarinense e o terceiro para o Sudoeste do Paraná. Chapecó/SC foi escolhida para sediar a universidade pela posição centralizada na área abrangida.

Em 12 de dezembro, pelo projeto de Lei 2.199-07, o ministro da Educação anunciou a criação da Universidade Federal para Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul (UFMM) em solenidade de assinatura de atos complementares ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PDE), no Palácio do Planalto, em Brasília.

Ainda em dezembro, a Comissão definiu a localização das unidades da Universidade – Erechim e Cerro Largo, no Rio Grande do Sul; Chapecó, em Santa Catarina; Realeza e Laranjeiras do Sul, no Paraná - e iniciou uma discussão sobre áreas de atuação da Instituição e seus respectivos



cursos de graduação. Nessa reunião, os representantes do Movimento Pró-Universidade discutiram a localização da sede e dos *campi*, perfil, estrutura curricular, áreas de atuação e critérios para definição do nome da universidade.

A última reunião da Comissão, realizada em 21 e 22 de fevereiro de 2008, na UFSC, tratou da apreciação de recursos quanto à localização das unidades; processo, demandas e datas a serem cumpridas; áreas de atuação e cursos. Nessa reunião, a Comissão de projeto apreciou pedido de impugnação da Central do Estudante e Comitê Municipal de Santo Ângelo-RS em relação à localização do *campus* das Missões em Cerro Largo. O Movimento Pró-Universidade Federal havia proposto um *campus* para a Região das Missões e, a partir disso, os movimentos sociais definiram um processo que culminou com a decisão por Cerro Largo para sediar um dos *campi*. A Comissão de Projeto, em 13 de dezembro de 2007, homologou a decisão, considerando que todos os critérios definidos para fins de localização das unidades são regionais e não municipais. O pedido de impugnação toma como base os critérios de localização propostos no projeto elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria 352/GR/UFSC/2006. Naquele Projeto, os critérios de localização tomam como base o município, diferente dos critérios definidos, que tomam como base a região. A Comissão de Projeto definiu por referendar a decisão tomada em 13 de dezembro de 2007 e a cidade de Cerro Largo foi mantida como sede do *campus* missioneiro.

A Comissão também apreciou o pedido de revisão quanto à localização dos *campi* do Paraná. Recebeu e ouviu uma representação do Sudoeste do Paraná, que questionou a escolha por Laranjeiras do Sul, pelo fato do município estar fora da Mesorregião. Em resposta, a Comissão considerou os manifestos encaminhados ao MEC e todas as exposições feitas nos debates anteriores nos quais ficava evidente que a nova Universidade se localizaria na Mesorregião Fronteira Sul e seu entorno. Nesse sentido, a Região do Cantuquiriguaçu (PR), onde está Laranjeiras do Sul, faz parte do território proposto, não havendo, pois razão para rever a decisão tomada em 13 de dezembro de 2007.

Em março de 2008, o Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal da Fronteira Sul finalizou sua tarefa. Em 16 de julho, o Presidente da República assina o Projeto de Lei de criação da Universidade da Mesorregião, no Palácio do Planalto, em Brasília, para enviar ao Congresso Nacional. O PL 3774/08 (que cria a UFFS) é aprovado em 12 de novembro pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.



Em 4 de dezembro, uma comitiva dos três estados da Região Sul esteve em audiência na secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), buscando agilizar os trâmites para a implantação da UFFS. Ficou acertado que as aulas deveriam iniciar no primeiro semestre de 2010. Perseguindo essa meta, o Ministro da Educação, em 11 de fevereiro de 2009, deu posse à Comissão de Implantação da UFFS (Portaria nº 148).

Na definição dos cursos de graduação, a Comissão de Implantação da UFFS priorizou as áreas das Ciências Agrárias e das Licenciaturas, tendo em vista a importância da *agroecologia* para a Região, a necessidade de tratamento dos dejetos, os problemas ambientais gerados pelas agroindústrias, as perspectivas da agricultura familiar e camponesa, e a sua centralidade no projeto de desenvolvimento regional proposto pela Instituição etc.; já o foco nas licenciaturas se justifica pela integração às políticas do governo federal de valorizar as carreiras do magistério. Nessa referência, em maio de 2009, foram construídas as primeiras versões dos projetos pedagógicos dos cursos. Em maio de 2009 foram definidas as primeiras versões dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

No âmbito da graduação, além das atividades de extensão e de pesquisa, o currículo foi organizado em torno de um domínio comum, um domínio conexo e um domínio específico. Tal forma de organização curricular tem por objetivo assegurar que todos os estudantes da UFFS recebam uma formação ao mesmo tempo cidadã, interdisciplinar e profissional, possibilitando aperfeiçoar a gestão da oferta de disciplinas pelo corpo docente e, como consequência, ampliar as oportunidades de acesso à comunidade.

Em julho, a Comissão de Implantação da UFFS decide usar o Enem – Exame Nacional do Ensino Médio – no processo seletivo, acompanhado de bônus para estudantes das escolas públicas (Portaria nº 109/2009). Para atender ao objetivo expresso no PPI de ser uma “Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade”, a Comissão aprofunda a discussão sobre uma política de bônus que possibilite a democratização do acesso dos estudantes das escolas públicas da região à IES.

No dia 18 de agosto, a criação da UFFS é aprovada pela Comissão de Justiça do Senado e, no dia 25, é aprovada na Comissão de Educação do Senado Federal. Após um longo processo, a lei 12.029 de 15 de setembro de 2009, assinada pelo Presidente da República, criou a Universidade



Federal da Fronteira Sul, concretizando, desta forma, o trabalho do Movimento Pró-Universidade alicerçado na demanda apontada pelos movimentos sociais dos três estados da região sul.

A promulgação da lei fez intensificar as atividades de estruturação da nova universidade, já que havia a meta de iniciar as atividades letivas no primeiro semestre de 2010. Em 21 de setembro de 2009, o Ministro da Educação designou o professor Dilvo Ristoff para o cargo de reitor *pro-tempore* da UFFS. A posse aconteceu no dia 15 de outubro de 2009 em cerimônia realizada no Salão de Atos do Ministério da Educação, em Brasília. A partir desse momento, as equipes de trabalho foram constituídas e ao longo do tempo definiram-se os nomes para constituir as pró-reitorias e as diretorias gerais para os *campi* de Erechim (RS), Cerro Largo (RS), Realeza (PR) e Laranjeiras do Sul (PR).

O mês de outubro de 2009 foi marcado por tratativas e definições acerca dos locais com caráter provisório para o funcionamento da universidade em cada *campus*. Também são assinados contratos de doação de áreas e são firmados convênios entre municípios para a compra de terrenos. Para agilizar questões de ordem prática, é feito um plano de compras de mobiliário e equipamentos para equipar a reitoria e os cinco *campi*, o qual foi entregue no Ministério da Educação. As primeiras aquisições foram realizadas em dezembro, mês em que foi realizada a compra dos primeiros 12 mil exemplares de livros para as bibliotecas da instituição.

O primeiro edital para seleção de professores foi publicado no Diário Oficial da União em 2 de outubro de 2009. Aproximadamente três mil candidatos se inscreveram para o concurso público que selecionou 165 professores para os cinco *campi* da universidade. Já a seleção dos primeiros 220 servidores técnicos administrativos foi regida por edital publicado no Diário Oficial da União em 3 de novembro de 2009. Quase 6000 candidatos inscreveram-se para as vagas disponibilizadas. A nomeação dos primeiros aprovados nos concursos acontece no final de dezembro de 2009.

A instalação da Reitoria da UFFS na cidade de Chapecó (SC) ocorreu oficialmente em 1º de março de 2010. Até então o gabinete do reitor esteve localizado junto à UFSC (tutora da UFFS). Em 11 de março foi realizada uma cerimônia para apresentação da reitoria à comunidade regional.

Com muita expectativa, no dia 29 de março de 2010, deu-se início ao primeiro semestre letivo. Simultaneamente, nos cinco *campi*, os 2.160 primeiros alunos selecionados com base nas notas do Enem/2009 e com bonificação para os que cursaram o ensino médio em escola pública, foram recepcionados e conheceram os espaços provisórios que ocuparão nos primeiros anos de vida acadêmica. Essa data simboliza um marco na história da Universidade Federal da Fronteira Sul. Em



cada *campus* foi realizada programação de recepção aos estudantes com o envolvimento de toda comunidade acadêmica. O primeiro dia de aula constituiu-se num momento de integração entre direção, professores, técnicos administrativos, alunos e lideranças locais e regionais.

Desde a chegada dos primeiros professores, um trabalho intenso foi realizado no sentido de finalizar os projetos pedagógicos dos cursos (PPCs). Importante salientar que o processo de construção coletiva dos PPCs iniciou ainda em 2009, quando foram convidados docentes de outras universidades, os quais delinearão o ponto de partida para elaboração dos dezenove projetos pedagógicos referentes aos cursos oferecidos pela UFFS no ano de 2010. Já com a chegada dos primeiros docentes concursados pela instituição, as discussões passaram a incorporar experiências e sugestões desse grupo de professores. A partir de então, a formatação dos PPCs ficou sob responsabilidade dos colegiados de curso. A organização e as definições dos projetos pedagógicos estiveram pautadas em torno de três eixos: (1) Domínio comum; (2) Domínio Conexo e (3) Domínio Específico, sendo levadas em consideração propostas de cunho multi e interdisciplinar. Por se constituir numa universidade *multicampi*, um dos desafios, nesse momento, foi a sistematização das contribuições dos colegiados de curso que são ofertados em mais de um *campus* da instituição. O trabalho foi concluído com êxito.

Outro momento importante da UFFS foi o processo de elaboração do Estatuto Provisório da instituição. Esse processo ocorreu de forma participativa, envolvendo professores, técnicos administrativos e estudantes de todos os *campi*. Estabeleceu-se um calendário intenso de discussões e ponderações acerca dos pontos que constituem o documento. No final do processo, uma plenária aprovou o estatuto que foi, então, enviado ao MEC. A UFFS foi concebida de modo a promover o desenvolvimento regional integrado, a partir do acesso à educação superior de qualidade e a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão voltados para a interação e a integração das cidades e estados que fazem parte da grande fronteira do Mercosul e seu entorno. Nesse sentido, ao longo do primeiro semestre letivo, aconteceu a I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (I COEPE) com o tema “Construindo Agendas e Definindo rumos”. Mais uma vez, toda a comunidade acadêmica esteve envolvida. O propósito fundamental da conferência foi aprofundar a interlocução entre a comunidade acadêmica e as lideranças regionais, com o intuito de definir as políticas e as agendas prioritárias da UFFS no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. As discussões ocorridas na conferência foram organizadas em onze fóruns temáticos realizados em cada um dos *campi* da universidade: (1) Conhecimento, cultura e formação Humana; (2) História e memória regional; (3)



Movimentos Sociais, cidadania e emancipação; (4) Agricultura familiar, *agroecologia* e desenvolvimento regional; (5) Energias renováveis, meio ambiente e sustentabilidade; (6) Desenvolvimento regional, tecnologia e inovação; (7) Gestão das cidades, sustentabilidade e qualidade de vida; (8) Políticas e práticas de promoção da saúde coletiva; (9) Educação básica e formação de professores; (10) Juventude, cultura e trabalho; (11) Linguagem e comunicação: interfaces. Após quatro meses de discussões, envolvendo os cinco campi da UFFS e aproximadamente 4.000 participantes (docentes, técnico-administrativos, estudantes e lideranças sociais ligadas aos movimentos sociais), a I COEPE finalizou os trabalhos em setembro de 2010, aprovando em plenária o Documento Final, que estabelece as políticas norteadoras e as ações prioritárias para cada uma das áreas-fim da UFFS (ensino, pesquisa e extensão).

Finalizada a COEPE, diversas ações começaram a ser empreendidas com o propósito de implementar as políticas e as ações firmadas no Documento Final. Entre as ações, cabe destacar o “Plano de Desenvolvimento da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFFS” e as “Diretrizes para a Organização das Linhas e dos Grupos de Pesquisa da UFFS”, cujos processos encontram-se em andamento e resultarão na implantação dos primeiros cursos de mestrado e de doutorado.

Com apenas um ano de existência muitas conquistas foram realizadas. No entanto, vislumbra-se um longo caminho a ser percorrido. Muitas etapas importantes já foram realizadas, algumas precisam ser consolidadas e outras serão definidas e construídas ao longo dos anos. Os espaços físicos começam a ser edificados, projetos de pesquisa e de extensão estão sendo desenvolvidos pelos docentes, e futuros cursos de pós-graduação começam a ganhar forma. O importante é o comprometimento e a capacidade de trabalhar colaborativamente, até então demonstrados por todos os agentes envolvidos neste processo. Muito mais que colocar em prática ideias e processos já pensados, tais agentes são responsáveis por construir uma universidade pública e popular, desenvolvendo ações para o desenvolvimento regional e para a consolidação da UFFS na grande região da fronteira sul.

Angela Derlise Stübe
Antonio Alberto Brunetta
Antonio Marcos Myskiw
Leandro Bordin
Leonardo Santos Leitão
Vicente Neves da Silva Ribeiro





3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Prof. Dr. Jerônimo Sartori

3.2 Equipe de elaboração:

Prof. Ms. Anibal Lopes Guedes

Prof^ª Ms. Ana Maria de Oliveira Pereira

Técnica em Assuntos Educacionais Elisabete Cristina Hammes

Prof. Dr. Emerson Neves da Silva

Prof. Ms. Iloir Gaio

Prof^ª Dr^ª Isabel Rosa Gritti

Prof. Dr. Jerônimo Sartori

Prof. Dr. Luis Fernando Santos Corrêa da Silva – Coordenador Acadêmico

Pedagogo Ms. Marcelo Luis Ronsoni

Prof. Ms. Márcio Freitas Eduardo

Prof^ª Ms. Naira Estela Roesler Mohr

Prof. Dr. Rodrigo Dal Bosco Fontana

Pedagoga Tatiana Peretti

Prof. Ms. Ulisses Pereira de Mello

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Diretor de Organização pedagógica: Professor Derlan Trombetta

Pedagogas: Dariane Carlesso, Adriana Folador e Neuza Maria Franz

Técnico em Assuntos Educacionais: Alexandre Luis Fassina

Revisor: Robson Luiz Wazlawick (revisão referências).

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

Conforme a Resolução da CONAES N^o 1 de 17 de junho de 2010 e respectivo Parecer N^o 4 de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE de um curso de graduação constitui-se de um grupo de professores, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.



O NDE do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, será indicado assim que o corpo docente do curso estiver definido, ou seja, após a aprovação do PPC pela Câmara de Graduação e a publicação da devida Resolução (conforme a Resolução nº 001/2011 CONSUNI/CGRAD), bem como pela indicação dos professores já concursados e em exercício na instituição e dos que ingressarem no curso por concurso específico.

3.4.1 Núcleo Docente Estruturante

Nome do Professor	Titulação principal	Domínio
		Conexo
		Comum
		Específico
		Específico

Quadro 1: Composição do Núcleo Docente Estruturante do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Licenciatura.



4 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO

A história de criação da UFFS está profundamente relacionada com as lutas dos movimentos sociais populares da região. Lugar de denso tecido de organizações sociais e berço de alguns dos mais importantes movimentos populares do campo do país, tais características contribuíram para a formulação de um projeto de universidade e para sua concretização.

Neste sentido, o processo vivenciado na construção desta universidade se aproxima ao método que originou no que conhecemos como **Educação do Campo**, que como afirma Caldart: “Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A educação *do* campo não é *para* nem apenas *com*, mas sim *dos* camponeses” (2012, p. 263).

O debate em torno da Educação do Campo, que tomou força a partir dos anos de 1990, sobretudo com o protagonismo dos movimentos sociais, elegeram o que se tornariam os elementos fundamentais de discussão: Campo, Educação e Políticas Públicas.

Mas, todo esse acúmulo foi para além da construção conceitual, promovendo mudanças significativas, embora ainda insuficientes, no desenvolvimento de experiências educacionais e a construção de princípios e elementos orientadores que podem subsidiar a elaboração de projetos, fundamentados em teorias educacionais já existentes como, por exemplo, a Educação Popular, a Pedagogia Histórico-Crítica, autores da Pedagogia Socialista e a própria construção de “Pedagogias da Educação do Campo”.

Outro aspecto fundamental, fruto da organização popular foi na esfera da garantia dos direitos. Se atualmente torna-se possível a proposição de cursos que reformulam a concepção de tempos e espaços educativos, problematizando e modificando metodologias e estruturas curriculares, é porque este espaço foi conquistado. Amparados na concepção de uma educação que possa permitir o acesso, a permanência e a relação prática-teoria-prática vivenciada no próprio ambiente social e cultural dos estudantes é que propomos a organização deste curso.

Numa observação mais apurada do contexto regional, observamos dados relativos aos 31 municípios mais próximos do Campus Erechim, municípios estes que agregam a Associação dos Municípios do Alto Uruguai - AMAU. Em relação ao local de residência verifica-se que dezessete (17) municípios apresentam mais de 50% de sua população residindo no campo, seis (6) municípios



entre 40% e 50 % de sua população residindo no campo e oito (8) com menos de 40% de sua população no campo.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2010) acerca do tamanho das propriedades rurais, observamos que a Microrregião de Erechim, no ano de 2006 apresentava 19.447 estabelecimentos rurais, destes, apenas 1.698 eram estabelecimentos acima de 50 hectares. Os demais 17.749 eram estabelecimentos com menos de 50 hectares, representando 91% do total. Observa-se assim a predominância de minifúndios.

Outra informação que coloca em evidência o caráter agrícola dos municípios refere-se à composição do Produto Interno Bruto - PIB. Dados obtidos pela Fundação de Economia e Estatística - FEE do Rio Grande do Sul revelam que, enquanto o percentual de participação da agropecuária na composição do PIB no Estado do Rio Grande do Sul em 2007 era de 9,83%, a mesma análise nos municípios da microrregião de Erechim, no mesmo ano, aponta uma média de 39,85% na participação agrícola na composição do PIB.

Estes dados confirmam a relevância que a atividade agrícola, sobretudo, a agricultura familiar, representa na região. Isso nos faz pensar que é significativo o número de pessoas que vivem desta atividade, direta ou indiretamente. Em outras palavras, não há como negar que grande parte da economia dos municípios pesquisados gira em torno do trabalho no campo.

Ao levantar o número de escolas públicas de ensino básico na região, num primeiro olhar, acreditamos que este número seja relativamente pequeno. Conforme dados da Secretaria Estadual da Educação existem 195 escolas públicas de Ensino Básico na região da AMAU; destas, 114 estão localizadas nas regiões consideradas urbanas e apenas 81 estão nas áreas rurais. Já das 81 rurais, 51 são pertencentes às redes municipais, todas atendendo o Ensino Fundamental. Podemos, portanto, supor que há um baixo número de escolas com a oferta do Ensino Médio, todas localizadas no espaço urbano. Outra situação que bastante perceptível é o número expressivo de municípios que tem sua rede municipal e/ou estadual composta por uma única unidade escolar. Provavelmente, estruturas que passaram, em algum dado momento, pelos processos de nucleação escolar, assim como em diversos locais do país.

Ainda, buscamos apoio na realidade regional, pois, ao analisarmos os 41 municípios que compõe a área de abrangência da 15ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação), que circunda o Campus Erechim – UFFS, afirmamos que se trata de um conjunto de pequenos municípios.



Conforme dados demográficos do último Censo (IBGE 2010), com exceção do município de Erechim que possui uma população de mais de 96.000 habitantes e os municípios de Getúlio Vargas (cerca de 16.000 habitantes) e Sananduva (cerca de 15.000 habitantes), os demais 38 municípios podem ser considerados de pequeno porte, com menos de 7.000 habitantes. Suprimindo o município de Erechim que possui apenas 5,8% de sua população residindo no campo, os demais municípios são considerados municípios agrícolas, sendo que dos outros 40 municípios, 29 possuem mais da metade de sua população residindo no campo, embora se perceba um contínuo processo de esvaziamento.

Entretanto, ao olharmos o número de escolas públicas de Educação Básica, que somam um total de 272 unidades, observamos que 153 encontram-se nas áreas urbanas e 116 são consideradas rurais.

Em muitos destes municípios verifica-se que se encontram implantadas pelo menos uma escola de Ensino Médio e uma de Ensino Fundamental, dependendo da sua densidade populacional. Cabe destacar que em todos os municípios desta região aconteceu a nucleação de escolas, conseqüentemente, houve o fechamento da ampla maioria das escolas do campo (rurais), sendo que os municípios menores nuclearam as escolas concentrando-as no perímetro urbano, ou seja, os alunos frequentam a escola na sede do município, tendo acesso a ela por meio do transporte escolar.

Os municípios em que a população é mais densa a nucleação ocorreu agregando os alunos também em escolas do campo (no meio rural), sendo este o principal potencial que desafia a UFERSA, Campus Erechim a propor a implementação do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, cuja finalidade consiste em contribuir com a construção de um projeto social alternativo de desenvolvimento, tanto para o campo como para a cidade, reforçando a necessidade de produzir com base em práticas sustentáveis articuladas com as demandas da agricultura familiar.

Nas escolas do campo de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, segundo informações das Secretarias Municipais de Educação e da 15ª Coordenadoria Regional de Educação, que envolve 41 municípios, a área de Ciências da Natureza é aquela que apresenta o maior índice de carência de professores habilitados, havendo nesta área muitos professores atuando sem a devida formação profissional. Destaca-se que nesta região não há instituição que ofereça curso de licenciatura em Física e Química, apenas uma instituição comunitária com sede em Erechim oferece o curso de Licenciatura em Biologia, no turno noturno.



Cabe, também, ressaltar que nos municípios que contam com apenas uma escola de Ensino Médio, significativa parcela dos alunos que estudam nela são procedentes do campo (do meio rural), o mesmo ocorre em relação ao Ensino Fundamental, mesmo que o município conte com mais de uma escola neste nível da educação básica. Diante disso, é necessário enfatizar que a cultura urbana é a mais difundida entre os estudantes das escolas, sendo que os professores além de não terem identificação com as atividades e a vida do campo, não contam em sua formação inicial com a ênfase nas questões do campo, da necessidade de fortalecer o regime de economia familiar e do desenvolvimento sustentável.

É necessário, também, registrar que nas adjacências do Campus Erechim, UFFS, existe cinco comunidades quilombolas localizadas nos municípios de: São Valentim e Sertão; e, doze áreas indígenas situadas em Água Santa, Benjamin Constant do Sul, Cacique Doble, Charrua, Erebangó, Getúlio Vargas, Nonoai, Ronda Alta e Sananduva. Em cada comunidade indígena há uma escola de Ensino Fundamental, que também necessita de professores formados para atender as demandas desta população, a qual vive na área rural, produzindo sua vida por meio do trabalho agrícola, além do trabalho artesanal.

No entanto, é preciso reafirmar que até o momento não existem cursos de formação inicial de professores para atuarem nas escolas do campo. Em relação à formação continuada a 15ª CRE tem promovido encontros para tratar da especificidade das escolas do campo. Em atividade realizada por alguns docentes da UFFS com um grupo de professores que atuam em 17 escolas do campo, de 10 municípios da região, obtivemos um olhar preliminar. Tal atividade tinha como objetivo que os professores levantassem aspectos básicos sobre suas escolas. Na primeira parte deveriam caracterizar os coletivos pertencentes às escolas: educandos, educadores e comunidade. Na segunda parte deveriam apontar os limites, as potencialidades e sugestões para melhoria da escola.

Muitas considerações poderiam ser aqui abordadas, mas destacamos os pontos que mais incidiram nas falas. Em primeiro lugar, em relação ao baixo número de estudantes por turma, que em muitos casos é citado como positivo, tendo em vista que se coloca como facilitador da aprendizagem e possibilita um contato mais apurado com o aluno. Por outro lado, esse elemento é motivo de preocupação, pois um número reduzido de alunos, segundo os professores, pode significar o fechamento de escolas. Sobre o perfil dos professores destaca-se o fato e até a crítica de que na grande maioria, são professores oriundos dos centros urbanos, muitos deles não se



identificam com a lógica das comunidades camponesas. Porém, uma característica apontada de forma unânime refere-se à boa participação da comunidade nas escolas, todos os grupos relataram que este é um fator bastante positivo e que tende a fortalecer o projeto escolar.

Em relação aos limites, grosso modo, há depoimentos que evidenciam as dificuldades estruturais, principalmente naquelas escolas com menor número de matrículas, denunciando a lógica numérica na distribuição de recursos e financiamentos. Outro aspecto considerado limitante é a forma como se oferece o transporte escolar, em que pesam critérios que nem sempre são os mais favoráveis aos estudantes. Por outro lado, parte do grupo reconhece que nos últimos anos há uma tentativa na equalização das defasagens e um gradativo reconhecimento por parte dos poderes públicos, embora com algumas situações adversas. No debate destacamos dois fatores que se repetiram: o primeiro em relação à necessidade de expansão do Ensino Médio nas escolas do campo, o segundo na tentativa de ampliar as áreas do conhecimento para além do currículo mínimo, necessitando que se contemplem estudos na área ambiental e agrícola, sugerindo para isso a ampliação do quadro de professores com profissionais específicos para estas áreas.

Desta forma, compreendemos que a oferta do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza - Licenciatura, além de propiciar a expansão da educação pública superior, permitirá que a região nas adjacências do Campus Erechim, tanto do Rio Grande do Sul como de Santa Catarina, especialmente, a população do campo tenha progresso e desenvolvimento social, político, econômico, cultural e educacional. Em relação ao curso destacamos, ainda, que sua principal meta é a formação de educadores para atuar em escolas do campo, favorecendo a reflexão e a formação adequada à permanência e produção de vida no meio rural pelo viés da *agroecologia*. Por fim, enfatizamos que na oferta deste curso de graduação (licenciatura), os processos formativos estarão permanentemente fundados na interdisciplinaridade, bem como em ações próprias da vida do campo, protagonizando assim que o ensino, a pesquisa e a extensão estejam voltados às atividades da agricultura familiar sustentável.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES

5.1 Referenciais ético-políticos

A escola que tem compromisso com a vida, a luta, o movimento social, precisa integrar-se à caminhada da comunidade em que se insere, auxiliando a interpretar, a refletir e sistematizar os processos educativos em seu entorno, por meio de uma proposta que considere a cultura e a identidade camponesa, que ressignifique valores, que resgate a história. Necessita ser uma escola que considere os saberes locais e a prática social, que estabeleça relações com os conhecimentos científicos produzidos ao longo da história da humanidade.

A educação no campo pode não acontecer somente na escola, mas a escola é o *locus* de sistematização do conhecimento, ou seja, o espaço para fazer a articulação entre o conhecimento universalmente acumulado e a realidade dos sujeitos. Desse modo, a Escola do Campo necessita sair da escola, colocar-se a serviço dos sujeitos, agregar colaboradores externos, a família, a comunidade, as forças sociais e políticas, problematizando os rumos do projeto de desenvolvimento social e agrário. É primordial mostrar à sociedade que a educação acontece em toda parte e continuamente, o que significa poder observar as multifaces da realidade, entendendo que ao fazer conexões com a realidade se produz novos conhecimentos; conhecer o real, o concreto é que ajuda o sujeito a compreender a sua condição de existência, a vislumbrar novas possibilidades de intervir e transformar a realidade.

O debate sobre a Educação do Campo, reconhecendo a necessidade e premência em pensar a educação pelo viés da pluralidade, da diferencialidade territorial, tem se afirmado como um território imaterial, produzindo um campo de conhecimento que tem avançado na proposta em subsidiar políticas baseadas na inclusão dos sujeitos do campo e no estímulo a participação democrática no horizonte da garantia de direitos sociais. Contudo, não se trata de qualquer educação, mas, da educação do campo. Trata-se de avançar na construção de outros conceitos de educação, enquanto processo formativo contínuo, que vise à ação para a disputa territorial. Negar a possibilidade de uma educação, que na perspectiva freireana, pode ser denominada de libertadora, significa privar as populações rurais do direito à educação, o que pesa negativamente para a objetivação de projetos de desenvolvimento que buscam superar a matriz de produção fundamentada no agronegócio, sinalizando para a implementação de projetos com base no paradigma agroecológico.



Nesta perspectiva, a experiência cotidiana precisa ser priorizada para que se produzam transformações do senso comum, sem, contudo, romper com ele, mas potencializá-lo, problematizá-lo. Para tanto, é necessário configurar uma pedagogia do campo que assuma o desafio de produção, troca, elaboração de instrumentais metodológicos, que favoreça o desenvolvimento de um currículo que esteja a serviço da emancipação dos sujeitos do campo, assumindo o desafio pedagógico de elaborar propostas que incluam e promovam os saberes locais, a identidade, a memória, a história dos povos do campo.

Assim, a terra deve ser o elemento chave; já a cultura, as lutas, a história do campo, necessitam ser o ponto de partida para o trabalho em sala de aula. Então, a Escola do Campo não é qualquer escola, que fica limitada ao mundo das primeiras letras, ou com saberes que não contribuam para que o aluno do campo resgate a auto-estima de ser agricultor(a). Ou seja, esta escola precisa estar plantada no solo do campo, produzindo conhecimentos sobre a realidade, ajudando as pessoas que nela vivem para transformá-la. Isso indica que os temas a serem explorados na escola precisam estar vinculados ao mundo do trabalho, ao desenvolvimento do campo. O como ensinar (metodologia) também deve ser adequado à realidade do campo, resgatando os materiais disponíveis no meio ambiente que facilitem a interface com a ênfase desta formação (Educação do Campo), conhecimentos que os pais, os estudantes, os técnicos, as lideranças das comunidades possuem sobre as diferentes temáticas a serem trabalhadas na área de Ciências da Natureza.

5.2 Referenciais Epistemológicos

Ao buscar uma linha epistemológica que perpassa a proposta deste curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, entende-se ser necessário referenciar alguns pressupostos que indiquem concepções de como se compreende, principalmente a educação, o ensino, a aprendizagem, a perspectiva *agroecológica*.

A educação representa o processo de atuação de uma comunidade sobre o desenvolvimento do sujeito, para que ele possa atuar numa sociedade que busca articular-se de forma coletiva. Neste horizonte, deve-se considerar o ser humano no plano histórico e intelectual, tendo consciência das suas possibilidades e das limitações, compreendendo e refletindo sobre a realidade que o cerca, potencializando alternativas de transformação social, por meio da solidariedade e do respeito aos aspectos multiculturais.

Assevera Freire que “a educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não



educados, estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos” (1992, p. 28). Tal afirmação remete à reflexão sobre o processo educativo contínuo, pautado pela busca permanente da melhoria da qualidade da formação docente e discente em seus múltiplos espaços. Todo o ato educativo implica um conceito de homem e de mundo concomitantes, por isso, é necessário não apenas estar no mundo, mas estar aberto ao mundo. Isso indica que não é papel do professor transmitir conhecimentos, estes já existem. É necessário orientar o sujeito para a construção/produção do conhecimento existente.

Pode-se, desse modo, afirmar que a educação não tem fórmula pronta, a fórmula é criada e recriada a cada momento pelo incentivo ao educando, pela consideração aos seus conhecimentos prévios, pela inserção da história da comunidade no currículo, no sentido de motivar a criatividade, a curiosidade e o avanço no processo ensino-aprendizagem. Isso indica a percepção e a dinâmica acelerada do desenvolvimento da humanidade, que não pode concentrar-se apenas na produção de meios tecnológicos que possibilitam maior comodidade, esquecendo-se de analisar as consequências que tal processo poderá gerar.

A escola enquanto espaço formal perpassado por intencionalidades dedica-se ao ato de ensinar. Paviani (1986, p. 53) destaca que o “ensino” tem o significado de preparar o indivíduo para que esteja atento e sensível à realidade social e histórica, ou seja, “em condições de experimentar na prática os conhecimentos científicos”.

O ensino como uma das possibilidades de comprometer-se com o homem e com a situação em que ele vive, necessita acentuar a reflexão crítica, no sentido de tornar os sujeitos agentes capazes de refletir suas próprias ações. Todavia, “sem uma atitude crítica perante a realidade e seus meios de expressão, [...], torna-se difícil estabelecer políticas, objetivos e critérios que respeitem as condições culturais de um determinado meio” (PAVIANI, 1986, p. 51).

Da mesma forma que Paviani (1996) dedica um significado para o ensino, referencia que a “aprendizagem”, é significada pela ampliação do saber e da experiência de mundo, sem, contudo, eliminar a realidade cultural do homem ou substituí-la por uma cultura imposta. Para o autor, a aprendizagem “supõe liberdade de ação e de pensamento de um espaço próprio onde as pessoas podem optar e movimentar-se dentro de um processo dinâmico” (1986, p. 50).

A despeito disso, o processo ensino-aprendizagem precisa ser reconhecido como possibilidade de que não sejam ignoradas as necessidades e as condições socioculturais do ser humano, como sujeito e agente **do e no** contexto sócio-histórico que se (re)constrói diuturnamente.



Ainda, cabe ressaltar que numa sociedade que é movida pela matriz da ideologia capitalista, boa parcela da população visa apenas o seu bem estar, seu interesse individual, não se importando com os males que a busca pelo “ter” pode causar à vida na terra.

Entende-se, dessa forma, a necessidade urgente de (re)pensar os modos de exploração do recursos naturais e da produção da vida, tanto no campo como na cidade. Nessa perspectiva, o campo da *agroecologia* representa uma proposta alternativa de exercer uma agricultura familiar mais justa, que seja economicamente viável e ecologicamente sustentável. Em relação ao enfoque agroecológico, Petersen (2007) refere que o ser humano de forma individual ou coletiva tem capacidade para produzir novos conhecimentos. Portanto, o saber representa uma construção social e não é se pode

[...] reservar essas atribuições sociais a alguns poucos membros da sociedade, como é próprio do difusionismo tecnológico, que representa o desperdício de aptidões cognitivas inerentes a toda e qualquer pessoa. Sob essa perspectiva, o difusionismo é um método de gestão de conhecimento anti-ecológico e desumanizador. A partir dessa nova compreensão [...], a Agroecologia se desenvolveu rompendo com o positivismo lógico que desconhece a validade de conhecimentos que não sejam produzidos pelo método científico. Com efeito, a construção do conhecimento agroecológico se faz mediante a revalorização das sabedorias locais sobre uso e manejo dos recursos naturais e a sua integração com os saberes de origem acadêmica (PETERSEN, 2007, p. 7).

Nesta mesma linha, conforme Caporal (2009) é necessário destacar que, a realidade não pode ser concebida de forma compartimentada, baseada num paradigma cartesiano, haja vista que

[...] a Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística (CAPORAL, 2009, p. 17-18).

A sociedade, em geral, está carente de condições para uma vida digna, pois, de um lado faltam condições materiais e de outro falta conhecimento e postura ética. Acredita-se, que o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas e sociais, por intermédio de uma atitude interdisciplinar possibilita desencadear meios para superar a produção de conhecimentos fragmentados e as condições de injustiça e opressão, a que estão submetidos, principalmente, os trabalhadores do campo. Opor-se às condições injustas e opressoras, é decisão difícil de ser assumida, mas constitui-se em desafio para aqueles que se sentem comprometidos e solidários em



viabilizar boas condições de vida para manter a população no campo. Para tanto, faz-se necessário construir conhecimentos e ferramentas adequadas de intervenção, para que ocorra a transformação social, política, econômica e cultural.

5.3 Referenciais Metodológicos

O curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, aponta como intencionalidade a necessidade de formar um educador que prime pelo trabalho docente, articulando os saberes sistematizados aos saberes que se enlaçam às práticas dos sujeitos que vivem no campo. Para tanto, indica como princípios metodológicos: o diálogo, a problematização, a contextualização, a interdisciplinaridade, a relação teoria-prática, a humanização, a ética e o compromisso com a transformação. De acordo com as diretrizes curriculares, devem constituir preocupações num curso de formação de professores a democratização dos espaços escolares; a autonomia da escola e dos docentes; a emancipação do sujeito como forma de exercer plenamente a sua cidadania; a pertinência e relevância social do conhecimento; a ética como base das relações humanas e sociais e a sensibilidade afetiva e estética em relação a si, ao outro e ao meio.

Um dos principais desafios neste projeto, que é necessário enfrentar, diz respeito à prática interdisciplinar. Apesar de enredado nas fronteiras das disciplinas que dão sustentação teórico-metodológica, as áreas representadas no curso, com o foco em Ciências da Natureza, por suas diferentes especificidades, deverá criar espaços e tempos para desenvolver propostas de intervenção pedagógica na perspectiva da interdisciplinaridade, concretizando na prática a atitude interdisciplinar na escola do campo.

Sendo assim, a opção pelo método da alternância tem como premissa promover uma aproximação mais efetiva entre o ambiente educativo, entre as práticas docentes e o tratamento dos conhecimentos da área em questão. Onde pretendemos que os componentes desenvolvidos sejam propostos e organizados de tal maneira que os estudantes exercitem e experimentem diferentes intervenções no local de origem (no Tempo Comunidade), ressignificando-os no Tempo Escola. Isto pressupõe uma dimensão do conhecimento que se aproxima da perspectiva freireana, em que o conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo, requerendo a ação transformadora sobre a realidade, demandando a busca constante e reclamando a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer. Desenvolvendo, assim, situações que possam atenuar a



histórica cisão entre teoria e prática, trabalho manual e intelectual, propondo uma educação múltipla, que desmistifica o conhecimento, o trabalho e a cultura enquanto processos neutros e separados das relações sociais.

Destacamos, nesse sentido, a incorporação de momentos de integração dos estudos realizados no decorrer de um conjunto de disciplinas com caráter, conteúdo e métodos específicos, a saber, Seminários Integradores I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII. Em cada um desses momentos curriculares serão recuperados, com o auxílio de leituras e pesquisa, conteúdos e reflexões abordadas no núcleo das disciplinas do Domínio Comum, do Domínio Conexo e da formação específica, além de sistematizações realizadas no campo dos estágios. Com isso, no andamento do curso buscaremos manter a coerência com a opção pela reflexão sobre a prática, bem como pelo registro dessa reflexão, enquanto momento privilegiado de acesso e tomada de consciência.

De acordo com a concepção do curso cabe ressaltar, que a articulação entre teoria e prática não necessariamente se dará em todas as disciplinas que compõem a matriz curricular da formação inicial dos docentes para atuar nas Escolas do Campo. Tal articulação necessita ser desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, tendo como base os registros das atividades realizadas e a solução das situações-problema.

Para o curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, a articulação entre a pesquisa e a ação pedagógica deverá ser elemento básico da formação do professor. Desse modo, parte das disciplinas envidará esforços no sentido de relacionar as atividades teóricas aos dados provenientes de investigações/ações, criando condições para que o acadêmico recrie as razões que justificam a necessidade do conhecimento teórico-prático em sua formação docente inicial.

O preceito da articulação entre ensino e pesquisa ainda permite a consideração ao princípio da contextualização. A contextualização constitui princípio político-pedagógico que se inscreve no ato da docência, na medida em que permite aos sujeitos tomar como ponto de partida de seu trabalho o enfrentamento de sua visão sobre a realidade e da visão que os outros têm, em relação aos mesmos elementos. Desse modo, a problematização, elemento inerente à atividade de pesquisa, torna-se um dos eixos do ato de ensinar e de aprender, o que pode contribuir para a concretização do estreitamento da relação entre teoria e prática.

Ressaltamos que o processo metodológico estará subsidiado com os recursos das inovações tecnológicas da comunicação e da informação, além dos recursos bibliográficos, dos trabalhos



entrelaçados aos campos de atuação do professor, dos seminários, das produções didático-pedagógicas, diagnósticos da realidade, diários de campo, saídas de campo e/ou viagem de estudos, atividades orientadas³, entre outros instrumentos e estratégias, que contribuam para que o ato de ensinar e de aprender seja dinâmico e significativo para a formação docente.

Finalmente, como eixo norteador é preciso indagar sobre qual projeto de campo estamos falando. Necessariamente estamos compreendendo o campo enquanto espaço de vida e isso implica numa tomada de posição entre duas diferentes perspectivas: campo enquanto espaço histórico de carência e dificuldades a serem ultrapassadas, portanto, de transformação desta realidade; campo enquanto espaço de produção apenas, ou seja, sem gente, tal como o *agronegócio* preconiza. De modo a problematizar estas duas perspectivas, trazemos a *agroecologia* enquanto conceito organizador, uma ciência integradora, que se utiliza do conjunto de conhecimentos das diferentes ciências. Também procuramos agregar conhecimentos tradicionais e saberes populares, a fim de estabelecer uma compreensão mais aprofundada em relação a: economia, sociedade, ambiente, agricultura, política, ética, que permita um diálogo universalizado, numa visão de totalidade entre estas esferas tão particularizadas na atualidade. Desta forma, a *agroecologia* permeará transversalmente todos os tempos e espaços previstos no curso, vindo a constituir-se como eixo-articulador do trabalho pedagógico.

5.4 Referenciais legais

O curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Licenciatura tem como subsídios **as seguintes leis, resoluções e pareceres:**

A **Lei nº 9394/1996**, que “**Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**”, quanto aos princípios e fins da educação, organização e formas de funcionamento, e regulamenta a educação superior, para a qual: Estabelece como competência das universidades, enquanto instituições pluridisciplinares, a formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam pela produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do

³ Os referidos estudos orientados são aqueles que o acadêmico realizará no Tempo Comunidade (TC), tendo como base um eixo articulador que vincule diferentes professores de diferentes componentes curriculares da fase em que se encontra o desenvolvimento do curso. Tais atividades terão o acompanhamento didático-pedagógico dos docentes do semestre em questão; a carga horária correspondente às atividades orientadas para o TC terão, no máximo, 25% da carga horária de cada componente curricular. A definição e deliberação de cada atividade orientada passará pelo colegiado de curso que a aprovará a proposta apresentada por escrito.



ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional. Estabelece também que a formação de profissionais da educação terá como fundamentos a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando.

O **Parecer CNE/CEB nº 36/2001**, sobre “**Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**”, propõe medidas de adequação da escola à vida do campo. Inicia com breve relato sobre a construção do parecer, seguido de uma análise do contexto educacional nos últimos anos para, com base nela, apresentar a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

O **Parecer CNE/CP nº 9/2001**, sobre “**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**”, constitui-se de um breve relato sobre o processo de construção do parecer, seguido de uma análise do contexto educacional nos últimos anos, para, baseado nesta, apresentar uma proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

A **Resolução CNE/CEB nº 1/2002**, que “**Institui as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo**”, através de “um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal”. Atenta para a questão diferencial da identidade da escola do campo, por se vincular às questões inerentes à sua realidade, ancorar-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e, ainda, no papel dos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade de vida coletiva do país. Ainda neste parecer, autoriza-se a estruturação do ano letivo independente do ano civil, observada a LDB quanto aos artigos 23 (organização dos tempos e classificação dos alunos, adequação do calendário escolar às peculiaridades locais), 24 (carga horária e dias letivos, tipos de classificação e organização, avaliação, controle de frequência, entre outros) e 28 (possibilidade de adaptação dos sistemas de ensino na educação básica para a população rural, em função de sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, no



que se refere aos conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; à organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e à adequação à natureza do trabalho na zona rural). Ressalta-se neste parecer o destaque feito em relação ao artigo 67 da LDB, que determina aos sistemas de ensino as políticas de formação inicial e continuada, no sentido de habilitar os professores leigos e promover o aperfeiçoamento permanente dos docentes. Ainda, neste sentido, amparado em uma série de artigos da LDB, além de resoluções e pareceres, pontua que para o exercício da docência na Educação Básica, no Ensino Médio, o professor tenha, no mínimo, cursado licenciatura.

A **Resolução CNE/CP nº 1/2002**, que “**Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**”, constitui-se de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica. Ainda, aponta as orientações inerentes à formação para a atividade docente; princípios norteadores do preparo para o exercício profissional específico, destacando a pesquisa com foco no processo de ensino-aprendizagem. Quanto à concepção, desenvolvimento e abrangência dos cursos de formação, norteia o desenvolvimento das competências necessárias à atuação profissional, constando no projeto pedagógico como alcançá-las; define a autorização de funcionamento e reconhecimento de cursos de formação, bem como o credenciamento da instituição; define sobre a competência da seleção e ordenamento de conteúdos, dos critérios de organização da matriz curricular e a alocação de tempos e espaços curriculares através de eixos articuladores; também, versa sobre a prática pedagógica, o estágio curricular supervisionado e a duração dos cursos definida pelo Conselho Pleno. Caberá ao Ministério da Educação, em articulação com demais entidades, a formulação de proposta de diretrizes para a organização de um sistema federativo de certificação de competência dos professores da educação básica.

A **Resolução CNE/CP nº 2/2002**, que “**Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior**”. Neste sentido, a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-



prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns: I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso; II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso; III - 1.800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural; IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais. Para os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica, poderá haver redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

O **Parecer CNE/CES nº 67/2003**, constitui-se num “**Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação**”, para a elaboração de projetos pedagógicos em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação – LDB nº 9394/96.

O **Parecer CNE/CEB nº 1/2006**, que dispõe sobre “**Dias letivos e aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância**”. Reconhece a pedagogia da alternância como a alternativa mais adequada para a educação do campo, através da relação de três agências educativas: a família, a comunidade e a escola; atesta o cumprimento desta quanto aos tempos e prazos (mínimo de 800 horas e duzentos dias letivos); pontua os instrumentos pedagógicos utilizados neste modelo; explicita as diferenças entre as formas de alternância adotadas nos espaços educativos; a participação da família/comunidade no processo de aprendizado do educando, entre outros elementos. Também resgata a importância desta forma de ensino para a realização do que rege o artigo 22 da LDB, (sobre as finalidades da educação como elemento de capacitação para a formação básica para a cidadania, o trabalho e estudos posteriores), bem como os artigos 23, 24 e 28, já detalhados neste texto. Prevê uma articulação próxima e real entre o saber (teoria) e o fazer (prática), de forma que esta relação desenvolva o educando e este, o meio onde vive e atua. Permite que sejam consideradas como atividades escolares, aquelas realizadas em outros espaços educativos, para além da sala de aula, como trabalhos teóricos e práticos, leituras, pesquisas e trabalhos em grupos, estando registrados na programação da proposta pedagógica da instituição.

A **Resolução CNE/CEB nº 2/2008**, que “**Estabelece Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**”, regulamentando o atendimento das populações rurais, quais sejam:



agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. A Educação do Campo será desenvolvida, sempre que possível, pelo ensino regular, mas também na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, quando necessário, acontecerá prioritariamente nas próprias comunidades rurais. Quanto à formação inicial e continuada dos professores, aponta-se para uma formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com as especificidades deste espaço/território.

A **Resolução CNE/CEB nº 4/2010**, que **“Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica”**, regulamentando: As orientações para a organização curricular e arranjos possíveis, inclusive permitindo adequações necessárias às peculiaridades da vida no campo e de cada região, onde os conteúdos curriculares e metodologias deverão estar apropriados às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural. Também poderá haver a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas, bem como à natureza do trabalho na zona rural. Ressalta que “A identidade da escola do campo é definida pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com propostas pedagógicas que contemplam sua diversidade em todos os aspectos, tais como sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia”. O que permite formas de organização e metodologias adequadas à realidade do campo, como a pedagogia da terra, por meio da qual se busca um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, para assegurar a preservação da vida das futuras gerações, e a pedagogia da alternância, na qual o estudante participa, concomitante e alternadamente, de dois ambientes/situações de aprendizagem: o escolar e o laboral, supondo parceria educativa, em que ambas as partes são corresponsáveis pelo aprendizado e pela formação do estudante. Nesta resolução, também aparecem orientações sobre a organização das escolas indígenas e quilombolas, populações presentes em nosso território que necessitam ser atendidas e estudadas. Indica os elementos constitutivos para a organização das diretrizes curriculares nacionais para a educação básica, a saber: projeto político-pedagógico, sistema de avaliação, entre outros; o processo de avaliação, tanto no que se refere à avaliação da aprendizagem, quanto da avaliação institucional; e ao final, orientações sobre a formação inicial ou continuada do professor.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1.1 Objetivo Geral:

Desenvolver o processo de formação inicial do educador do campo com ênfase em Ciências da Natureza, de modo que esteja capacitado para engajar-se aos desafios que se enlaçam à educação e à vida **do e no** campo, dialogando e mobilizando os sujeitos para que se assumam consciente e politicamente como sujeitos históricos e de direitos.

6.1.2 Objetivos específicos:

a) Promover a formação de profissionais capacitados para atuar em Escolas do Campo de modo que utilizem os conhecimentos das Ciências da Natureza articulados com as demandas para produzir a vida no campo, valendo-se do ensino, da pesquisa e da extensão para compreender e transformar o contexto social, político, econômico, cultural e educacional do seu meio.

b) Entender as relações entre ciência, tecnologia e sociedade, agindo dentro destes pressupostos nos diferentes espaços educativos da sociedade, especialmente nos espaços em que se desenvolve a Educação do Campo e a Educação Popular, de modo a estimular a reflexão sobre alternativas que possam manter o jovem no campo, ampliando as políticas públicas que qualifiquem a vida neste âmbito.

c) Explorar e promover práticas interdisciplinares na trajetória do curso, ressaltando-se que a vivência de experiências desta natureza na formação inicial dos licenciandos possa referenciar o acadêmico em relação ao exercício da docência.

d) Compreender a natureza em sua dinâmica e totalidade, reconhecendo o ser humano como agente de transformações do espaço em que vive e as tecnologias como meios para suprir as demandas humanas, diferenciando modos adequados e necessários daqueles que prejudicam, tanto o ser humano como o meio ambiente.

e) Compreender o espaço do campo como um lugar possível para viver, reconhecendo sua importância para a qualidade de vida das cidades, a partir de uma alimentação mais limpa e saudável e da produção agrícola pautada na preservação do meio ambiente e de sua sustentabilidade.



7 PERFIL DO EGRESSO

O egresso do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, na área de Ciências da Natureza, será *Professor*, entendido como o profissional que atuará, sob determinadas condições históricas, nos domínios político-educacional e didático-metodológico, sempre considerando as relações entre Sociedade – Campo - Educação. Para tanto, o egresso do curso Interdisciplinar em Educação do Campo - Licenciatura, com foco em Ciências da Natureza deverá ter uma sólida formação acadêmica generalista, humanística e específica. Esta perspectiva inclui a necessidade da formação de professores conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, das habilidades e dos valores adquiridos na vida universitária. Também, o docente egresso deste curso deverá inserir-se em seus respectivos contextos profissionais de forma: autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática.

Pretende-se, também, que os futuros professores tenham além de uma formação sólida, que aprendam como se trabalha e se pesquisa em Ciências, Biologia, Física e Química, quais procedimentos, experiências e cálculos, enfatizando conteúdos atuais que podem ser utilizados como instrumentos para a compreensão do mundo contemporâneo. Aliado a tais conhecimentos, tem-se a perspectiva de fornecer as ferramentas necessárias para que o professor tenha condições de elaborar metodologias de ensino contextualizadas e entrelaçadas ao cotidiano do educando. Enfatiza-se que um dos aspectos relevantes do curso consiste em possibilitar que o futuro professor desenvolva recursos didáticos experimentais na área de Ciências da Natureza, como uma maneira de difusão dos conhecimentos teórico-práticos desta área do saber.

O profissional formado neste curso poderá atuar em escolas, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, na área de Ciências da Natureza para a qual estará sendo preparado, bem como na Educação de Jovens e Adultos e/ou em outros espaços educativos. Terá o compromisso precípua com a escola pública de qualidade, sendo constituído como elemento integrador e socializador dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, articulando-os com os conhecimentos da cultura do campo. Para tanto, o curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, para atender as demandas das comunidades camponesas e da educação dos seus cidadãos, necessita firmar-se nos pilares: da



docência como uma maneira de articular teoria e prática; da responsabilidade ética e social consigo e com o outro; da educação continuada como forma de permanente atualização.

Ainda, o licenciado neste curso deverá atuar atento aos processos educativos necessários às comunidades do campo, preparando sujeitos capazes de organizarem-se coletivamente com as famílias e/ou com grupos sociais de origem, implantando iniciativas e/ou projetos de desenvolvimento comunitário sustentável, incluindo a participação ativa da escola. Nesse sentido, enfatiza-se que o egresso deste curso precisa ser capaz de utilizar os conhecimentos das Ciências da Natureza construídos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, para compreender e transformar o contexto sócio-político do seu meio, entendendo as relações que se estabelecem entre ciência, tecnologia e sociedade, agindo dentro pressupostos de um desenvolvimento sustentável nos diferentes espaços educativos da sociedade.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Esta proposta tem como finalidade a implementação do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, cujo foco está centralizado na área das Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química), devendo ser oferecido pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim - RS. O referido curso visa, primordialmente, contribuir com as políticas de formação de educadores/as da região, sobretudo, para atuarem em escolas do campo e outros espaços formativos condizentes com a perspectiva da agricultura familiar e da educação popular. Assim, pretende formar professores e sujeitos pertencentes aos movimentos e organizações sociais comprometidos com a discussão e construção de um projeto de desenvolvimento **dos** e **com** os povos do campo.

O curso em pauta será composto de 3.390 horas (226 créditos), devendo ser integralizadas em quatro anos (oito semestres). A composição curricular considera a estrutura adotada pela instituição, uma vez que a mesma já possui um curso desta natureza. Entretanto, a organização dos espaços e tempos educativos será desenvolvida seguindo os preceitos da Pedagogia da Alternância, possibilitando uma maior inserção dos trabalhadores do campo.

No sentido de superar antigos paradigmas que entendem o processo de apropriação do conhecimento apenas a partir de um modelo de ensino que se convencionou chamar de “tradicional”, onde predominam aulas compartimentalizadas e a seleção de conteúdos descontextualizados, o presente curso pressupõe uma concepção diferenciada em relação aos tempos e espaços educativos, entendendo que outros ambientes podem contribuir com a formação dos sujeitos.

Isto não significa sugerir um modelo informal cujo processo aconteça de forma aleatória e espontânea. Ao contrário, trata-se de propor intencionalmente momentos e situações geradoras de aprendizagem, que exijam preparação adequada, com explícitos objetivos pedagógicos e rigorosidade no cumprimento das ações discutidas e delineadas coletivamente.

Esta opção, para além de metodológica, se traduz em uma opção política, exigindo por parte dos professores do curso um esforço na apropriação, problematização e proposição do próprio método. Desse modo, serão delineados momentos específicos para planejamento, elaboração e



organização dos chamados Tempos Educativos: Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC) que fundamentam a Metodologia da Alternância⁴.

No caso do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, entendemos os tempos organizados na seguinte disposição:

1- **Tempo Escola** como o tempo e espaço em que o estudante-professor estará na Universidade, em que estarão contemplados os conteúdos dos componentes curriculares do curso.

2- **Tempo Comunidade** como tempo e espaço em que o estudante-professor estará em seu local de origem, prioritariamente desenvolvendo o trabalho pedagógico nas Escolas do Campo e demais espaços educativos nas comunidades.

Embora distintos por sua especificidade, tais tempos deverão integrar-se de forma contínua e processual, para que suas bases teóricas e atividades práticas estejam interligadas, oferecendo igualdade de condições para articular os conhecimentos científicos, filosóficos, culturais e técnicos, que possam dotar os sujeitos de capacidade para refletir sobre a realidade e modificá-la.

Para viabilizar o vínculo entre estes momentos estão previstos, em cada semestre, componentes curriculares denominados **Seminários Integradores das Práticas Pedagógicas**. Nestes componentes serão potencializados espaços para discussão, articulação e socialização dos conteúdos e aprendizagens desenvolvidas durante o período concluído, bem como momentos para o planejamento e a organização do período subsequente.

Como estratégia para que este processo se consolide de forma cumulativa, os **Seminários Integradores** serão propostos para que avancem no sentido de envolver situações cada vez mais complexas e abrangentes, partindo de uma compreensão inicial do próprio sujeito para a compreensão cada vez mais ampliada de mundo. Nesta perspectiva, os **Seminários Integradores** serão organizados a partir dos seguintes eixos de investigação:

- I. Processo educativo do sujeito licenciando em educação do campo. Processo histórico-cultural dos sujeitos.
- II. Processos educativos escolares. Identidade administrativa, política e pedagógica da escola do campo.
- III. Processos educativos em espaços não-escolares. Identidade administrativa, política e pedagógica dos espaços não-escolares.

⁴ Cabe ressaltar que esta metodologia foi criada e desenvolvida na década de 1930, na França, teve suas primeiras experiências no Brasil a partir de 1969.



- IV.Contextualização do processo pedagógico do professor na área de Ciências da Natureza em escolas do campo.
- V.O cotidiano da sala de aula do professor do campo. A relação entre os saberes curriculares e as práticas do campo.
- VI.O desenho do currículo da escola do campo. A relação entre teoria e prática.
- VII.O projeto político-pedagógico da escola do campo. Articulação entre as proposições da escola e as concepções e políticas de educação do campo.
- VIII.Síntese do processo vivenciado na disciplina de Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas.

Em suma, os **Seminários Integradores das Práticas Pedagógicas**, embora com temáticas específicas para cada período, terão a finalidade de estabelecer um fio condutor de todo o curso, permitindo um acompanhamento contínuo do processo vivenciado pelos estudantes. Também serão espaços privilegiados no sentido de provocar discussões e debates em torno de conceitos e contradições geradas a partir da vivência nos diferentes tempos: Escola e Comunidade.

Por outro lado, entendemos que cada disciplina também terá seu espaço enquanto especificidade, necessitando de forma única e minuciosa de tempos previstos para a apropriação e tratamento de seu objeto de análise. Assim, algumas atividades previstas para serem desenvolvidas durante o Tempo Comunidade deverão ser planejadas no Tempo Escola com os professores responsáveis por cada um dos componentes curriculares.

O colegiado do curso primará para que as atividades de cada disciplina sejam apresentadas e discutidas, preferencialmente articuladas com os **Seminários Integradores**, compondo um plano de trabalho orientador do TC.

Durante a execução das atividades no TC os acadêmicos deverão estar executando procedimentos em conformidade com a solicitação do educador responsável por cada atividade proposta, mas potencializando registros e análises em documento próprio que se constitui como um memorial que expresse a trajetória acadêmica no curso. O resultado destas atividades deverá ser apresentado no retorno ao TE, no Seminário Integrador e/ou em cada disciplina. Esta produção/resultado será elemento a ser considerado na composição da avaliação semestral do referido componente curricular, conforme previsão no plano de ensino.

Para as atividades a serem desenvolvidas nas escolas solicitar-se-á que cada estudante possa contar com um acompanhante, preferencialmente um professor ou técnico da escola, que possa



emitir um parecer sobre a atividade desenvolvida. Também serão propostas visitas de acompanhamento pedagógico pelos professores do curso durante o TC. Assim, cada TC será discutido e aprovado no colegiado do curso, sendo indicados os critérios de avaliação para cada etapa, recomendando-se os seguintes aspectos:

- Entrega dos trabalhos e registros (exercícios, reflexões, escritas, relatórios e outros);
- Apresentação no Seminário Integrador (exposição individual ou em grupo, análise e síntese dos processos vivenciados, impressões, resultados de investigação e outros);
- Parecer descritivo de acompanhamento do TC por representante da escola ou organização;
- Relatório de visitas de acompanhamento pedagógico por parte dos educadores do curso.

Como princípio pedagógico, orientamos que sejam priorizadas leituras, estudos e investigações que exercitem a autonomia, a capacidade crítica e criativa dos estudantes. Também, recomendamos a proposição de trabalhos e pesquisas que possibilitem entrelaçamentos dos diferentes componentes curriculares. Por fim, salientamos a importância de munir os estudantes com apropriados e claros instrumentos de observação da realidade, facilitando o tratamento e a compreensão metodológica. Além disso, outras ferramentas poderão ser utilizadas, tais como:

- Constituição de grupos de pesquisa a partir de temáticas afins;
- Socialização permanente das produções e estudos junto às comunidades e escolas.

Nesse encadeamento é que buscamos fazer com que a Licenciatura habilite de forma efetiva os futuros licenciados para a área das Ciências da Natureza, observando os pressupostos da interdisciplinaridade e as demandas de formação docente para a atuação nas Escolas do Campo. Ainda, para a consolidação desta proposta pretendemos contar, de forma permanente, com a articulação das redes públicas de educação básica (estadual e municipal), bem como com os movimentos e organizações sociais do campo.

a) A proposta de articulação disciplinar entre os temas pertinentes ao perfil de egresso pretendido

A docência como núcleo formador de novos professores e como organização do trabalho educacional necessita da contribuição intradisciplinar e interdisciplinar, ou seja, precisa da articulação de outras ciências para explorar e aprofundar determinado objeto de estudo. Nesse sentido, o currículo se volta para a formação de um profissional da educação capacitado para atuar em diferen-



tes situações educativas, seja na escola, fora dela, na docência ou em atividades de cunho social, com condições de intervir de forma competente, onde aconteça a atividade educativa.

A articulação disciplinar precisa ocorrer enlaçada às diferentes problemáticas que configuram o contexto social do cidadão nas instâncias local e global, buscando com isso a melhoria da qualidade da educação básica, especialmente aquela que se realiza na escola pública do campo. Apesar disso, o futuro professor necessita situar-se no momento histórico, reconhecendo suas potencialidades e limitações, assumindo compromissos éticos com a valorização da educação no campo e da escola pública, tendo em seu horizonte uma educação de qualidade socialmente referenciada. Entende-se, dessa forma, que o professor precisa dar especial atenção à construção de saberes a partir da reflexão crítica acerca da sua própria prática pedagógica de maneira colaborativa entre os sujeitos envolvidos na *práxis* educativa.

b) A interligação entre componentes curriculares de diferentes áreas de conhecimento

A realização da interligação entre componentes curriculares de diferentes áreas do conhecimento tem como princípio didático a interdisciplinaridade, em que se procura interpretar a realidade tendo em vista a multiplicidade de leituras, de modelos de construir conhecimento, para o que é necessário observar os fatos e fenômenos sob múltiplos olhares. Para contemplar esse princípio, a estrutura curricular está formatada com inclusão dos “Seminários Integradores das Práticas Pedagógicas”, espaço este da matriz curricular que visa agregar diferentes saberes por meio de eixos articuladores.

O curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura abarca conhecimentos de diversos campos do saber, como: a Matemática, a Biologia, a Física, a Química, a Educação, a Informática, a Agroecologia, dentre outros, o que exige uma postura de ressignificação do processo de organização, desenvolvimento e construção do conhecimento. Neste sentido, a interdisciplinaridade se apresenta como uma maneira precípua para promover uma formação integrada e articulada com a realidade social, política, econômica e cultural, que exige sempre mais uma formação cidadã, consciente, crítica, reflexiva, emancipatória.

Acredita-se, que a interdisciplinaridade coloca para o curso a necessidade da construção de novas posturas teórico-metodológicas para a produção do conhecimento. A maior premissa da perspectiva interdisciplinar está no desenvolvimento de ações coletivas, em cooperação, num trabalho articulado entre as diferentes áreas que constituem a matriz curricular do curso. Portanto,



todo o trabalho interdisciplinar requer a ruptura com posturas individuais e fragmentadas que compartimentalizam os conhecimentos, preterizando a riqueza e a complexidade do trabalho relacional.

Segundo Morin (2002), a interdisciplinaridade consiste em troca, cooperação, pois, o conhecimento é um movimento articulado entre saberes, ou seja, é relacional. Dessa maneira, para que a prática interdisciplinar ocorra o trabalho no curso precisa ser integrado, promovendo trocas entre os diversos campos do saber que envolve a formação do professor. Com base nisso, a postura dos docentes do curso deve ser a de abertura ao diálogo, ao intercâmbio, ao trabalho em conjunto, tendo em vista que a formação do licenciado em Educação do Campo, com foco na área de Ciências da Natureza requer uma formação interdisciplinar, por isso, é essencial que todos se pré-disponham a trabalhar de forma colaborativa, participativa.

O desenvolvimento de uma tarefa interdisciplinar requer o conhecimento da realidade numa perspectiva relacional, haja vista que o trabalho pode ser realizado por meio da pesquisa e da problematização da realidade sócio-educacional, para que assim se estabeleça o diálogo entre os conteúdos e os eixos-temáticos que configuram a proposta do curso em Educação do Campo. Nessa perspectiva, é preciso evitar a separação do saber em disciplinas que rejeitem as ligações com o seu meio, sendo este o grande desafio do corpo docente deste curso de Licenciatura.

Considerando tais conceitos, o curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, possui características de interação entre vários conteúdos, tanto da área das Ciências da Natureza como das demais áreas, buscando embasar o ato de ensinar num conhecimento permanentemente problematizado, contextualizado, globalizado.

c) Como se dará o princípio de flexibilidade e autonomia na matriz de oferta do curso

A flexibilidade e a autonomia na estrutura curricular parte do pressuposto de que o curso é um percurso que necessita ser construído diuturnamente, considerando os saberes e conteúdos da vivência e experiência do acadêmico, que busca o conhecimento de modo interativo.

O acadêmico do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura é considerado, sujeito ativo no processo de construção de seu conhecimento, da sua educação. Portanto, a flexibilização e autonomia **no** e **do** currículo fortalece esta concepção, quando possibilita a escolha por disciplinas que contemplem e complementem seu campo de interesse profissional, dessa forma, contribuindo para uma significativa formação como docente. A flexibilização



e a autonomia nos currículos dos cursos de licenciatura permitem ao acadêmico acompanhar as sucessivas transformações econômicas, políticas, sociais, culturais, tecnológicas e informacionais da contemporaneidade.

Dessa maneira, a flexibilidade representa o modo de romper com a rigidez dos currículos tradicionais, desenhados sem alternativas de proporcionar ao acadêmico o direito de escolher o percurso que seguirá na sua formação inicial e na continuada como docente. Ainda, cabe destacar que a flexibilidade pode ser evidenciada no currículo, por intermédio das atividades complementares, o que permite ao acadêmico construir seu itinerário formativo, vislumbrando opções concretas de aperfeiçoamento e/ou aprofundamento de estudos nas áreas de seu interesse, tanto pessoal como profissional.

d) Os objetivos do currículo ofertado

No curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura se pretende uma sólida formação específica e pedagógica, que habilite para uma prática docente competente e compromissada com os ideais maiores da educação do campo, tendo em conta o contexto social, político, econômico e cultural brasileiro. Para tanto, o docente necessita interagir com a realidade que o circunda, produzindo material didático quando necessário, buscando soluções para situações-problema por meio de práticas alternativas e tecnológicas. Assim, na perspectiva de desenvolver um curso, em que o princípio da interdisciplinaridade seja a base de um agir colaborativo, participativo e corresponsável, os saberes desta proposta serão trabalhados no horizonte de:

- Desenvolver investigações que contribuam para o estabelecimento de um corpo sistematizado de conhecimento, que favoreça tanto a evolução da investigação na área das Ciências da Natureza quanto a formação de professores para atuar em diversos níveis de ensino e em distintos espaços e modalidades educacionais.

- Conhecer as relações entre desenvolvimento científico e tecnológico e aspectos sócio-político-culturais, reconhecendo o papel da área de Ciências da Natureza no sistema produtivo, destacando o papel da Biologia, da Física e da Química para o desenvolvimento na contemporaneidade.



e) As concepções teórico-pedagógicas utilizadas e de como será organizado o curso em relação à oferta das modalidades de componentes e sua prática no âmbito do curso, constituindo-se na relação de informações acerca de qual percurso o discente deve percorrer para obter a diplomação

No mundo contemporâneo os contextos: econômico, social, político, cultural e científico-tecnológico, apontam para um olhar na perspectiva de novos paradigmas, o que exige atenta reflexão crítica acerca das práticas educacionais e dos modelos que as fundamentam.

Estamos inseridos no que denominamos de “sociedade do conhecimento”, na qual é necessário buscar a superação da dicotomia entre as ciências naturais e ciências sociais, considerando que elas não são isoladas e tampouco desconectadas. O docente precisa ter em mente que essa nova concepção de “sociedade do conhecimento” está focada no estudante e na aprendizagem. Nesse sentido, para ter sucesso na preparação do futuro profissional da educação, o ensino necessita reverter-se numa aprendizagem significativa.

A concepção pedagógica do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, propõe-se alicerçar pressupostos que atendam as demandas da “sociedade do conhecimento” num paradigma emergente, no qual o docente precisa (re)construir sua prática pedagógica com uma visão crítica e emancipatória. Cabe destacar que não se trata de oferecer um modelo prescritivo, mas vislumbrar caminhos metodológicos para a concepção de um novo papel de professor e aluno nos diferentes espaços educativos. A compreensão da mudança de paradigma torna-se imprescindível para a reflexão que o docente necessita fazer sobre sua própria ação pedagógica em sala de aula, atitude esta que se refletirá de forma positiva no estudante da educação básica.

Acreditamos que formar é organizar contextos de aprendizagem que sejam exigentes e estimulantes. Ou seja, ambientes formativos que potencializem o cultivo de atitudes responsáveis e éticas, fazendo com que desabrochem capacidades para o respeito à diversidade e a convivência em sociedade, convivendo e intervindo em interação com os outros cidadãos – agentes sociais. Entendemos que o hábito de refletir motiva o sujeito para continuar a aprender e a investigar, reconhecendo a importância das dimensões afetivas e cognitivas do ser humano, reagindo de forma consciente pedagógica e politicamente em face das mudanças e dos riscos que caracterizam uma sociedade em profundas transformações.

Desse modo, é necessário destacar que a concepção pedagógica deste curso procura atender novas expectativas, especialmente aquelas que favoreçam a construção e a produção do



conhecimento que possa dar conta de um olhar crítico-reflexivo sobre a educação em geral, mas principalmente sobre a educação do campo.

8.1. Componentes Curriculares do Domínio Comum

Os componentes curriculares do domínio Comum buscam assegurar que todos os estudantes da UFFS recebam uma formação ao mesmo tempo cidadã, interdisciplinar e profissional, possibilitando otimizar a gestão da oferta de disciplinas pelo corpo docente e, como consequência, ampliar as oportunidades de acesso à comunidade, com ênfase em fundamentos ontológicos, histórico-sociais e ético-epistemológicos. Estes componentes também têm por finalidade:

a) desenvolver em todos os estudantes da UFFS as habilidades e competências instrumentais consideradas fundamentais para o bom desempenho de qualquer profissional (capacidade de análise, síntese, interpretação de gráficos, tabelas, estatísticas; capacidade de se expressar com clareza; dominar minimamente as tecnologias contemporâneas de informação e comunicação); e

b) despertar nos estudantes a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, nas suas várias dimensões (municipal, estadual, nacional, regional, internacional).

DOMÍNIO COMUM	
COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA	
Produção Textual Acadêmica	4
Iniciação à Prática Científica	4
Informática Básica	4
Estatística Básica	4
EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL	
Introdução ao Pensamento Social	4
Introdução à Filosofia	4
Direitos e Cidadania	4
Meio Ambiente, Economia e Sociedade	4
História da Fronteira Sul	4
Subtotal	540

Quadro 2: Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura



A carga horária dos componentes curriculares do Domínio Comum é de 540 horas e representa 16% das 3.390 horas necessárias à integralização do curso.

8.2 Componentes curriculares do Domínio Conexo

De acordo com o PPI da UFFS, entende-se por Domínio Conexo o conjunto de disciplinas que se situam em espaço de interface de vários cursos, sem, no entanto, poderem ser caracterizadas como exclusivas de um ou de outro. No caso do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, o Domínio Conexo compõe-se de um conjunto de disciplinas da área pedagógica, as quais têm por finalidade situar e habilitar o acadêmico do curso para a prática docente na área de formação prevista (Ciências da Natureza). Destaca-se também no Domínio Conexo a oferta da disciplina de Libras, a qual terá importante papel no trabalho de inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva.

DOMÍNIO CONEXO	
COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
Fundamentos da Educação	4
Didática Geral	4
Língua Brasileira de Sinais	4
Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil	4
Teorias da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	4
Subtotal	300

Quadro 3: Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura

A carga horária dos componentes curriculares do Domínio Conexo é de 300 horas e representa 9% das 3.390 horas necessárias à integralização do curso.

8.3 Componentes curriculares do Domínio Específico

O Domínio Específico da proposta curricular deste curso tem como intencionalidade abordar as temáticas próprias do curso. Um dos fundamentos da Educação do Campo é que só há sentido em construir processos pedagógicos específicos às necessidades dos sujeitos do campo, vinculados à construção de outros modelos de desenvolvimento. Não há sentido desencadear esforços para a produção de teorias pedagógicas para um campo sem gente, para um campo sem sujeitos, ou dito de



outra forma, para uma ruralidade de espaços vazios. Esta educação inclui a escola, que na atualidade constitui uma luta prioritária porque há boa parte da população do campo que não tem garantido seu direito ao acesso à “chamada”: Educação Básica.

Neste sentido, é preciso compreender o território do campo para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é território de produção de vida; de produção de novas relações sociais; de novas relações entre os homens e a natureza; de novas relações entre o rural e o urbano. Assim, espera-se a partir destes componentes curriculares produzir um novo olhar para o campo, o que necessita ocorrer em sintonia com toda uma nova dinâmica social de valorização deste território e de busca de alternativas para melhorar a situação de quem vive e trabalha nele.

DOMÍNIO ESPECÍFICO	
COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
Agroecologia	4
Educação - Movimentos Sociais e Organizações Comunitárias	4
Educação Popular	4
Escola e Educação do Campo	4
Organização do Trabalho Escolar e Pedagógico	4
Realidade do Campo Brasileiro	4
Subtotal	360

Quadro 4: Componentes curriculares que compõem o Domínio Específico do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza– Licenciatura

A carga horária dos componentes curriculares do Domínio Específico é de 360 horas e representa 10,5% das 3.390 horas necessárias à integralização do curso.

8.4 Componentes curriculares da Área de Formação

Os componentes curriculares da Área de Formação têm como objetivo o tratamento dos conhecimentos necessários para a formação do professor para atuar no Ensino Fundamental e Médio, que tem como foco a área de Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química). O enfoque aos conhecimentos vinculados às Ciências da Natureza tem no horizonte o propósito de desenvolver os tópicos de Biologia, Física e Química de forma integrada - interdisciplinar, propiciando o conhecimento acerca do funcionamento orgânico da natureza como um todo, abordando também a cultura científica pelo viés da transversalidade.

ÁREA DE FORMAÇÃO	
COMPONENTE CURRICULAR	Créditos



Fundamentos da Matemática	4
História e Filosofia das Ciências Naturais	4
Biologia Geral	4
Biologia na Educação Básica I	4
Biologia na Educação Básica II	4
Biologia na Educação Básica III	4
Biologia na Educação Básica IV	3
Física na Educação Básica I	4
Física na Educação Básica II	4
Física na Educação Básica III	4
Física na Educação Básica IV	3
Química na Educação Básica I	4
Química na Educação Básica II	4
Química na Educação Básica III	4
Química na Educação Básica IV	3
Subtotal	855

Quadro 5: Componentes curriculares da Área de Formação do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura

A carga horária dos componentes curriculares da Área de Formação é de 855 horas e representa 25,5% das 3.390 horas necessárias à integralização do curso.

8.5 Componentes curriculares do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	
COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
Trabalho de Conclusão (TCC) – I	4
Trabalho de Conclusão (TCC) – II	4
Subtotal	120

Quadro 6: Componentes curriculares que compõem o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura

A carga horária dos componentes curriculares do Trabalho de Conclusão (TCC) é de 120 horas e representa 3,5% das 3.390 horas necessárias à integralização do curso.

8.6 Componentes curriculares da Prática Pedagógica como Componente Curricular

PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	
COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas I	4
Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas II	4



Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas III	4
Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas IV	4
Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas V	3
Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VI	3
Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VII	3
Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VIII	3
Subtotal	420

Quadro 7: Componentes curriculares que compõem a Prática Pedagógica como componente curricular do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura

A carga horária dos componentes curriculares da Prática Pedagógica como Componente Curricular é de 420 horas e representa 12,5% das 3.390 horas necessárias à integralização do curso.

8.7 Componentes curriculares dos Estágios

ESTÁGIOS	
COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
Pesquisa e Prática Pedagógica no EF (Estágio I)	6
Estágio Supervisionado EF (Estágio II)	8
Pesquisa e Prática Pedagógica no EM (Estágio III)	6
Estágio Supervisionado EM (Estágio IV)	7
Subtotal	405

Quadro 8: Componentes curriculares que compõem os Estágios do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura

A carga horária dos componentes curriculares dos Estágios é de 405 horas e representa 12% das 3.390 horas necessárias à integralização do curso.

8.8 Componentes curriculares Optativos

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	
COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
Tópico Especial I	4
Tópico Especial II	4
Tópico Especial III	4
Subtotal	180

Quadro 9: Componentes curriculares Optativos do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura

A carga horária dos componentes curriculares Optativos é de 180 horas e representa 5% das 3.390 horas necessárias à integralização do curso.



8.9 Atividades Curriculares Complementares – 210 horas

A carga horária das Atividades Curriculares Complementares é de 210 horas e representa 6% das 3.390 horas necessárias à integralização do curso.



8.10 Matriz Curricular

Campus de Erechim

Turno: Integral

Fase	Nº	Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créd.	Teor.	Prát.	Horas	Pré-Requisitos
1ª	01	GLA104	Produção Textual Acadêmica	4	4		60	
	02	GEX540	Fundamentos da Matemática	4	4		60	
	03	GEX208	Informática Básica	4	4		60	
	04	GCH333	Fundamentos da Educação	4	4		60	
	05	GCA409	Realidade do Campo Brasileiro	4	4		60	
	06	GCB288	História e Filosofia das Ciências Naturais	4	4		60	
	07	GCH607	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas I	4	2	2	60	
Subtotal				28	26	2	420	
2ª	08	GCH291	Introdução ao Pensamento Social	4	4		60	
	09	GCH290	Iniciação à Prática Científica	4	4		60	
	10	GEX210	Estatística Básica	4	4		60	
	11	GCA410	Escola e Educação do Campo	4	4		60	
	12	GCA411	Agroecologia	4	3	1	60	
	13	GCB289	Biologia Geral	4	3	1	60	
	14	GCH608	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas II	4	2	2	60	07
Subtotal				28	24	4	420	
3ª	15	GCH293	Introdução à Filosofia	4	4		60	
	16	GCH292	História da Fronteira Sul	4	4		60	
	17	GCH580	Teorias da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	4	4		60	
	18	GCH609	Educação Popular	4	4		60	
	19	GEX541	Física na Educação Básica I	4	3	1	60	
	20	GCB290	Biologia na Educação Básica I	4	3	1	60	13
	21	GCH610	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas III	4	2	2	60	14
Subtotal				28	24	4	420	
4ª	22	GCS239	Direitos e Cidadania	4	4		60	
	23	GCH338	Didática Geral	4	4		60	
	24	GCH611	Organização do trabalho escolar e Pedagógico	4	4		60	
	25	GEX542	Química na Educação Básica I	4	3	1	60	
	26	GEX543	Física na Educação Básica II	4	3	1	60	
	27	GCB291	Biologia na Educação Básica II	4	3	1	60	13
	28	GCH612	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas IV	4	2	2	60	21
Subtotal				28	23	5	420	
5ª	29	GCH613	Educação - Movimentos Sociais e Organizações Comunitárias	4	4		60	



Fase	Nº	Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créd.	Teor.	Prát.	Horas	Pré-Requisitos
	30	GLA109	Língua Brasileira de sinais	4	4		60	
	31	GCA413	Pesquisa e Prática Pedagógica no EF (Estágio I)	6	3	3	90	23
	32	GEX544	Química na Educação Básica II	4	3	1	60	25
	33	GEX545	Física na Educação Básica III	4	3	1	60	
	34	GCB292	Biologia na Educação Básica III	4	3	1	60	13
	35	GCH614	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas V	3	2	1	45	28
Subtotal				29	22	7	435	
6ª	36	GCH342	Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil	4	4		60	
	37	GCA414	Estágio Supervisionado EF (Estágio II)	8	4	4	120	31
	38	GEX546	Química na Educação Básica III	4	3	1	60	
	39	GEX547	Física na Educação Básica IV	3	2	1	45	
	40	GCB293	Biologia na Educação Básica IV	3	2	1	45	13
	41	GCH615	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VI	3	2	1	45	35
Subtotal				25	17	8	375	
7ª	42	GCA412	Tópico Especial I	4	4		60	
	43	GCS238	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	4	4		60	
	44	GCA415	Pesquisa e Prática Pedagógica no EM (Estágio III)	6	3	3	90	37*
	45	GEX548	Química na Educação Básica IV	3	2	1	45	38
	46	GCA416	TCC – I	4	2	2	60	
	47	GCH616	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VII	3	2	1	45	41
Subtotal				24	17	7	360	
8ª	48	GCA417	Tópico Especial II	4	4		60	
	49	GCA418	Tópico Especial III	4	4		60	
	50	GCA419	Estágio Supervisionado EM (Estágio IV)	7	4	3	105	44
	51	GCA420	TCC – II	4	2	2	60	46
	52	GCH617	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VIII	3	2	1	45	47
	Subtotal				22	16	6	330
Subtotal geral				212	169	43	3.180	
Atividades curriculares complementares				14	-	-	210	-
Total geral				226	169	43	3.390	

Quadro 10: Representação das disciplinas teóricas e práticas de matriz Curricular do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, *Campus Erechim*.

Alterada a matriz curricular, conforme Ato Deliberativo nº 2/CCIECCN-ER/UFFS/2016. (Exclusão pré-requisitos dos CCRS Seminário Integrador)

*Alterada matriz curricular conforme Ato Deliberativo Nº 01/2019- CCIECCN - ER



8.10.1 Componentes curriculares optativos do curso:

Os componentes curriculares optativos são propostos no sentido de oferecer conteúdos suplementares à formação profissional, com vistas a atender as demandas e as discussões advindas das salas de aula, garantindo flexibilidade e atualização à matriz curricular do curso.

As disciplinas optativas serão oferecidas no formato de Tópicos Especiais, haja vista que o oferecimento desta modalidade enquadrada como “Tópicos Especiais”, é recomendável pelas Diretrizes Curriculares para a formação de professores em nível superior. Isso possibilita aos acadêmicos e docentes do curso intercambiar temas, que emergirem no decorrer das disciplinas do curso e que suscitem maior aprofundamento teórico e prático. Tal modalidade colabora para minimizar o caráter endógeno e gradeado das matrizes curriculares dos cursos de graduação. Também, permite o aproveitamento de docentes e pesquisadores externos, de reconhecida competência que estejam temporariamente na instituição, para oferecimento de disciplinas de curta duração.

Para a integralização do currículo do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Licenciatura, os acadêmicos necessitam cursar doze (12) créditos, no mínimo, integralizando 180 horas em disciplinas optativas na modalidade Tópicos Especiais. Os Tópicos Especiais serão oferecidos mediante apresentação da proposta pelo docente, o qual deve indicar o número de créditos (dois ou quatro), ementa, objetivos, programa, metodologia, avaliação e as devidas referências bibliográficas. Cabe ressaltar que as propostas de Tópicos Especiais a serem oferecidas contarão com quatro (4) créditos, sendo que as mesmas serão analisadas e aprovadas pelo colegiado do curso.

A oferta de Tópicos Especiais de acordo com a Matriz Curricular acontecerá na sétima (7ª) e oitava (8ª) fase do curso, o que não impede o acadêmico de realizá-la em outro período, enfatizando que a integralização do currículo do curso só acontecerá com a comprovação/aprovação em no mínimo 180 horas (12 créditos) de disciplinas nesta modalidade.



Nº Ordem	Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
42		Tópico Especial I	4	60
48		Tópico Especial II	4	60
49		Tópico Especial III	4	60

Quadro 11: Componentes curriculares optativos do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura – modalidade Tópicos Especiais.

8.11 Modalidades de componentes curriculares presentes na matriz do curso:

8.11.1 Estágios curriculares supervisionados (Normatização no ANEXO I)

Os momentos destinados aos Estágios constituem-se em possibilidades de experimentação da docência na área na qual o futuro professor está buscando sua formação. No caso do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, os Estágios estão previstos a partir da 5ª fase do curso, compondo as seguintes etapas: Pesquisa e Prática Pedagógica no Ensino Fundamental; Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental; Pesquisa e Prática Pedagógica no Ensino Médio; Estágio Supervisionado no Ensino Médio.

A despeito disso, o projeto pedagógico deste curso prevê a realização de estágios nas últimas quatro fases do curso: 5ª fase: Pesquisa e Prática Pedagógica no Ensino Fundamental – 6 créditos; 6ª fase: Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental – 8 créditos; 7ª fase: Pesquisa e Prática Pedagógica no Ensino Médio – 6 créditos; 8ª fase: Estágio Supervisionado no Ensino Médio – 7 créditos.

O estágio correspondente ao Ensino Fundamental contará com 14 créditos - 210 horas/aula; já o estágio correspondente ao Ensino Médio contará com 13 créditos – 195 horas/aula. Desse modo, o período dos estágios representa momento importante de aprofundamento de áreas de estudo do Curso, podendo ser caracterizados da seguinte forma:

1. Pesquisa e Prática Pedagógica no Ensino Fundamental

Trata-se do espaço curricular destinado ao estágio em educação escolar, podendo ser desenvolvido junto à Escola do Campo de Ensino Fundamental – anos finais. A base desta atividade de estágio consiste na investigação do contexto da escola na qual será desenvolvida esta etapa do estágio curricular. Para esta disciplina convergirão docentes responsáveis pelas disciplinas do Domínio Conexo e os da área de Ensino de Ciências, de Biologia, de Física e de Química. Prevê-se:



a) a observação e o acompanhamento das aulas de uma turma dos anos finais do Ensino Fundamental na qual será desenvolvido o estágio de docência no semestre posterior; b) a elaboração do projeto de estágio para o Ensino Fundamental – anos finais; c) a realização do seminário final da disciplina com a socialização dos projetos de estágio de cada acadêmico estagiário.

2. Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental

Trata-se do espaço curricular destinado ao estágio de docência, à intervenção do acadêmico estagiário diretamente em sala de aula, dinamizando o processo didático-pedagógico em uma classe dos anos finais do Ensino Fundamental. Este estágio será desenvolvido com base no Projeto de Estágio elaborado na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica no Ensino Fundamental. Prevê-se: a) o ministério de aulas na disciplina de Ciências numa turma de alunos de Ensino Fundamental – anos finais; b) participação nas aulas teóricas e nos encontros de orientação e planejamento do estágio; c) elaboração do relatório de estágio; d) participação no seminário com a socialização da experiência realizada por meio da disciplina Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental.

3. Pesquisa e Prática Pedagógica no Ensino Médio

Trata-se do espaço curricular destinado ao estágio em educação escolar, podendo ser desenvolvido junto à Escola do Campo de Ensino Médio. A base desta atividade de estágio consiste na investigação do contexto da escola na qual será desenvolvida esta etapa do estágio curricular. Para esta disciplina convergirão docentes responsáveis pelas disciplinas do Domínio Conexo e os da área de Ensino de Biologia, de Física e de Química. Prevê-se: a) a observação e o acompanhamento das aulas de uma turma do Ensino Médio na qual será desenvolvido o estágio de docência no semestre posterior; b) a elaboração do projeto de estágio para o Ensino Médio; c) a realização do seminário final da disciplina com a socialização dos projetos de estágio de cada acadêmico estagiário.

4. Estágio Supervisionado no Ensino Médio

Trata-se do espaço curricular destinado ao estágio de docência, à intervenção do acadêmico estagiário diretamente em sala de aula, dinamizando o processo didático-pedagógico em uma classe do Ensino Médio. Este estágio será desenvolvido com base no Projeto de Estágio elaborado na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica no Ensino Médio. Prevê-se: a) o ministério de aulas nas



disciplinas de Biologia, Física ou Química numa turma de alunos de Ensino Médio; b) participação nas aulas teóricas e nos encontros de orientação e planejamento do estágio; c) elaboração do relatório de estágio; d) participação no seminário com a socialização da experiência realizada por meio da disciplina Estágio Supervisionado no Ensino Médio.

Serão realizadas aulas presenciais com os estagiários, as quais contam com o suporte dos professores orientadores/supervisores de estágio com o papel de orientar, interagir e favorecer a ressignificação da ação pedagógica. Ocorrerão momentos de trabalho coletivo (toda a turma) com discussões gerais acerca do estágio e trabalhos específicos entre orientadores e orientandos. Os estagiários receberão acompanhamentos *in loco* (supervisão de estágio) durante o período de estágio. Como instrumentos de avaliação serão utilizados: a ficha de acompanhamento do desempenho do estagiário; e a ficha para avaliar o relatório final. Para concluir a prática de estágio será realizado o seminário final, no qual os acadêmicos oferecem à apreciação de seus colegas e docentes o relatório do trabalho desenvolvido.

Os Estágios Supervisionados no Ensino Fundamental e no Ensino Médio serão precedidos pelas disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, respectivamente, seguindo os princípios do curso. Nestas os acadêmicos farão:

- o mapeamento das questões centrais que dizem respeito à área de atuação a ser abarcada pelo Estágio Supervisionado;
- o trabalho de campo com a coleta de dados (cada acadêmico realiza o processo no contexto em que realizará o estágio); a leitura do contexto escolar, envolvendo a realidade sócio-cultural, a instituição, a docência, o currículo, os sujeitos;
- a socialização e análise dos dados por meio da construção de categorias, apontando possíveis temáticas de estágio;
- a sistematização das questões centrais da pesquisa na modalidade de projeto de estágio;
- a contextualização, envolvendo o mapeamento e a problematização das questões que emergem do espaço campo de estágio.

No que tange ao planejamento e desenvolvimento do estágio curricular é fundamental a relação de mútua colaboração entre, principalmente, as escolas envolvidas e a Universidade. Desse modo, enfatiza-se a necessidade de a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS estabelecer uma



conduta a ser reconhecida como sendo a que dá identidade à ação da UFFS junto às escolas do campo.

8.11.2 *Atividades curriculares complementares (Normatização no ANEXO II)*

As Atividades Curriculares Complementares (ACCs) constituem ações que visam à complementação do processo ensino-aprendizagem, sendo desenvolvidas ao longo do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, com carga horária de 210 horas. As ACCs constituem mecanismo de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância.

Enquanto requisito obrigatório as ACCs respondem ao princípio da flexibilidade, pelo qual o estudante tem a oportunidade de decidir sobre uma parte do currículo, sendo ordenadas por duas legislações específicas: pela determinação constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, a qual estabelece em seu artigo 3º a “valorização da experiência extra-classe” e, também, pelo que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Licenciatura.

São exemplos de ACCs: Participação em exposição, congressos, seminários, cursos de extensão e/ou outros eventos (até 20 horas); Apresentação em congressos, seminários, exposição outros eventos (até 40 horas); Estágio não-obrigatório (até 40 horas); Estudo de caso (fora das disciplinas) (até 10 horas); Elaboração de material didático (até 40 horas); Ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário (até 20 horas); Leituras e estudos orientados (até 10 horas); Monitorias (até 20 horas); Iniciação científica (até 40 horas); Participação e/ou desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão (até 20 horas); Relatórios de pesquisas (fora das disciplinas) (até 20 horas); Publicação de artigo completo (até 30 horas); Disciplinas presenciais ou à distância (em adição a grade regular) (até 20 horas); Publicação de resumos de artigos (até 20 horas); Cursos e projetos de extensão (até 40 horas); Organização de eventos (até 20 horas).

8.11.3 *Trabalho de Conclusão de Curso (Normatização no ANEXO III)*

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório, a ser realizado no último ano do curso (7ª e 8ª fase), centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação de



atividades de pesquisa e de intervenção na realidade. Todo trabalho de TCC necessita vir acompanhado de projeto de pesquisa e/ou de execução e apresentação dos resultados acompanhados de relatório escrito. Poderão ser apresentadas propostas de TCC em grupos que serão avaliadas pelo colegiado. O TCC tem como objetivos:

- Aprimorar a formação profissional, contribuindo para melhorar a visão dos problemas relacionados à área de atuação do licenciado, o que possibilitará a utilização de procedimentos científicos no encaminhamento das soluções.
- Propiciar ao acadêmico a oportunidade de aprofundamento de estudos, tendo em vista a aplicação da metodologia científica.
- Desenvolver no acadêmico o interesse pela pesquisa, indicando procedimentos teórico-metodológicos aos temas apresentados para o desenvolvimento do TCC.
- Abordar tópicos específicos de conhecimentos relativos a atividades de ensino, pesquisa ou extensão.

Para a realização do TCC os educandos do curso contarão, além do apoio do professor do componente curricular, com um professor orientador que tenha afinidade com o tema. Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) serão avaliados por uma banca examinadora.

8.11.4 Práticas Pedagógicas como componentes curriculares

As “práticas pedagógicas” estarão contempladas no Componente Curricular **Seminário Integrador de Práticas Pedagógicas**, o qual permeará todo o processo do curso (da 1ª a 8ª fase).

Este tempo educativo tem como finalidade articular os diversos processos vivenciados no andamento do curso, buscando superar os enfoques unilaterais e dissociados no tratamento disciplinar. Além disso, torna-se importante mecanismo potencializador do exercício pedagógico a ser desenvolvido na vida acadêmica do estudante.

Neste sentido, pretende-se, de forma intencionalmente planejada, criar um ambiente de discussão coletiva em que os estudantes possam confrontar os conteúdos e as aprendizagens apropriados nos componentes curriculares com as experiências e saberes produzidos nas comunidades e nas escolas, a partir de observações, registros, análise documental, diálogo com os sujeitos educativos e intervenções nos processos.

Numa relação dialógica e contínua também desempenhará um importante papel de preparar o processo de transição entre os Tempos e Espaços Educativos, (TEE Escola/Curso – TEE



Comunidade/Escola do Campo), priorizando espaços de planejamento e avaliação entre cada um destes momentos.

Ao longo do curso estão previstas 420 horas de **Seminário Integrador de Práticas Pedagógicas** distribuídos nas etapas conforme a indicação na grade curricular.



Total de créditos por modalidades

MODALIDADE	Créditos	Horas
Componentes Curriculares obrigatórios	165	2.475
Componentes Curriculares optativos	12	180
Estágio Curricular Supervisionado	27	405
Trabalho de Conclusão de Curso	8	120
Atividades curriculares complementares	14	210
TOTAL	226	3.390

Quadro 12: Representação dos créditos por modalidade - Matriz Curricular do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, *Campus Erechim*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO | DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

8.12 Análise vertical e horizontal da matriz curricular

8.12.1 Matriz curricular do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza - Licenciatura – Turno – Integral

FASE	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular
	Cód. N°	Cód. N°	Cód. N°	Cód. N°	Cód. N°	Cód. N°	Cód. N°	Cód. N°	Cód. N°	Cód. N°
	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas
1ª	Produção Textual Acadêmica	Fundamentos da Matemática	Informática Básica	Fundamentos da Educação	Realidade do Campo Brasileiro	História e Filosofia das Ciências Naturais	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas I			
	4/60	4/60	4/60	4/60	4/60	4/60	4/60			
2ª	Introdução ao Pensamento Social	Iniciação à Prática Científica	Estatística Básica	Escola e Educação do Campo	Agroecologia	Biologia Geral	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas II			
	4/60	4/60	4/60	4/60	4/60	4/60	4/60			
3ª	Introdução à Filosofia	História da Fronteira Sul	Teorias da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	Educação Popular	Física na Educação Básica. I	Biologia na Educação Básica I	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas III			
	4/60	4/60	4/60	4/60	4/60	4/60	4/60			
4ª	Direito e Cidadania	Didática Geral	Organização do Trabalho Escolar e Pedagógico	Química na Educação Básica. I	Física na Educação Básica. II	Biologia na Educação Básica II	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas IV			
	4/60	4/60	4/60	4/60	4/60	4/60	4/60			
5ª	Educação Movimentos Sociais e Organizações Comunitárias	Língua Brasileira de Sinais	Pesquisa e Prática Pedagógica no EF (Estágio I)	Química na Educação Básica. II	Física na Educação Básica. III	Biologia na Educação Básica III	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas V			

Projeto Pedagógico do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Licenciatura, *Campus* Erechim.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO | DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

FASE	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular	Comp. Curricular
	Cód. N°	Cód. N°	Cód. N°	Cód. N°	Cód. N°	Cód. N°	Cód. N°	Cód. N°	Cód. N°	Cód. N°
	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas	Créditos/Horas
	4/60	4/60	6/90	4/60	4/60	4/60	3/45			
6ª	Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil	Estágio Supervisionado EF (Estágio II)	Química na Educação Básica. III	Física na Educação Básica. IV	Biologia na Educação Básica. IV	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VI				
	4/60	8/120	4/60	3/45	3/45	3/45				
7ª	Tópico Especial I	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	Pesquisa e Prática Pedagógica no EM (Estágio III)	Química na Educação Básica. IV	TCC – I	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VII				
	4/60	4/60	6/90	3/45	4/60	3/45				
8ª	Tópico Especial II	Tópico Especial III	Estágio Supervisionado no EM (Estágio IV)	TCC – II	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas VIII					
	4/60	4/60	7/105	4/60	3/45					

Quadro 13: Grade curricular do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, *Campus* Erechim.



8.13 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares.

8.13.1 Componentes curriculares obrigatórios do curso

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA104	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	04	60
EMENTA			
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.			
OBJETIVO			
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.			
CITELLI, Adilson. O texto argumentativo. São Paulo: Scipione, 1994.			
MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.			
MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.			
MEDEIROS, João B. Redação científica. São Paulo: Atlas, 2009.			
MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.			
SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028: Informação e documentação - Resumos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.			
_____. NRB 6023: Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.			
_____. NRB 10520: Informação e documentação - Citações - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.			
BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. São Paulo: Ática, 2005.			
COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 2006.			
COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita. Campinas: Pontes, 2002.			
FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto. Petrópolis: Vozes, 2003.			
GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008.			
KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 1997.			



_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

MOYSÉS, Carlos A. **Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2006.

SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. **Compreensão e produção de textos**. Petrópolis: Vozes, 2002.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créd.	Horas
GEX540	FUNDAMENTOS DA MATEMÁTICA	4	60
EMENTA			
Noções de lógica. Noções de conjuntos. Equações de 1º e 2º grau. Relações. Funções. Relações métricas no triângulo retângulo. Trigonometria. Grandezas proporcionais. Regra de três simples e composta. Juros simples. Sistemas de medidas. Geometria Plana e Espacial.			
OBJETIVO			
Dominar noções básicas sobre lógica, conjuntos, equações de 1º e 2º graus, relações, funções, relações métricas no triângulo retângulo, trigonometria, grandezas proporcionais, regra de três, juros, sistemas de medidas e geometria plana e espacial, tendo em vista a resolução de situações-problema no campo das Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química).			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
HAZZAN, Samuel. Fundamentos de Matemática Elementar . 7. ed. São Paulo: Atual, 2004. v. 5. IEZZI, G.; DOLCE, O.; DEGENSZAJN, D. M.; PÉRIGO, R. Fundamentos de Matemática Elementar . São Paulo: Atual, 1993. v. 1, 2, 5 e 9. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de Matemática Elementar . 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. v. 1. IEZZI, Gelson. Fundamentos de Matemática Elementar . 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. v. 3. LINDQUIST, Mary M.; SHULTE, Albert P. (Org.). Aprendendo e ensinando geometria . Tard. Hygino H. Domingues. São Paulo: Atual, 1994.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
PAIVA, M. Matemática . São Paulo: Moderna, 1950. SIGMOREELLI, C. F. Matemática . São Paulo: Ática, 1992. SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. Matemática - Ensino Médio . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. SMOLE, K. S.; KIYUKAWA, R. Matemática . São Paulo: Saraiva, 1998.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX208	INFORMÁTICA BÁSICA	04	60
EMENTA			
Fundamentos de informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de softwares de produtividade para criação de projetos educativos e/ou técnicos e/ou multimidiáticos.			
OBJETIVO			
Operar as ferramentas básicas de informática de forma a poder utilizá-las interdisciplinarmente, de modo crítico, criativo e pró-ativo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTONIO, João. Informática para Concursos: teoria e questões . Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009.			
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.			
NORTON, P. Introdução à informática . São Paulo: Pearson, 2010.			
SEBBEN, A.; MARQUES, A. C. H. (Org.). Introdução à informática: uma abordagem com libreoffice . Chapecó: UFFS, 2012. 201 p. ISBN: 978-85-64905-02-3. Disponível em: <cc.uffs.edu.br/downloads/ebooks/Introducao_a_Informatica.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FEDELI, Ricardo D.; POLLONI, Enrico G. P.; PERES, Fernando E. Introdução à ciência da computação . 2. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.			
HILL, Benjamin Mako; BACON, Jono. O livro oficial do Ubuntu . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.			
LANCHARRO, Eduardo Alcalde; LOPEZ, Miguel Garcia; FERNANDEZ, Salvador Peñuelas. Informática básica . São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.			
MANZANO, André Luiz N. G.; TAKA, Carlos Eduardo M. Estudo dirigido de microsoft windows 7 ultimate . São Paulo: Érica, 2010.			
MEYER, M.; BABER, R.; PFAFFENBERGER, B. Nosso futuro e o computador . Porto Alegre: Bookman, 1999.			
MONTEIRO, M. A. Introdução à organização de computadores . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.			
MORGADO, Flavio. Formatando teses e monografias com BrOffice . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.			
SCHECHTER, Renato. BrOffice Calc e Writer: trabalhe com planilhas e textos em software livre . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH333	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	04	60
EMENTA			
1. Relações entre sociedade, cultura e educação. 2. Modernidade e Educação: Igualdade, Democracia e Emancipação. 4. Conhecimento e formação humana: Reconhecimento, Alteridade e Identidade. 5. A Instituição escolar na atualidade e políticas de formação docente.			
OBJETIVO			
Desenvolver uma reflexão sistemática e interdisciplinar acerca das diferentes perspectivas que constituem as práticas educativas, atribuindo ênfase aos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos que possibilitam o pensamento pedagógico contemporâneo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação . São Paulo: Paz e Terra, 1995. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere . Os intelectuais, o princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2 MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital . São Paulo: Boitempo, 2005. KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? In: CARNEIRO LEÃO, E. (Org.). Textos seletos . Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1974. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. CAMBI, Franco. História da Pedagogia . São Paulo: Ed. da UNESP, 2000. COMENIUS. Didática Magna . São Paulo: Martins Fontes, 2006. DURKHEIM, Émile. A evolução pedagógica . Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . São Paulo: Loyola, 1992. LIMA, Júlio César F.; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). Fundamentos da Educação escolar no Brasil contemporâneo . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da Antiguidade aos nossos dias . São Paulo: Cortez, 1997. MORAES, Maria C. M. de (Org.). Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação . Rio de Janeiro: DP&A, 2003. ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da Educação . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA409	REALIDADE DO CAMPO BRASILEIRO	4	60
EMENTA			
Análise da formação histórica da estrutura fundiária. A luta pela Reforma Agrária. A constituição histórica do Agronegócio e da Agroecologia. O Estado e a Questão Agrária. A teoria dos Novos Movimentos Sociais.			
OBJETIVO			
Desenvolver a capacidade de análise crítica da realidade social, econômica, técnica, cultural e política da sociedade em geral, e do meio rural em particular, compreendendo as transformações neste contexto.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . São Paulo: Editora Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.			
BUAINAIN, Antônio Márcio (Coord.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil . Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.			
CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF Renato S. (Org.). Agricultura Familiar . Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.			
MOREIRA, Roberto José (Org.). Identities Sociais: Ruralidades no Brasil contemporâneo . Rio de Janeiro: DP&A, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
DAGNINO, Evelina (Org.). Política e Sociedade no Brasil . São Paulo: Brasiliense, 1990.			
FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: Indagações sobre algumas especificidades brasileiras. Revista Estudos Sociedade e Agricultura , n. 18, p. 28-46, out. 2002.			
FURTADO, Celso. Raízes do Subdesenvolvimento . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.			
IANNI, Octávio. A Era do Globalismo . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. (Em especial Cap. 2: O Mundo Agrário, p. 37-57).			
MARTINS, José de Souza. Introdução Crítica à Sociologia Rural . São Paulo: Hucitec, 1986.			
SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. Revista Estudos Avançados , São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, USP, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB288	HISTÓRIA E FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS NATURAIS	4	60
EMENTA			
Agricultura e as origens do conhecimento científico. A evolução do conceito de conhecimento. Os principais paradigmas da Biologia, da Física e da Química. Algumas rupturas e revoluções nas Ciências da Natureza. Métodos e práticas científicas: como a Ciência é produzida hoje. A produção científica no Brasil e na América Latina. O valor social da Ciência. O papel das mulheres no desenvolvimento da Ciência no Brasil.			
OBJETIVO			
Desenvolver uma leitura crítica da história das ciências naturais, seus objetos, abordagens e fontes, percebendo a historicidade de suas concepções e de suas práticas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRAGA, Marco; GUERRA, Andreia; REIS, José Claudio. Breve história da ciência moderna . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. BUNGE, M. Teoria e Realidade . São Paulo, SP: Perspectiva, 1974. HENRY, J. A revolução científica e as origens da ciência moderna . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAYDER, F. O Método nas Ciências Naturais e Sociais . São Paulo, SP: Pioneira, 1998. MORIN, E. Science avec Conscience: Ciência com consciência . Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice S. Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. MORTIMER, E. F. Linguagem e formação de conceitos no ensino de ciências . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. OLIVEIRA, M. B. de. Da ciência cognitiva à dialética . São Paulo: Discurso Editorial, 1999.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BIZZO, N. Ciências: fácil ou difícil? São Paulo, SP: Ática, 1998. BUNGE, M. Física e Filosofia . São Paulo, SP: Perspectiva, 2000. FEYERABEND, Paul K. Diálogo sobre o método . Lisboa: Presença, 1991. HELLMAN, H. Grandes Debates da Ciência – dez das maiores contendas de todos os tempos. São Paulo: Editora UNESP, 1999. HORGAN, J. O fim da ciência : uma discussão sobre os limites do conhecimento científico. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. KUHN, Thomas S. A Estrutura das revoluções científicas . 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. LEMKE, J. L. Aprender a Hablar Ciencia . Lenguaje, aprendizaje y valores. Barcelona: Paidós, 1997. MORIN, E. La méthode 1. La nature de la nature : O método 1: a natureza da natureza. Trad. Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2002. THUILLIER, P. De Arquimedes a Einstein : a face oculta da revolução científica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH607	SEMINÁRIO INTEGRADOR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS I	4	60
EMENTA			
Processo educativo do sujeito licenciando em educação do campo. Processo histórico-cultural dos sujeitos.			
OBJETIVO			
Discutir o papel do educador e refletir sobre seu processo de formação na construção de um projeto de campo na perspectiva dos trabalhadores.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1993.			
NÓVOA, Antonio (Org.). Vidas de professores. Porto: Porto Editora, 1992. (Coleção Ciências da Educação). v. 4.			
PERRENOUD, P. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: Perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 1993.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
PÉREZ-GÓMEZ, A. O pensamento prático do professor - A formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.			
REALI, A. M. M. R.; MIZUKAMI, M. G. N. (Org.). Formação de professores: tendências atuais. São Carlos: EDUFSCar, 1996.			
SCHÖN, D. A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.			
TARDIF, M.; LESSARD, C.; LAHAYE, L. Os professores face ao saber. Esboço de uma problemática do saber docente. Teoria e Educação , v. 4, p. 215-233, 1991.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH291	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	04	60
EMENTA			
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005.			
LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Petrópolis: Vozes, 2005.			
LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988.			
QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos . 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.			
TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia . São Paulo: Unesp, 2008.			
CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social . Bauru: EDUSC, 2010.			
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008.			
GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: Unesp, 1999.			
LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber . Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos aires: CLACSO, 2005.			
LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.			
MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994.			
OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH290	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	04	60
EMENTA			
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.			
OBJETIVO			
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.			
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.			
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.			
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.			
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.			
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.			
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.			
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.			
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.			
MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.			
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.			
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.			
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.			
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX210	ESTATÍSTICA BÁSICA	04	60
EMENTA			
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.			
OBJETIVO			
Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e, sintetizar dados estatísticos com vistas ao avanço da ciência e à melhoria da qualidade de vida de todos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.			
BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica . 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011.			
CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.			
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística . 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.			
SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística para cursos de engenharia e informática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
BUSSAB, Bolfarine H.; BUSSAB, Wilton O. Elementos de Amostragem . São Paulo: Blucher, 2005.			
CARVALHO, S. Estatística Básica: teoria e 150 questões . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.			
GERARDI, Lúcia H. O.; SILVA, Barbara-Cristine N. Quantificação em Geografia . São Paulo: DIFEL, 1981.			
LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2005.			
MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.			
MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.			
ROGERSON, P. A. Métodos Estatísticos para Geografia: um guia para o estudante . 3. ed. Porto Alegre: Boockman, 2012.			
SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.			
SPIEGEL, M. R. Estatística . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.			
TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.			
VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Elementos de Estatística . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA410	ESCOLA E EDUCAÇÃO DO CAMPO	4	60
EMENTA			
Histórico e paradigmas da Educação Rural e do Campo no Brasil. Pesquisas em Educação do Campo. Práticas pedagógicas, saberes e culturas escolares da Educação do Campo. O currículo e a formação de professores.			
OBJETIVO			
Compreender a escola do campo no seu contexto histórico-social e enquanto espaço primordial na construção de um projeto de desenvolvimento e emancipação popular.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Por Uma Educação do Campo . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo . Brasília, DF, 2002. CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação no meio rural. In: THERRIEN, Jaques; DAMASCENO, Maria N. (Org.). Educação e escola no campo . Campinas: Papirus, 1993. CENTRO DE EDUCAÇÃO – UFSM. Revista do Centro de Educação Dossiê: Educação do Campo , v. 33, n. 1, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ARROYO, Miguel. Pedagogias em Movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? Currículo Sem Fronteiras , v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003. CALDART, Roseli. A escola do Campo em movimento. Currículo sem Fronteiras , v. 3, n. 1, p. 60-81, jan./jun. 2003. KOLLING, Edgar Jorge; NERY, F. S. C.; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Por uma Educação Básica do Campo . Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção Por uma Educação básica do Campo, caderno n. 1). KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas . Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2002. (Coleção Por uma Educação básica do Campo, caderno nº 4). VENDRAMINI, Célia. A escola diante do multifacetado espaço rural. Perspectiva Revista do Centro da Educação , v. 22, n. 1, Florianópolis, Editora da UFSC: NUP/CED, jan./jun. 2004.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA411	AGROECOLOGIA	4	60
EMENTA			
Evolução e coevolução: a agricultura como atividade transformadora do ambiente; A agricultura e implicações socioambientais: os problemas da agricultura moderna e a sustentabilidade; Epistemologia da Agroecologia e evolução do pensamento agroecológico; Definição de agroecossistemas; Relações Agroecossistemas-ecossistemas: validação de princípios ecológicos no estudo de agroecossistemas; Grupos funcionais, estrutura, ciclos biogeoquímicos, diversidade, estabilidade e resiliência em agroecossistemas; Dimensões da Agrobiodiversidade; Manejo e códigos de agroecossistemas: práticas de produção; metodologias de análise e avaliação de agroecossistemas; sustentabilidade.			
OBJETIVO			
Compreender as diferenças entre ecossistemas e agroecossistemas, bem como as transformações da agricultura ao longo da história com ênfase na transição da agricultura tradicional para a agricultura convencional, seus impactos negativos e as alternativas possíveis a partir do manejo sustentável dos recursos naturais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura sustentável . Guaíba: Agropecuária, 2002. AQUINO, Adriana M.; ASSIS, Renato L. (Ed.). Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável . Brasília: Embrapa, 2005. GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável . Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BONILLA, José A. Fundamentos da agricultura ecológica: sobrevivência e qualidade de vida . São Paulo: Nobel, 1992. FORNARI, Ernani. Manual prático de Agroecologia . São Paulo: Aquariana, 2002. KHATOUNIAN, Carlos A. A reconstrução ecológica da agricultura . Botucatu: Agroecológica, 2001. ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETTI, Alceu. Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente . Petrópolis: Vozes, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB289	BIOLOGIA GERAL	4	60
EMENTA			
Organização estrutural e funcional da célula procarionte e eucarionte e de seus componentes sub-celulares. Métodos básicos de estudos da célula. Ciclo celular. Química e importância biológica de aminoácidos, proteínas, carboidratos, lipídeos e ácidos nucleicos. Enzimas: química, cinética e inibição. Coenzimas e Vitaminas. Energética bioquímica e visão geral do metabolismo, respiração e fotossíntese. Microbiologia e ambiente.			
OBJETIVO			
Reconhecer no estudo das células a importância dos conhecimentos que auxiliem na preservação da saúde e conseqüentemente na melhoria da qualidade de vida, identificando os processos químicos envolvidos no metabolismo, na respiração e na fotossíntese.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALBERTS, B.; BRAY, D.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; ARNALDO, Z. Biologia Molecular Básica . Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000. DE ROBERTIS, E. D. P.; DE ROBERTIS, E. M. F. Jr. Bases da Biologia Celular e Molecular . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993. DE ROBERTIS, E. M. F. Jr. Bases da Biologia Celular e Molecular . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. GARCI, S. M. L. Embriologia . Porto Alegre: Artmed, 2001. JUNQUEIRA, L. C. Biologia Celular e Molecular . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. _____. Biologia Celular e Molecular . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. VIEIRA, E. C.; GAZZINELLI, M. M. Biologia molecular - Bioquímica Celular . São Paulo: Atheneu, 1998. WALTER, P. Biologia Molecular da Célula . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. _____. Fundamentos da Biologia Celular: Uma Introdução à Biologia Molecular da Célula . Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. _____. Biologia Molecular da Célula . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. _____. Fundamentos da Biologia Celular: Uma Introdução à Biologia Molecular da Célula . Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. ZAHA, A. Biologia molecular e básica . Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARNALDO, Z. Biologia Molecular Básica . Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000. HARRISSON, D. Biologia Celular . Lisboa: Presença, 1985. MAILLET, M. Biologia Celular . São Paulo: Santos, 2003. MELLO, V. Biologia Celular . São Paulo: Atheneu, 1987. PELCZAR, M. J. et al. Microbiologia: Conceitos e Aplicações . São Paulo: Makron Books, 1996. v. 1 e 2. TORTORA, Gerard J.; FUNKE, Berdell R.; CASE, Christine L. Microbiologia . 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 934 p. WEIZZ, P. B.; KEOGH, R. N. La Ciencia de La Biología . S. L. Barcelona: Omega, 1987.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH608	SEMINÁRIO INTEGRADOR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS II	4	60
EMENTA			
Processos educativos escolares. Identidade administrativa, política e pedagógica da escola do campo.			
OBJETIVO			
Problematizar o contexto da Educação do Campo, desenvolvendo conceitos e temáticas que contemplem a dimensão escolar enquanto <i>lôcus</i> privilegiado para produção e difusão do conhecimento.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006. SAVIANI, D. Escola e democracia. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Trabalho, Educação e Prática Social: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ARROYO, Miguel G. Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. MST. Dossiê MST Escola – Documentos e estudos 1990 – 2001. Caderno de Educação n. 13, Edição Especial. Setor de educação (Org.). Cromosete, 2005. PISTRAK, M. M. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2000. SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas desenvolvidas no MST. Petrópolis: Vozes, 2006. TERRIEN, Jaques; DAMASCENO, Maria N. (Org.). Educação e escola no campo. Campinas: Papyrus, 1993.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH293	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	04	60
EMENTA			
A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento; principais correntes do pensamento filosófico; Fundamentos filosóficos da Modernidade. Tópicos de Ética e de Epistemologia.			
OBJETIVO			
Refletir criticamente, através de pressupostos éticos e epistemológicos, acerca da modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABBA, Giuseppe. História crítica da filosofia moral . São Paulo: Raimundo Lulio, 2011.			
DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Introdução à teoria da ciência . Florianópolis: EdUFSC, 2003.			
FRANCO, Irley; MARCONDES, Danilo. A Filosofia: O que é? Para que serve? São Paulo: Jorge Zahar, 2011.			
GALVÃO, Pedro (Org.). Filosofia: Uma Introdução por Disciplinas . Lisboa: Edições 70, 2012. (Extra Coleção).			
HESSEN, J. Teoria do conhecimento . São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética . São Paulo: Zahar editores, 2009.			
VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . São Paulo: Civilização brasileira, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas . São Paulo: Editora da USP, 2000.			
GRANGER, Giles-Gaston. A ciência e as ciências . São Paulo: Ed. Unesp, 1994.			
HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos . O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
HORKHEIMER, MAX. Eclipse da razão . São Paulo: Centauro, 2002.			
JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio . 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007.			
NOBRE, M. (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica . 1. ed. Campinas: Papyrus, 2008.			
REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia . 7. ed. São Paulo: Paulus, 2002. 3 v.			
SARTRE, Jean-Paul. Marxismo e existencialismo . In: _____. Questão de método . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.			
SCHILLER, Friedrich. Sobre a educação estética . São Paulo: Herder, 1963.			
SILVA, Márcio Bolda. Rosto e alteridade: para um critério ético em perspectiva latino-americana . São Paulo: Paulus, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH292	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	04	60
EMENTA			
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.			
OBJETIVO			
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228.			
CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999.			
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.			
HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.			
LE GOFF, Jacques. Memória e História . Campinas: Ed. Unicamp, 1994.			
PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker . São Leopoldo: Unisinos, 2002.			
AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Nova Prova, 2008.			
BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v.			
CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995.			
GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.).			



Capítulos de História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). **O continente em armas:** uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicurí, 2010.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil:** Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado:** a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Farroupilha.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

RENK, Arlene. **A luta da erva:** um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento.** São Paulo: Unesp, 2010.

SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas:** História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980).** Porto Alegre: EST, 2007.

_____. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008).** Porto Alegre: EST, 2008.

TOTA, Antônio Pedro. **Contestado:** a guerra do novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.



Código	Componente Curricular	Créditos	Horas
GCH580	TEORIAS DA APRENDIZAGEM E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	4	60
EMENTA			
1. Aprendizagem como fator de desenvolvimento humano e de construção de conhecimento. 2. Desenvolvimento humano: influências ambientais e genéticas. 3. Aprendizagem como descoberta e como reestruturação cognitiva. 4. Aprendizagem e desenvolvimento como resultado de interações sociais. 5. A relação entre linguagem e pensamento. 5. A integralidade do desenvolvimento humano: a relação entre as dimensões intelectual, afetiva e motora. 6. Contribuições das teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano para as práticas pedagógicas.			
OBJETIVO			
Reconhecer a variedade de processos psicológicos constituintes da aprendizagem de diferentes conteúdos e utilizar esse conhecimento na organização de práticas pedagógicas orientadas para a promoção do desenvolvimento das pessoas envolvidas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BECKER, Fernando. Da ação à operação: o caminho da aprendizagem em J. Piaget e P. Freire. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloisa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão . São Paulo: Summus, 1992. NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. Psicologia da aprendizagem: processo, teorias e contextos . 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2011. PIAGET, Jean. Epistemologia genética . São Paulo: Martins Fontes, 2012. VYGOTSKY, Lev; LEONTIEV, Alexis; LURIA, Alexander. Psicologia e Pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento . São Paulo: Moraes, 1991. WALLON, Henry. Psicologia e Educação da Infância . Lisboa: Estampa, 1986.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BECKER, Fernando. O sujeito do conhecimento: contribuições da epistemologia genética. Educação & Realidade , Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 73-88, jan./jun. 1999. BRUNER, Jerome. Uma nova teoria de aprendizagem . Rio de Janeiro: Bloch, 1969. CARRARA, Kester (Org.). Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens . São Paulo: Avercamp, 2004. DESSEN, Maria Auxiliadora; COSTA-JÚNIOR, Áderson Luiz. A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras . Porto Alegre: Artmed, 2005. MOLL, Luís. Vygotsky e a educação . Implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. OLIVEIRA, Marta Khol; REGO, Teresa C.; SOUZA, Denise T. (Org.). Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea . São Paulo: Moderna, 2002. PIAGET, Jean. Para onde vai a educação? Trad. Ivette Braga. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. POZO, Juan Ignacio. Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 2002. TEIXEIRA, Edival. Vygotski e o materialismo dialético: uma introdução aos fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural . Pató Branco: FADEP, 2005. VYGOTSKY, Lev. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . São Paulo: Ícone/EDUSP, 1988.,			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH609	EDUCAÇÃO POPULAR	4	60
EMENTA			
Estudos e investigações nos processos de educação popular. O pensamento político e pedagógico de Paulo Freire. A educação dos trabalhadores e de jovens e Adultos. Espaços Formais e Não Formais. Metodologias participativas.			
OBJETIVO			
Conhecer e refletir sobre as bases teóricas que originaram a educação popular no Brasil, bem como as experiências empíricas originadas deste debate.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular . São Paulo: Brasiliense, 2006. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. HARPER, Babette; CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy; OLIVEIRA, Rosiska Darcy. Cuidado, Escola! Desigualdade, domesticação e algumas saídas . 35. ed. Trad. Letícia Cotrim. São Paulo: Brasiliense, 2006. PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO. Dicionário da Educação do Campo . Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação . 2. ed. São Paulo, 1996. CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO. Dicionário da Educação do Campo . Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – FONEC, Notas para análise do momento atual da Educação do Campo . Seminário Nacional – BSB, 15 a 17 ago. Brasília, 2012. FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido . 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas . 8. ed. São Paulo: Ática, 1999. SACRISTAN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez Gómez. Compreender e transformar o ensino . Artes Médicas, 2008. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX541	FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA I	4	60
EMENTA			
Cinemática e Dinâmica. Trabalho e Energia. Conservação da Energia. Movimento Linear e Conservação do Movimento Linear.			
OBJETIVO			
Identificar fenômenos naturais em termos de quantidade e regularidade, compreendendo que fenômenos físicos de movimento, conservação de energia e campo gravitacional possibilitam o entendimento e a previsão dos comportamentos físico-químicos e a reatividade das substâncias.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FRANÇA, Luis N. F.; MATSUMURA, Amadeu Z. Mecânica geral . 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher: Instituto Mauá de Tecnologia, 2004.			
HALLIDAY, D.; RESNICK, R. Fundamentos da Física - Gravitação, Ondas e Termodinâmica. Rio de Janeiro: LTC, 1994. v. 2.			
NUSENZVEIG, Moysés H. Curso de Física Básica: mecânica . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2004.			
SERWAY, Raymond A.; JEWETT JR, Jonh W. Princípios de Física: mecânica clássica . São Paulo: Cengage Learning, 2011. v. 1.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
LIACENTINI, João J. et al. Introdução ao Laboratório de Física . 3. ed. ver. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.			
RAMALHO, F. et al. Os Fundamentos da Física . São Paulo: Moderna, 1983. v. 1.			
SEARS; ZEMANSKY; YOUNG; FREEDMAN. Física I: Mecânica . Trad. Sonia Midori Yamamoto. 12. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2008.			
TIPLER, P. A. Física . Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1978. v. 2.			
TIPLER, Paul A.; MOSCA, Gene. Física para cientistas e engenheiros: mecânica quântica, relatividade e a estrutura da matéria . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. v. 3.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB290	BIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA I	4	60
EMENTA			
Célula: Herança e ambiente. Bases citológicas da herança (mitose e meiose). Herança cromossômica. Mendelismo. Alelos múltiplos. Herança citoplasmática. Bases químicas da herança. Genética de Populações. Mecanismos Evolutivos. Raciação e Especiação. Origem e Evolução do Material Genético. Genética Molecular e Biotecnologia.			
OBJETIVO			
Conhecer os princípios básicos de genética e evolução aplicados às ciências biológicas, identificando e aplicando os diferentes padrões de herança genética, compreendendo os diferentes tipos de interações entre o genótipo e o ambiente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BURNS, G. W. Genética . Uma Introdução à Hereditariedade. 6 ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1991. GARDNER, E. J. Genética . 8. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1991. GUERRA, M. dos Santos. Introdução à Citologia Geral . Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. OSORÍO, M. R. B.; ROBINSON, W. M. Genética Humana . Porto Alegre: UFRGS/Artes Médicas, 1993. PIERCE, B. A. Genética: um enfoque conceitual . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. PINTO, R. J. B. Introdução ao melhoramento genético de plantas . Maringá: Editora da UEM, 1995. RAMALHO, M. L.; SANTOS, J. B. dos; PINTO, C. B. Genética na Agropecuária . 2. ed. São Paulo: Globo, 1990. THOMPSON, J. S.; THOMPSON, M. V. Genética Médica . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991. TORRES, A. C.; CALDAS, L. S.; BUSO, J. A. Cultura de tecidos e transformação genética de plantas . Brasília: EMBRAPA, 1998. v. I e II.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
GELEHRTER, T. D.; COLLINS, F. S. Fundamentos de Genética Médica . Rio de Janeiro: Guanabara, 1992. GRIFFITHS, A. J. F.; GELBART, W. M.; MILLER, J. H.; LEWONTIN, R. C. Genética Moderna . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. JORGE, L. B. Genética Médica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. LIMA, C. P. Genética Humana . São Paulo: Harbra, 1996. MOTTA, P. A. Genética Humana . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. VOGEL, F.; MOTULSKY, A. G. Genética Humana: Problemas e Abordagens . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH610	SEMINÁRIO INTEGRADOR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS III	4	60
EMENTA			
Processos educativos em espaços não-escolares. Identidade administrativa, política e pedagógica dos espaços não-escolares.			
OBJETIVO			
Conhecer e vivenciar experiências desenvolvidas no âmbito de diferentes organizações e movimentos sociais que potencializam ações educativas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BEISIEGEL, Celso. Educação e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire. São Paulo: Ática, 1982.			
CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.			
GOHN, Maria da Glória (Org.). Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.			
GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política: Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
APPLE, Michael. Educação e Poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.			
ASSMANN, Hugo. Reencantar a Educação. Rumo à sociedade aprendente. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.			
BAPTISTA, Isabel; CARVALHO, Adalberto Dias. Educação Social: fundamentos e estratégias. Portugal: Porto Editora, 2004.			
GIMONET, J. C. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos Ceffas. Petrópolis: Vozes, 2007.			
MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.			
SÁ, Ricardo Antunes de. Pedagogia: identidade e formação: O trabalho pedagógico nos Processos Educativos Não-Escolares. <i>Educar</i> , Curitiba, n. 16, p. 171-180, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS239	DIREITOS E CIDADANIA	04	60
EMENTA			
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.			
OBJETIVO			
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . São Paulo: Malheiros, 1995. BRASIL. Constituição (1988) . Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Brasília: UnB, 2009. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 1995. DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003. FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de Direito Público e Privado . 18. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. IANNI, Octavio. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . Editora UNESP, 2004. MORAES, Alexandre. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2009. MORAIS, José Luis Bolzan de. Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o direito na ordem contemporânea . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. NOBRE, Marcos. Curso livre de teoria crítica . Campinas, SP: Papyrus, 2008. PINHO, Rodrigo César Rebello. Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais . São Paulo: Saraiva, 2006. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. TOURAINÉ, Alain. Igualdade e diversidade: o sujeito democrático . Tradução Modesto Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 1998.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH338	DIDÁTICA GERAL	04	60

EMENTA

1. História e importância da didática. 2. Fatores sociais condicionantes das relações entre educação, ensino e didática. 3. A escola, o(a) aluno(a), o(a) professor(a) e o trabalho docente. 4. O processo ensino e aprendizagem em contextos formais e não formais. 5. Planejamento de ensino e currículo escolar. 6. Mediação Pedagógica. 7. Interdisciplinaridade. 8. A pesquisa na formação do(a) professor(a). 9. Ensino e pesquisa no cotidiano da aula. 10. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

OBJETIVO

Construir um conjunto de referenciais teóricos e metodológicos sobre a docência em diversos espaços e contextos, considerando aspectos sócio-históricos, culturais e perspectivas contemporâneas do campo da didática buscando a compreensão da prática pedagógica e possibilidades efetivas de ação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CANDAUI, Vera M. (Org.). **Rumo a uma Nova Didática**. São Paulo: Vozes, 2010.
GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. São Paulo: Autores Associados, 2009.
LOSSO, Adriana R. S. **A Mediação na Formação dos Profissionais da Educação**: reflexões de uma professora tutora. São Paulo: Mercado de Letras, 2008.
SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
SILVA, Jansen F.; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria T. (Org.). **Práticas Avaliativas e Aprendizagens Significativas em Diferentes Áreas do Currículo**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALVES, Gilberto Luiz. **O Trabalho Didático na Escola Moderna**: formas históricas. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Educação Contemporânea).
COMENIUS, J. A. **Didática Magna**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
DEMO, Pedro. **Educar pela Pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2000.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
GENTILI, P.; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.
GIROUX, Henry. **Os Professores como Intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. São Paulo: Artmed, 1997.
HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho** – o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
LIBÂNEO, José C. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa época; v. 67).
PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes Pedagógicos e Atividade Docente**. São Paulo: Cortez, 2005.
SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 1996.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
--------	-----------------------	----------	-------



GCH611	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR E PEDAGÓGICO	4	60
EMENTA			
As características da instituição escolar: objetivos, finalidades, organização, recursos humanos e materiais. Análise dos fundamentos da organização do trabalho escolar e pedagógico na Educação Básica. Gestão, currículo, tempos e espaços educativos, formas de organização do trabalho docente, planejamento, avaliação, métodos e estratégias de ensino, relações interpessoais. A organização dos saberes escolares e pedagógicos na Educação do Campo.			
OBJETIVO			
Desenvolver conteúdos e metodologias que possibilitem a construção de parâmetros superadores de organização do trabalho escolar e pedagógico na Escola do Campo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREITAS, L. C. de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática . 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.			
SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T. da (Org.). Alienígenas em Sala de Aula: uma introdução aos estudos culturais em educação . Petrópolis: Vozes, 1995.			
TRAGTENBERG, M. A Escola Como Organização Complexa. In: GARCIA, Walter (Org.). Educação Brasileira Contemporânea: organização e funcionamento . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.			
VICENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. Educação em Revista , Belo Horizonte, n. 33, jun. 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
DUARTE, N. (Org.). Sobre o construtivismo: contribuições para uma análise crítica . 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.			
DUARTE, N. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski . 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.			
MANACORDA, M. A. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias . São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2000.			
MANACORDA, M. A. Marx e a pedagogia moderna . Campinas, SP: Alínea, 2007.			
PETITAT, André. Produção da escola – produção da sociedade . Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.			
SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações . 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX542	QUÍMICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA I	4	60
EMENTA			
Matéria. Conceitos gerais. Teoria atômica. Estrutura atômica. Configuração Eletrônica. Orbital Atômica. Ligações químicas: iônicas, covalentes, metálicas. Leis dos gases. Conceito de Mol. Funções químicas. Misturas. Soluções. Concentração de soluções. Equações Químicas. Reações redox.			
OBJETIVO			
Conhecer as propriedades da matéria, identificando suas transformações, suas propriedades, suas características, sua composição e sua estrutura.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRADY, J. E.; HUMISTON, G. E. Química Geral . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986. KOTZ, J. C. et al. Química e Reações Químicas . Rio de Janeiro: LTC, 1998. MASTERTON, W. L. Princípios de química . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985. QUAGLIANO, J. V. Química . São Paulo: Guanabara, 1973. RUSSEL, J. B. Química geral . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1994. SILVA, R. H. da. Curso de química . São Paulo: Harbra, 1992.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente . Trad. Ignez Caracelli et al. Porto Alegre: Bookman, 2001. BARBOSA, A. L. Dicionário de Química . 2. ed. Goiânia: AB EDITORA, 2000. BRADY, J. E. Química Geral . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986. CHOLNES, J. Introduction to general chemistry . Saint Louis: C.V. Moshy Compy, 1976. HADJA, C. Química . São Paulo: Marco, 1983. LEE, J. D. Química Inorgânica não tão Concisa . 5. ed. Trad. Edgard Blücher. São Paulo: MAAR, J. H., 1999. MOREILLO, J. Temas Básicos de Química . Madrid: Alhambra, 1977. NEKRASON, B. V. Química geral . Moscou: Mir, 1981. NOVAIS, V. L. D. de. Química Geral . São Paulo: Atual, 1983.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX543	FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA II	4	60
EMENTA			
Hidrostática. Ondas Mecânicas. Termodinâmica.			
OBJETIVO			
Compreender e dominar os princípios fundamentais de hidrostática, ondas mecânicas e termodinâmica, explicando fenômenos naturais, processos e possíveis aplicações tecnológicas e sociais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
HALLIDAY, D.; RESNICK, R. Fundamentos da Física - Gravitação, Ondas e Termodinâmica. LTC, 1981. v. 2. SEARS, F. W.; ZEMANSKI, M. W. Física - Calor, Ondas, Óptica. Rio de Janeiro: LTC, 1994. v. 2. SERWAY, Raymond A.; JEWETT JR, Jonh W. Princípios de Física : movimento ondulatório e termodinâmica. São Paulo: Cengage Learning, 2011. v. 2.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
HALLIDAY, D.; RESNICK, R. Fundamentos da Física - Óptica e Física Moderna. Rio de Janeiro: LTC, 1994. v. 4. McKELVEY, J. P.; GROTCHE, H. Física . São Paulo: Harbra, 1979. RAMALHO, F. et al. Os Fundamentos da Física . São Paulo: Moderna, 1983. v. 1.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB291	BIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA II	4	60

EMENTA

Conceitos básicos integrados sobre anatomia, morfologia, macroscópica e funcional dos órgãos e sistemas do corpo humano e seus mecanismos reguladores, descrevendo os aspectos morfofuncionais dos sistemas esquelético, articular, muscular, nervoso, circulatório, respiratório, digestório, excretório, reprodutor e endócrino. Tópicos em histologia, fisiologia, citologia e embriologia humana.

OBJETIVO

Estudar a anatomia humana, conhecendo as principais terminologias anatômicas, identificando os órgãos e sistemas do corpo humano e suas respectivas funções, reconhecendo a importância dos cuidados preventivos para crescer e envelhecer com saúde e boa qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARLSON, B. M. **Embriologia Humana e Biologia do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.
DANGELO, J. G.; FATTINI. **Anatomia básica dos sistemas orgânicos**. São Paulo: Atheneu, 2002.
DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar**. São Paulo: Atheneu, 2002.
ERHART, E. A. **Elementos de Anatomia Humana**. São Paulo: Atheneu, 1992.
FREITAS, V. de. **Anatomia: conceitos e fundamentos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
GOLDBERG, S. **Descomplicando a Fisiologia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
GUYTON, A. C. **Tratado de Fisiologia Médica**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, S.A., 1998.
JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. **Histologia Básica**. São Paulo: Guanabara Koogan, 1995.
KAPIT, W.; ELSON, L. M. **Anatomia: Manual para colorir**. São Paulo: Roca, 1987.
SOBOTTA, J. **Atlas de Anatomia Humana**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
SOBOTTA, J. **Atlas de Histologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1975.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALBERTS, B. et al. **Biologia Molecular da Célula**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
BASMAJIAN, J. V. **A Anatomia de Grant**. (Trad. L.Costa-Curta). São Paulo: Manole, 1993.
GARCIA, S. M. L. **Embriologia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
GARDNER, E.; GRAY, D. J.; O'RAHILLY, R. **Anatomia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
HOUSSAY, B. A. **Fisiologia Humana**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1984.
JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. **Biologia Celular e Molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 1997.
MACHADO, B. M. **Neuroanatomia Funcional**. São Paulo: Atheneu, 2002.
MOORE, K. L. **Anatomia Orientada para a Clínica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
PASTALANGA, N. **Anatomia e Movimento Humano: estrutura**. São Paulo: Manole, 2000.
SPENCE, A. **Anatomia Humana Básica**. São Paulo: Manole Ltda, 1991.
WATKINS, J. **Estrutura e função do sistema músculoesquelético**. São Paulo: Artmed, 2001.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créd.	Horas
GCH612	SEMINÁRIO INTEGRADOR DAS PRÁTICAS	4	60



PEDAGÓGICAS IV			
EMENTA			
Contextualização do processo pedagógico do professor na área de Ciências da Natureza em escolas do campo.			
OBJETIVO			
Situar e compreender as Ciências da Natureza, enquanto importante área de conhecimento para compreensão e transformação da realidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BURTT, Edwin Arthur. Bases metafísicas da ciência moderna . Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.			
CARVALHO, A. M. P.; GIL-PÉREZ, D. Formação de Professores de Ciências: Tendências e Inovações . São Paulo: Cortez, 1995. v. 16. (Coleção Questões de Nossa Época).			
CHASSOT, Áttico. A Ciência através dos Tempos . São Paulo: Moderna, 1997.			
WEISSMANN, Hilda (Org.). Didática das ciências naturais: contribuições e reflexões . Porto Alegre: Artmed, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ALIER, Jean Martinez. Da economia ecológica ao ecologismo popular . Blumenau: Edifurb, 2008.			
ALVES, R. Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e as suas regras . 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.			
FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.			
POLANYI, K. A grande transformação . Rio de Janeiro: Campus, 1980.			
SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente . “Um discurso sobre as ciências” revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH613	EDUCAÇÃO – MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS	4	60
EMENTA			
As mudanças do capitalismo e suas implicações sobre a educação dos trabalhadores da cidade e do campo. Movimentos Sociais e a educação. Experiências de auto-organização e cooperação socioeconômica. Análise dos saberes constituídos nas lutas sociais e a interface com a educação sistematizada escolar.			
OBJETIVO			
Analisar a relação existente entre educação, organizações e movimentos sociais de base popular e sua contribuição para o desenvolvimento de um projeto pedagógico do/para o campo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CALDART, Roseli S. Pedagogia do Movimento Sem Terra . 3. ed. São Paulo, 2004. ENGUITA, Mariano F. Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação . Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos . São Paulo: Loyola, 2004. VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e Trabalho: reflexões em torno dos Movimentos Sociais do Campo. Caderno CEDES , Campinas, v. 27, n. 72. maio/ago. 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CALDART, Roseli S.; CERIOLI, Paulo R.; KOLLING, Edgar Jorge. Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas . Brasília, DF: Articulação por uma Educação do Campo, 2002. CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise (Org.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições . São Paulo: Cortez, 2005. DAMASCENO, Maria Nobre. Estudo sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. Educação e Pesquisa , v. 30, n. 01, São Paulo, jan./abr. 2004. DOSSIÊ/MST/ESCOLA. Documentos e estudos 1990-2001 . Veranópolis, RS: Iterra, 2005. FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária, pesquisa e MST . São Paulo: Cortez, 2001. GORGEN, Frei Sérgio. A resistência dos pequenos gigantes: a luta e a organização dos pequenos agricultores . Petrópolis: Vozes, 1998. STROPASOLAS, Valmir Luiz. O mundo rural no horizonte dos jovens . Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA109	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (Libras)	04	60
EMENTA			
1. Visão contemporânea da inclusão e da educação especial na área da surdez. 2. Cultura e identidade da pessoa surda. 3. Tecnologias voltadas para a surdez. 4. História da linguagem de movimentos e gestos. 4. Breve introdução aos aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. 5. Características básicas da fonologia de Libras: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais. 5. O alfabeto: expressões manuais e não manuais. 6. Sistematização e operacionalização do léxico. 7. Morfologia, sintaxe, semântica e pragmática da Libras; 8. Diálogo e conversação. 9. Didática para o ensino de Libras.			
OBJETIVO			
Dominar a língua brasileira de sinais e elaborar estratégias para seu ensino, reconhecendo-a como um sistema de representação essencial para o desenvolvimento do pensamento da pessoa surda.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Língua Brasileira de Sinais . Brasília: SEESP/MEC, 1998. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças . João Pessoa: Arpoador, 2000. FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor . 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005. QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Decreto 5.626/05. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União , Brasília, 23 dez. 2005. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe – LIBRAS . São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 2001. LABORIT, Emmauelle. O Vôo da Gaivota . Paris: Editora Best Seller, 1994. LODI, Ana Cláudia Balieiro et al. Letramento e Minorias . Porto Alegre: Mediação, 2002. MOURA, Maria Cecília de. O surdo: caminhos para uma nova identidade . Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2000. _____. Língua de Sinais e Educação do Surdo . Série neuropsicológica. São Paulo: TEC ART, 1993. v. 3. PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. Curso de LIBRAS 1 . 1. ed. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006. QUADROS, Ronice Muller. Educação de surdos . A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Editora Artmed, 1997 SACKS, Oliver. Vendo Vozes – Uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Cia. das Letras, 1998. WILCOX, Sherman. Aprender a ver . Rio de Janeiro: editora Arara Azul, 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA413	PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO FUNDAMENTAL (ESTÁGIO I)	6	90
EMENTA			
O trabalho pedagógico na educação escolar do campo: objetivos, princípios orientadores e resultados. A pesquisa no contexto escolar e a observação do trabalho docente na sala de aula. Elaboração de um projeto de investigação do cotidiano da escola do campo na qual será desenvolvido o estágio supervisionado. Coleta e análise de dados empíricos e sistematização da pesquisa. Preparação do trabalho pedagógico na modalidade de Projeto de Estágio a ser desenvolvido durante o Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental.			
OBJETIVO			
Analisar contextos e perspectivas de atuação de professores em organizações educativas do campo, realizando observações em instituições de ensino fundamental, com vistas à elaboração do estágio em Ciências nos anos finais do Ensino Fundamental.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996. PIMENTA, Selma Garido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente . São Paulo: Cortez, 1999. PIMENTA, Selma Garido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . São Paulo: Cortez, 2004. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ANDREOLA, Balduino Antonio et al (Org.). Formação de Educadores: da itinerância das universidades à escola itinerante . Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. HERNANDEZ, F. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho . Porto alegre: Artmed, 1998. PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício de professor . Porto Alegre: Artmed, 2002. SEVERINO, Antônio Joaquim; FAZENDA, Ivani C. A. (Org.). Formação docente: rupturas e possibilidades . Campinas, SP: Papyrus, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX544	QUÍMICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA II	4	60
EMENTA			
Introdução ao Equilíbrio químico: ácidos e bases. pH. Calor de reação. Introdução à Termoquímica. Estado sólido. Estado gasoso. Princípios da termodinâmica. Eletroquímica. Equilíbrio químico. Cinética química. Catálise e cinética enzimática.			
OBJETIVO			
Caracterizar equilíbrio químico, termoquímica, estados da matéria, eletroquímica, cinética e catálise, procurando estabelecer relações de tais características com processos e fenômenos químicos do seu cotidiano.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ATKINS, P. W. Físico-Química . 6. ed. LTC, 1999. v. 1. BACCAN, N. de Andrade. J. C.; GODINHO, O. E. S.; BARONE, J. S. Química Analítica Quantitativa Elementar . 3. ed. Campinas, SP: Edgard Blücher, 2001/2003. BRADY, J. E.; HUMISTON, G. E. Química Geral . 2. ed. LTC, 1986. CALLEN, H. B. Thermodynamics and an Introduction to Thermostatistics . 2. ed. John Wiley & Sons, 1987. CASTELLAN, G. W. Fundamentos de Físico-Química . Trad. Cristina M. Santos. Rio de Janeiro: LTC, 1995. HARRIS, D. D. Análise Química Quantitativa . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. MENDHAN, R. C.; DENNEY, J. C.; BARNES, M. J. K.; THOMAS, Vogel. Análise química quantitativa . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. KOTZ, J. C. et al. Química e Reações Químicas . LTC, 1998. MOORE, W. J.; JORDAN, L. Físico-Química . Edgard Blucher, 1995. v. 1. SMITH, J. M.; VAN NESS, H. C.; ABBOTT, M. M. Introdução à Termodinâmica da Engenharia Química . 5. ed. LTC, 2000. VOGEL, A. et al. Análise Química Quantitativa . 5. e 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1992. VOGEL, A. Química Analítica Qualitativa . Trad. Antônio Gimeno. 5. ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1981.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente . Trad. Iñez Caracelli et al. Porto Alegre: Bookman, 2001. ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente . Trad. Iñez Caracelli et al. Porto Alegre: Bookman, 2002. CHAGAS, A. P. Termodinâmica Química . Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. KOTZ, J. C. et al. Química e Reações Químicas . Rio de Janeiro: LTC, 2002/1998. LUIS, A. C. de S. Eletroquímica: experiências: leis e conceitos fundamentais . São Paulo: Fundação Salim Farah Maluf, 1986. MACEDO, H. Físico-Química: Um Estudo Dirigido sobre Eletroquímica . Guanabara. MANO, E. B.; MENDES, L. C. Introdução a Polímeros . 2. ed. Edgard Blucher, 1999. OHLWEILER, O. A. Química Analítica Quantitativa . 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982. PILLA. Físico-Química . Rio de Janeiro: LTC, 1978. POLING, B. E.; PRAUSNITZ, J. M.; O'CONNELL, J. P. The Properties of Gases and Liquids . 5. ed. McGraw-Hill Book Company, 2001. SANDLER, S. I. Chemical and Engineering Thermodynamics . 3. ed. John Wiley & Sons, 1999. SILVEIRA, B. I. Cinética Química das Reações . Edgard Blucher, 1996. SISSOM, L. E. Fenômenos de transporte . Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. VAITSMAN, D. S. Ensaios Químicos Qualitativos . Rio de Janeiro: Interciência, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX545	FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA III	4	60
EMENTA			
Eletrostática. Potencial Elétrico. Circuitos de Corrente Contínua. Magnetismo. Fontes de Campo Magnético. Indução Magnética.			
OBJETIVO			
Contextualizar os conceitos de tensão, corrente e resistência elétrica, discutindo o significado físico da sua medida, estabelecendo analogias com um modelo hidráulico, conhecendo os aparelhos de medida (amperímetros e voltímetros analógicos e multímetro digital) e seu modo de emprego.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
HALLIDAY, D.; RESNICK, R. Fundamentos da Física - Eletricidade e Eletromagnetismo. Rio de Janeiro: LTC, 1991. v. 3. KITTEL, C. et al. Curso de Física Berkeley - Eletricidade. Brasília: Edgard Blücher, 1973. v. 3. NUSSENZVEIG, H. Moysés. Curso de Física Básica: Eletromagnetismo . São Paulo: Blücher, 1997. v. 3. TIPLER, Paul A.; MOSCA, Gene. Física para cientistas e engenheiros: Eletricidade e Magnetismo, Óptica . Rio de Janeiro: LTC, 2011. v. 2.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
GAMOW, G.; CLEVELAND, J. M. Física . Madrid: Aguilar, 1974. GOLDEMBERG, J. Física Geral e Experimental . São Paulo: Nacional e USP, 1968. v. 1. SEARS, F. W. et al. Física I . Rio de Janeiro: LTC, 1985. v. 1. SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. Matemática - Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB292	BIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA III	4	60
EMENTA			
Importância da classificação biológica. Estudo dos principais sistemas de classificação vegetal: artificiais, naturais, e filogenéticos. Princípios, regras e recomendações Código Internacional de Nomenclatura Botânica. Características e taxonomia de fungos, algas, briófitas; características e taxonomia de plantas vasculares (pteridófitos, gimnospermas e angiospermas). Noções sobre principais famílias de Gimnospermas e Angiospermas. Técnicas de herborização. Tópicos em histologia e morfologia vegetal. Tópicos em fisiologia Vegetal.			
OBJETIVO			
Entender a organização da estrutura microscópica dos vegetais, suas relações filogenéticas e interações com o meio ambiente, analisando a embriogênese, a célula vegetal, os meristemas, examinando sistemas de revestimentos, tecido fundamental, tecidos de sustentação, sistema de transporte, estruturas secretoras, bem como relacionando as estruturas primárias e secundárias de raiz, caule, folha e flor.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARROSO, G. M. Sistemática de angiospermas no Brasil . São Paulo: USP, 1978. v. 3. FERRI, M. G. Fisiologia Vegetal . São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979. v. I e II. GUERRERA, R. T.; HOMRICH, M. H. Fungos Macroscópicos comuns no RGS . Porto Alegre: Editora UFRGS, 1983. JOLY, A. B. Botânica - Chaves de identificação das famílias de plantas vasculares que ocorrem no Brasil. São Paulo: Nacional, 1975. PEREIRA, A. B. Introdução ao estudo das pteridófitas . Porto Alegre: ULBRA, 1999. PUTZKE, J.; PUTZKE, T. L. Os reinos dos fungos . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998. v. I, II. RAVEN, P. et al. Biologia Vegetal . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. REVIERS, B. Biologia e Filogenia das Algas . Porto Alegre: Artmed, 2006. SCHULTZ, A. Introdução à Botânica Sistemática . Porto Alegre: UFRGS, 1977. v. I. XAVIER FILHO, L. (Coord.). Biologia de Líquens . Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BAPTISTA, L. R. M. Flora Marinha de Torres. Bol. Inst. Biociências , n. 37, 1-244, 1997. BICUDO, C. E. M.; BICUDO, R. M. T. Algas de águas continentais brasileiras . São Paulo: USP, 1969. BOLD, H. C. O reino vegetal . São Paulo: Edgard Blücher, 1988. GUERRERO, R. T.; SILVEIRA, R. M. Glossário Ilustrado de Fungos . Porto Alegre: UFRGS, 1996. LORENZI, H.; BACHER, L.; LACERDA, M.; SARTORI, S. Frutas Brasileiras e Exóticas Cultivadas: de consumo in natura . São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2006. 640 p. LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. Plantas medicinais no Brasil - nativas e exóticas. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2002. MORAN, R. C. A Natural History of Ferns . Portland: Timber Press, 2004. NOGUEIRA, E. Uma História da Botânica Brasileira . Brasília: Paralelo 15, 2000. PUTZKE, J.; PUTZKE, M. T. L. Glossário Ilustrado de Micologia . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. SCAGEL, E. et al. El reino vegetal . Barcelona: Omega, 1987. SHAW, A. J.; GOFFINET, B. Bryophyte Biology . Cambridge: Cambridge University, 2000. SMITH, G. M. Botânica criptogâmica . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1955. SOUZA, L. A. Morfologia e Anatomia Vegetal . Ponta Grossa: UEPG, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créd.	Horas
GCH614	SEMINÁRIO INTEGRADOR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS V	3	45
EMENTA			
O cotidiano da sala de aula do professor do campo. A relação entre os saberes curriculares e as práticas do campo.			
OBJETIVO			
Investigar e experimentar propostas teórico-metodológicas potencializadoras de conhecimentos que integram as bases curriculares e saberes necessários à vida do campo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
APPLE, Michael. Ideologia e Currículo . São Paulo: Brasiliense, 1982. FERRY, L. A Nova Ordem Ecológica . São Paulo: Ensaio, 1994. MALDANER, O. A. Química I: Construção de Conceitos Fundamentais . Ijuí: Unijuí, 1992. SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo . Belo Horizonte: Autêntica, 2000. VIDAL, B. História da Química . Lisboa: Antídoto, 1971. WILSON, E. O. Biodiversidade . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DELIZOICOV, Demétrio. Ensino de ciências: fundamentos e métodos . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. GOODFIELD, J. Brincando de Deus: A Engenharia Genética e a Manipulação da Vida . São Paulo: Itatiaia, 1987. GRUPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO QUÍMICA. Interações e Transformações: Química para o 2º Grau . Livro do aluno e Guia do Professor. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993. _____. Interações e Transformações II: Reelaborando Conceitos sobre Transformações Químicas (Cinética e Equilíbrio) . Livro do aluno e Guia do professor. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998. GRUPO DE REELABORAÇÃO DO ENSINO DE FÍSICA. Física 1 . São Paulo: Universidade de S. Paulo, 1991. _____. Física 2 . São Paulo: Universidade de S. Paulo, 1992. _____. Física 3 . São Paulo: Universidade de S. Paulo, 1993. GUYTON, A. O. Fisiologia Humana . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. JAY GOULD, S. Vida Maravilhosa . São Paulo: Círculo do Livro, Schwarcz, 1989. KNELLER, G. F. A Ciência como Atividade Humana . Trad. A. J. Souza. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: EDUSP, 1980. KUHN, T. S. A Estrutura da Revoluções Científicas . São Paulo: Perspectiva, 1978.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH342	POLÍTICA EDUCACIONAL E LEGISLAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL	4	60
EMENTA			
1. Estado e políticas educacionais: conceitos básicos. 2. O estado brasileiro e a política educacional: aspectos históricos, reformas. 3. Políticas de financiamento da educação. 4. Formação de professores para a Educação Básica. 5. Legislação e políticas vigentes (sistemas de ensino e escolas). 6. Organização da Educação Básica: níveis e modalidades.			
OBJETIVO			
Estudar e analisar a política educacional brasileira compreendendo os diferentes contextos, aspectos históricos, sociológicos e tendências, considerando o ordenamento legal e normativo da educação no Brasil.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública . 2. ed. amp. Campinas: Autores Associados, 2001.			
SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.			
VIEIRA, Sofia L.; FARIAS, Isabel M. S. de. Política educacional no Brasil: introdução histórica . Brasília: Liber Livro, 2007.			
VIEIRA, Sofia Lerche. Educação básica: política e gestão da escola . Brasília: Liber Livro, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Políticas e práticas de formação de professores da educação básica no Brasil: um panorama nacional. RBP AE , Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 39-52, jan./abr. 2011.			
CORBUCCI, Paulo Roberto et al. Vinte anos da Constituição Federal de 1988: avanços e desafios na educação brasileira. IPEA . Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_17/volume02/04_capt01.pdf >.			
COSTA, Messias. A educação nas constituições do Brasil: dados e direções . Rio de Janeiro: DP&A, 2002.			
DAVIES, Nicolas. A educação nas constituições federais e em suas emendas de 1824 a 2010. Revista HISTEDBR On-line , Campinas, n. 37, p. 266-288, mar. 2010.			
DAVIES, Nicholas; ADRIÃO, Theresa. Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. Eccos , v. 8, n. 1, São Paulo, p. 23-46, jan./jun. 2006.			
FARENZENA, Nalú. Políticas de assistência financeira da união no marco das responsabilidades (inter)governamentais em educação básica. In: ANPED - GT5 – Estado e Políticas Educacionais. Anais... do Intercâmbio Federalismo e Políticas Educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil . Curitiba, 2010.			
KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio (Org.). O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate . Campinas: Autores Associados, 2000.			



OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O direito à educação. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação**: análise da Constituição Federal e da LDB. 3. ed. rev. ampliada. São Paulo: Xamã, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul.-set. 2010.

VIEIRA, Sofia Lerche. **A educação nas constituições brasileiras**: texto e contexto. **RBEP**, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

_____. **Política educacional em tempos de transição (1985-1995)**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

Documentos/legislação:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e emendas.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96.

Plano Nacional de Educação – 2001-2010 e 2011-2020 (projeto de lei).

Legislação pertinente.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créd.	Horas
GCA414	ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO FUNDAMENTAL – ESTÁGIO II	8	120
EMENTA			
Concepção e modalidades do estágio curricular na educação escolar do campo: a docência na formação de professores. Planejamento do estágio curricular com base na investigação realizada na disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica no Ensino Fundamental. Estágio curricular: docência nos anos finais do Ensino Fundamental. Relatório de estágio: reflexão sobre a formação e o trabalho pedagógico. Avaliação do estágio curricular. Orientação teórica e metodológica do estágio curricular. Supervisão pedagógica do estágio curricular.			
OBJETIVO			
Experienciar e vivenciar no cotidiano da sala de aula do Ensino Fundamental a integração entre teoria e prática, estabelecendo o contato com o aluno e com a vida profissional no contexto escolar, organizando situações de ensino com o uso de recursos e estratégias teórico- práticas indispensáveis à aprendizagem e ao desempenho da atividade docente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CUNHA, Maria Isabel da (Org.). Formatos avaliativos e concepção de docência . Campinas, SP: Autores Associados, 2005. FREITAS, Helena Costa Lopes de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios . Campinas: Papirus, 2004. NOSELLA, Paolo. A escola de Gramsci . 3. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2004. PIMENTA, Selma Garido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . São Paulo: Cortez, 2004. VEIGA, Ilma Passos Alencastro; ARAÚJO, José Carlos Souza; KAPUZINIAK, Célia. Docência: uma construção ético-profissional . Campinas: Papirus, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANDREOLA, Balduino Antonio et al (Org.). Formação de Educadores: da itinerância das universidades à escola itinerante . Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. ARROYO, Miguel G. Ofício de mestre: imagens e auto-imagens . 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos . 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. MARQUES, Mário Osório. A formação do profissional da educação . Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2006. PISTRAK. Fundamentos da escola do trabalho . São Paulo: Expressão Popular, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX546	QUÍMICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA III	4	60
EMENTA			
Cadeias carbônicas: classificação. Ligações de carbono: saturada e insaturada. Fundamentos: estrutura, ligações, isomeria de compostos orgânicos; isomeria plana, espacial e óptica. Influência das cadeias carbônicas: temperatura de fusão e de ebulição.			
OBJETIVO			
Descrever e reconhecer as principais funções orgânicas, relacionando estruturas, propriedades físicas, químicas e os respectivos métodos de obtenção de cadeia carbônicas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALLINGER, N. L.; CAVA, M. P.; JONGH, D. C.; JOHNSON, C. R.; LEBEL, N. A.; STEVENS, C. L. Química Orgânica . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1976. LEE, J. D. Química Inorgânica Não Tão Concisa . 5. ed. Trad. MAAR, J. H. São Paulo: Edgard Blücher, 1999. McMURRY, J. Química Orgânica . 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996. v. 1. MORRISON, R.; BOYD, R. Química Orgânica . 13. ed. Lisboa: LTC, 1996. SHRIVER; ATKINS. Química Inorgânica . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003. SOLOMONS, T. W. G. Química Orgânica . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996. v. 1. SOLOMONS, T. W. G. Química Orgânica . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996. v. 2.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CAREY, F. A.; SUNDBERG, R. J. Advanced Organic chemistry . Part A and B. 3. ed. New York: Plenum Press, 1997. CINELLI, M. Compostos Inorgânicos . Artes Gráficas. COMPANION, A. L. Ligação Química . São Paulo: Edgard Blücher, 1975. HUHEEY, J. E.; KEITER, E. A.; KEITER, R. L. Inorganic Chemistry: Principles of Structure and Reactivity . 4. ed. New York: Harper-Collins College Publishers, 1993. KOTZ, J. C. et al. Química e Reações Química . LTC, 1998. MEISLICH, H. et al. Química Orgânica . 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994. QUINOVA, E.; RIGUEIRA, R. Questões e Exercícios de Química Orgânica - Um Guia de Estudos . São Paulo: Makron Books, 1995. SMITH, M. B. Organic Synthesis . New York: McGRAW-HILL INC, 1994.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX547	FÍSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA IV	3	45
EMENTA			
Ótica Física e Geométrica. A física dos espelhos: reflexão, refração, difração, espelhos, lentes. A luz e óptica geométrica.			
OBJETIVO			
Entender as propriedades e efeitos de fontes de luz (como os raios laser), de transmissores de luz (como fibras óticas) e de fenômenos (como o arco-íris) e instrumentos ópticos (como os microscópios), descrevendo as propriedades da luz (produção, propagação, detecção e medida).			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
HALLIDAY, D.; RESNICK, R. Fundamentos da Física - Gravitação, Ondas e Termodinâmica. Rio de Janeiro: LTC, 1994. v. 2. HALLIDAY; RESNICK. Fundamentos de Física: óptica e física moderna . 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. v. 4. NUSSENZVEIG, H. Moysés. Curso de Física Básica: ótica, relatividade, física quântica . São Paulo: Blucher, 1998. v. 4. SERWAY, Raymond A.; JEWETT JR, Jonh W. Princípios de Física: óptica e física moderna . São Paulo: Cengage Learning, 2010. v. 4.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
RAMALHO, F. et al. Os Fundamentos da Física . São Paulo: Moderna, 1983. v. 1. SEARS, F. W.; ZEMANSKI, M. W. Física - Calor, Ondas, Óptica. Rio de Janeiro: LTC, 1981. v. 2. TIPLER, P. A. Física . Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1978. v. 2. TIPLER, Paul A.; MOSCA, Gene. Física para cientistas e engenheiros: Eletricidade e Magnetismo, Óptica . Rio de Janeiro: LTC, 2011. v. 2.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB293	BIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA IV	3	45
EMENTA			
<p>Estudo morfofisiológico e sistemático de protozoários, parazoários (esponjas), mesozoários (cnidários e ctenóforos), metazoários (vermes e moluscos, anelídeos, artrópodes e equinodermos), quetognatos, protocordados e cordados (ciclostomados, peixes cartilagosos, peixes ósseos e anfíbios classes Reptilia, Aves e Mammalia). Importância ecológica, econômica e sanitária. Estudo morfofisiológico e sistemático de Padrões de evolução dos diferentes grupos e autoecologia dos principais representantes de cada Filo. Parasitologia.</p>			
OBJETIVO			
<p>Conhecer no meio ambiente a biodiversidade, ordenando saberes, compreendendo os mecanismos de seleção, de adaptação e da ordem subjacente à diversidade, identificando o nome técnico, conforme a filogenia de cada espécie.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BARNES, R. S. K. Zoologia dos invertebrados. São Paulo: Roca, 1984. BRUSCA, R. C.; BRUSCA, G. J. Invertebrados. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. CIMERMAN, B.; CIMERMAN, Sérgio. Parasitologia humana e seus fundamentos gerais. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002. HICKMAN, R.; LARSON. Princípios Integrados de Zoologia. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2004. HICKMAN; ROBERTS; LARSON. Princípios Integrados de Zoologia. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. HILDEBRAND, M. Análise da estrutura dos vertebrados. São Paulo: Atheneu, 1995. MORAES, R. G. Parasitologia Médica. São Paulo: Atheneu, 1971. NEVES, D. P. Parasitologia Humana. São Paulo: Atheneu, 2000. ORR, R. T. Biologia dos vertebrados. São Paulo: Roca, 2000. POUGHT, F. H. A vida dos vertebrados. São Paulo: Atheneu, 2001. RIBEIRO-COSTA, C. S.; ROCHA, R. M. da. Invertebrados: manual de aulas práticas. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2002. RUPPERT, Edward E.; BARNES, Robert D. Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva. 7. ed. São Paulo: Roca, 2005. SCHMIDT-NIELSEN, K. Fisiologia animal: adaptação e meio ambiente. São Paulo: Livraria Santos Editora, 2002. STORER, T. Zoologia geral. São Paulo: Nacional, 1998.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>AMORIM, Dalton de Souza. Fundamentos de Sistemática Filogenética. Ribeirão Preto: Holos, 2002. BARNES, R. de. Zoologia de Invertebrados. São Paulo: Roca, 2000. BRUSCA, R. C.; BRUSCA, G. J. Invertebrados. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. BUZZI, Z. J.; MIYAZAKI, R. Entomologia Didática. Curitiba: EDUFPR, 2002. DELLA LUCIA, T. M. C. Zoologia de invertebrados I: Protozoa a Nematoda - manual de laboratório. Viçosa: Editora UFV, 1999. FONTANA, C. S.; BENCKE, G. A.; REIS, R. E. (Org.). Livro vermelho da fauna ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.</p>			



- GARDINER, M. S. **Biologia de los invertebrados**. Barcelona: Omega, 1978.
- MARSHALL, A. G. **Zoologia Invertebrados**. Barcelona: Reverté, 1985.
- MEGLITSCH, P. A. **Zoologia de Invertebrados**. Madri: Pirâmide, 1986.
- _____. **Zoologia de invertebrados**. Madri: Pirâmide, 1986.
- MOTHES, B.; LERNER, C.; SILVA, C. M. M. **Guia Ilustrado: esponjas marinhas-costa sul-brasileira**. Pelotas: USEB, 2003.
- PAPAVERO, N. **Fundamentos práticos de taxonomia zoológica**. São Paulo: Ed USP, 1994.
- RUPPERT, Edward E.; BARNES, Robert D. **Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva**. 7. ed. São Paulo: Roca, 2005.
- SANTOS, E. **Moluscos do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual de coleta e preparação de animais terrestres e de água doce**. São Paulo: Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, 1967.
- THOMÉ, J. W.; GOMES, S. R.; PICANÇO, J. B. **Guia Ilustrado: Os caracóis e as lesmas dos nossos bosques e jardins**. Pelotas: USEB, 2006.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH615	SEMINÁRIO INTEGRADOR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VI	3	45
EMENTA			
O desenho do currículo da escola do campo. A relação entre teoria e prática.			
OBJETIVO			
Desenvolver planos e projetos de ensino, articulando os conhecimentos da área das Ciências da Natureza aos saberes sociais camponeses, considerando a dimensão produtiva e econômica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O trabalho do saber: cultura camponesa e escola rural . Porto Alegre: Sulina, 1999. BRASIL; MEC; INEP. Exame Nacional do Ensino Médio: Documento Básico . Brasília, 1998. BRASIL; MEC; SEF. Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental . Brasília, 1998. MACHADO, N. J. Epistemologia e Didática . São Paulo: Cortez, 1995. SACRISTÁN, J. G.; GOMÉZ, A. I. P. Compreender e Transformar o Ensino . Trad. F. F. F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes . Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999. CALDART, Roseli Salet. Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais do que Escola . Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. LOWY, M. Ecologia e socialismo . São Paulo: Cortez, 2005. MONOD, J. O acaso e a necessidade . Petrópolis, RJ: Vozes, 1971. VANIN, J. A. Alquimistas e Químicos: o Passado, o Presente e o Futuro . São Paulo: Moderna, 1994. (Coleção Polêmica).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA412	Tópico especial I	4	60
EMENTA			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS238	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	04	60
EMENTA			
Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável . Porto Alegre: UFRGS, 1998.			
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo . São Paulo: Brasiliense, 2004.			
BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.			
FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização . Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.			
HARVEY, David. Espaços de Esperança . São Paulo: Loyola, 2004.			
HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.			
MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio ambiente. Teoria e Prática . Rio de Janeiro: Campus, 2003.			
MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável . 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.			
SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI. Revista Estudos Avançados , USP, v. 21, n. 59, 2007.			
SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza . São Paulo: FFLCH/USP, 1992.			
VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALIER, Jean Martinez. Da economia ecológica ao ecologismo popular . Blumenau: Edifurb, 2008.			
CAVALCANTI, C. (Org.). Sociedade e natureza: estudos para uma sociedade sustentável . São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.			
DOBB, Maurice Herbert. A evolução do capitalismo . São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p.			
FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.			
FURTADO, Celso. A economia latino-americana . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.			



- GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JÚNIOR TONETO, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática. **Crítica Marxista**, São Paulo, UNESP, n. 29, 2009.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.
- SEN, Amartia. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SMITH, Adam. **Riqueza das nações: Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações**. Curitiba: Hermes, 2001.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créd.	Horas
GCA415	PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO MÉDIO – ESTÁGIO III	6	90
EMENTA			
Organização do Estágio Supervisionado: projeto interdisciplinar. Projeto de investigação e de compreensão do cotidiano sócio-educativo da escola do campo: planejamento, procedimentos didáticos e processos de ensino-aprendizagem. Planejamento e organização da ação docente: elaboração do Projeto de Estágio com vistas ao Estágio Supervisionado no Ensino Médio.			
OBJETIVO			
Analisar contextos e perspectivas de atuação de professores em organizações educativas do campo e/ou urbanas, realizando observações em instituições de ensino médio, com vistas à elaboração do estágio em Biologia, Física e Química no Ensino Médio.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREITAS, Helena Costa Lopes de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios . Campinas: Papirus, 2004. MARQUES, Mário Osório. A formação do profissional da educação . Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2006. PIMENTA, Selma Garido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . São Paulo: Cortez, 2004. VEIGA, Ilma Passos Alencastro; ARAÚJO, José Carlos Souza; KAPUZINIAK, Célia. Docência: uma construção ético-profissional . Campinas: Papirus, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; ESPOSITO, Vitória Helena Cunha (Coord.). Pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico . Piracicaba, SP: Ed. Universidade Metodista de Piracicaba, 1997. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício do professor . Porto Alegre: Artmed, 2002. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar . Porto Alegre: Artmed, 1998.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX548	QUÍMICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA IV	3	45
EMENTA			
QUÍMICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA IV Reações orgânicas: tipos, características e propriedade. Classificação de reagentes e reações. Métodos de obtenção, propriedades químicas e físicas de alcanos, alcenos, alcadienos, alcinos e cicloalcanos. Efeitos eletrônicos. Ressonância e aromaticidade. Benzeno e compostos aromáticos relacionados. Carboidratos, proteínas, gorduras, amino-ácidos, DNA e RNA.			
OBJETIVO			
Caracterizar e reconhecer as principais reações orgânicas, classificando reagentes e reações, identificando métodos físico-químicos, efeitos eletrônicos, ressonância e compostos aromáticos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALLINGER, N. L. et al. Química Orgânica . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1978. ALLINGER, N. L.; CAVA, M. P.; JONGH, D. C.; JOHNSON, C. R.; LEBEL, N. A.; STEVENS, C. L. Química Orgânica . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1976. McMURRY, J. Química Orgânica . 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996. v. 1. MORRISON, R.; BOYD, R. Química Orgânica . Trad. M. Alves. Lisboa: Gulbonkian, 1997. MORRISON, R.; BOYD, R. Química Orgânica . 13. ed. Lisboa: LTC, 1996. SOLOMONS, T. E. G. Química Orgânica . 6. ed. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos. v. 1 e 2. SOLOMONS, T. W. G. Química Orgânica . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996. v. 1. VOLLHARDT, Neil E. Química Orgânica – Estrutura e Função . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. SOLOMONS, T. W. G. Química Orgânica . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996. v. 2.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CAREY, F. A.; SUNDBERG, R. J. Advanced Organic chemistry . Part A and B. 3. ed. New York: Plenum Press, 1997. MEISLICH, H. et al. Química Orgânica . 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994. QUINOVA, E.; RIGUEIRA, R. Questões e Exercícios de Química Orgânica - Um Guia de Estudos . São Paulo: Makron Books, 1995. SMITH, M. B. Organic Synthesis . New York: McGRAW-HILL INC, 1994.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA416	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	4	60
EMENTA			
A construção do conhecimento científico em Educação. Tendências metodológicas da pesquisa educacional. A construção do objeto e considerações metodológicas. Análise histórica da pesquisa em educação: possibilidades e limites. Elaboração do projeto de TCC. Normas para trabalho científico (ABNT).			
OBJETIVO			
Aprofundar os conhecimentos numa área de interesse em consonância com proposta do curso, apresentando um projeto de acordo com as normas da ABNT, delineando seu embasamento teórico dentro da temática a ser pesquisada.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AZEVEDO, I. de. O prazer da produção Científica : diretrizes para a elaboração de trabalhos científicos. 5. ed. Piracicaba: UNIMEP, 1997. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico . 3. ed. ver. ampl. São Paulo: Atlas, 1991. MARQUES, Mário Osório. Escrever é preciso : o princípio da pesquisa. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social : teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. Projeto de pesquisa : propostas metodológicas. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. CALAZANS, Julieta (Org.). Iniciação científica : construindo o pensamento crítico. São Paulo: Cortez, 1999. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH616	SEMINÁRIO INTEGRADOR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VII	3	45
EMENTA			
O projeto político-pedagógico da escola do campo. Articulação entre as proposições da escola e as concepções e políticas de educação do campo.			
OBJETIVO			
Discutir e propor estratégias que contribuam com a organização de um projeto político-pedagógico integrador e voltado aos princípios da educação do campo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer 36/2001 : relatora Edla de Araújo Lira. Diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo. Processo 23001000329/2001. Brasília, 2001.			
CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo (Org.). Por uma Educação do Campo : Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília, DF, 2004. n. 5. (Coleção por uma Educação do Campo).			
VENDRAMINI, Célia. A escola diante do multifacetado espaço rural. Perspectiva Revista do Centro da Educação , v. 22, n. 1, Florianópolis, Editora da UFSC-NUP/CED, jan./jun. 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BASTOS, João Baptista (Org.). Gestão Democrática . Rio de Janeiro: DP&A/SEPE, 2000.			
DE ROSSI, Vera Lúcia Sabongi. Projetos político-pedagógicos emancipadores: histórias ao contrário. Caderno CEDES , v. 23, n. 61, p. 319-337, dez. 2003.			
FAVERO, Osmar. Uma pedagogia da participação . São Paulo: Autores Associados, 2006.			
MOHR, Naira Estela Roesler; VENDRAMINI, Célia Regina. A formação técnico-profissional no contexto do MST. Educação/Centro , Universidade Federal de Santa Maria, v. 7, n. 2, 2008.			
MST. Dossiê MST Escola – Documentos e estudos 1990 – 2001. Caderno de Educação , n. 13, ed. especial. Organização: Setor de educação. Cromosete, 2005.			
SANTOS, C. A. Educação do Campo e Políticas Públicas no Brasil . Dissertação (Mestrado em Educação). Brasília: UnB, 2009.			
VEIGA, Ilma; FONSECA, Marília (Org.). As dimensões do projeto político-pedagógico . Campinas, SP: Papyrus, 2004.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créd.	Horas
GCA417	Tópico especial II	4	60
EMENTA			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créd.	Horas
GCA418	Tópico especial III	4	60
EMENTA			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créd.	Horas
GCA419	ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO MÉDIO – ESTÁGIO IV	7	105
EMENTA			
Estágio curricular no Ensino Médio: a docência na formação de professores. Planejamento do estágio curricular com base na investigação realizada na disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica no Ensino Médio. Orientação, intervenção e qualificação do processo da prática docente. Sistematização da ação do professor na perspectiva da ressignificação da sua prática. Orientação teórica e metodológica ao estágio curricular e à elaboração do relatório de estágio.			
OBJETIVO			
Experienciar e vivenciar no cotidiano da sala de aula do Ensino Médio a integração entre teoria e prática, estabelecendo o contato com o aluno e com a vida profissional no contexto escolar, organizando situações de ensino com o uso de recursos e estratégias teórico- práticas indispensáveis à aprendizagem e ao desempenho da atividade docente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREITAS, Helena Costa Lopes de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios . Campinas: Papyrus, 2004. MARQUES, Mário Osório. A formação do profissional da educação . Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2006. PIMENTA, Selma Garido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . São Paulo: Cortez, 2004. VEIGA, Ilma Passos Alencastro; ARAÚJO, José Carlos Souza; KAPUZINIÁK, Célia. Docência: uma construção ético-profissional . Campinas: Papitus, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ALARCÃO, Isabel (Coord.). Escola reflexiva e nova racionalidade . Porto Alegre: Artmed, 2001. FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (Coord.). Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a) . Campinas: Mercado Aberto, 2001. PIMENTA, Selma Garido; GHEDIN, Evandro (Coord.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito . São Paulo: Cortez, 2005. RAYS, Oswaldo Alonso. Trabalho pedagógico: hipóteses de ação didática . Santa Maria: Pallotti, 2000. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Lições de Didática . São Paulo: Papyrus, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créd.	Horas
GCA420	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	4	60
EMENTA			
Orientações para a elaboração do TCC. Metodologia da pesquisa educacional. Desenvolvimento e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso. Seminários de socialização.			
OBJETIVO			
Apresentar e defender o trabalho de conclusão de curso, sob a orientação de um professor, exercitando as etapas do processo de desenvolvimento do trabalho científico, seguindo os ditames da metodologia científica, buscando coerência entre o embasamento teórico desenvolvido no curso e o projeto da pesquisa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. MARQUES, Mário Osório. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. MI NAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CALAZANS, Julieta (Org.). Iniciação científica: construindo o pensamento crítico. São Paulo: Cortez, 1999. COSTA, Marisa V. (Org.). Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1992. FAZENDA, Ivani (Org.). Novos enfoques da pesquisa educacional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créd.	Horas
GCH617	SEMINÁRIO INTEGRADOR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VIII	3	45
EMENTA			
Síntese do processo vivenciado na disciplina de Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas.			
OBJETIVO			
Realizar reflexões críticas e sistematizadas em torno do processo vivenciado na trajetória do curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BIANCHETTI, Lucídio. Escrever: uma das armas do professor. In: BIANCHETTI, Lucídio (Org.). Revista Trama & Texto: leitura crítica escrita criativa . São Paulo: Plexus Editora, 1996. v. 1. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento . 5. ed. Campinas: Papyrus, 2003. THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação . 16. ed. São Paulo: Cortez, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. L.; TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. Educação e Pesquisa , São Paulo, v. 34, n. 2, p. 227-242, maio/ago. 2008. VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico - elementos para elaboração e realização . São Paulo: Libertad, 2006. VEIGA, Ilma (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível . Campinas, SP: Papyrus, 1995.			



9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

Na gestão do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, o Colegiado de Curso representa o órgão deliberativo e consultivo no âmbito do Campus, sendo composto pelos docentes atuantes no curso no semestre, além do coordenador de curso e dos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE). As atribuições e a constituição do colegiado estão definidas na Portaria n. 263/- GR/UFFS/2010. As atribuições do coordenador de curso estão definidas na Portaria n. 1058 -/GR/UFFS/2012. Por sua vez, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), no âmbito da instituição está regulamentado pela Resolução 001/2011/CONSUNI/CGRAD, o qual se constitui como órgão consultivo e propositivo das ações pedagógicas e de regulamentos do curso.

Cabe destacar que a gestão do curso e a avaliação do processo ensino-aprendizagem considera que a Educação do Campo representa um conceito vinculado com a preocupação de defender o direito que as populações do campo têm para ter o acesso aos processos educacionais, considerando o lugar onde vivem, sua realidade, bem como o avanço da legislação. Neste sentido, a Educação do Campo como política pública em nível de país, tem evidenciado limites no que tange a sua efetivação, sendo que são poucas as referências educativas que possibilitam recriar propostas curriculares capazes de tematizar os sujeitos, suas condições históricas, seu espaço de convivência e produção da vida, sua cultura, seus saberes, reconhecendo a Educação do Campo em sua materialidade de origem.

Para romper com a lógica que tem por base a subserviência ao capital, é preciso instaurar um projeto de formação-educação que facilite aos sujeitos colocarem-se em movimento, sendo capazes de pensar alternativas que criem novas relações a partir das condições existentes na sociedade (MARX), assumindo princípios omnilaterais, totalizadores. É necessário, pois, gerar condições para que os sujeitos possam refletir sobre sua condição existencial concreta, modificando-a quando julgarem oportuno. Ao considerar este horizonte é que assumimos a dimensão humanizadora do campo educacional, buscando reavivar o vínculo entre conhecimento e realidade, objetividade e subjetividade, saber popular e saber científico, tendo foco no conhecimento como formação humana.



Na perspectiva de dinamizar as ações e envolver os docentes e discentes, a coordenação do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza - Licenciatura em conjunto com o colegiado procurará orientar teórica e metodologicamente os professores, no sentido de implementar estratégias pedagógicas para a condução dos processos educativos com vistas a articular os sujeitos em torno dos projetos, considerando a leitura e a interpretação da realidade. Também, é preciso auxiliar professores e alunos na busca da compreensão e apropriação teórico-prática de uma concepção de Educação do Campo, bem como a utilizar em diferentes momentos, as tecnologias da comunicação e da informação (TICs), como forma de aprimorar as ferramentas de aprendizagem e de interação professor-aluno.

Certamente, a utilização da plataforma *moodle*, por exemplo, terá que antes ser orientada pelos docentes que farão uso da mesma, tendo em vista que na região as TICs ainda não estão à disposição da população em geral, e sem dúvida que alguns dos acadêmicos que estiverem no curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza - Licenciatura, inicialmente terão dificuldades de operar nesta plataforma. Ainda, far-se-á uso de e-mails, comunidades interativas virtuais, videoconferências, laboratório de informática e datashow.

As atividades previstas para serem desenvolvidas durante o Tempo Comunidade (TC) deverão ser planejadas no Tempo Escola (TE) com os educadores responsáveis por cada um dos componentes curriculares da matriz do curso, devendo serem apresentadas e discutidas no coletivo de docentes que atuam em cada um dos semestres e sistematizadas pelo professor responsável pelo Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas. Como já expressamos neste documento, as atividades desenvolvidas no Tempo Comunidade serão registradas de modo que compoñham um memorial da trajetória acadêmica no curso. Ainda, destacamos que cada TC, além de aprovado no coletivo do curso, após executado será registrado e apresentado como uma das modalidades do processo de avaliação do acadêmico.

Desse modo, cabe reafirmar que a avaliação do processo ensino-aprendizagem ocorrerá de forma processual e contínua, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. O acompanhamento do processo de construção de novos saberes por parte do licenciando, ficará sob a responsabilidade do docente universitário responsável pelo componente curricular e também pela orientação da atividade realizada fora do TE, ou seja, no TC. É necessário destacar, pois, que avaliação, ensino e aprendizagem vinculam-se ao cotidiano do trabalho pedagógico e não apenas



aos momentos especiais de aplicação de instrumentos específicos, que podem ser realizados no formato de trabalhos investigativos, resenhas, provas, testes, seminários, entre outros.

Ao proceder este acompanhamento atenderemos alguns dos objetivos inerentes ao trabalho educativo tais como: identificar as potencialidades, avanços e as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, determinar se os objetivos propostos foram ou não atingidos, aperfeiçoar a metodologia utilizada, potencializar reflexões sobre os processos desencadeados na produção do conhecimento e problematizar aspectos de forma e conteúdo no ambiente educativo. Desse modo, o processo de avaliação serve para realimentar o processo ensino-aprendizagem no sentido de realizar novas mediações, reorganizando os tempos, espaços e relações, inclusive institucionais.

Recomendamos a utilização de variadas ferramentas ou técnicas de avaliação dentre as quais destacamos: interpretação e reflexões de textos, auto-avaliação, pesquisas, a aplicação de provas, debates, exercícios dirigidos, organização de portfólios, apresentação de trabalhos. Buscaremos também compor momentos que combinem processos individuais e coletivos de avaliação.

Em conformidade com a política institucional serão registradas duas notas parciais (NP1 e NP2) cuja média comporá a Nota Final de cada componente curricular. Estas notas parciais serão compostas e distribuídas de acordo com o critério estabelecido nos planos de ensino aprovados pelo Colegiado de Curso.

Pressupõe-se a perspectiva de avaliação somativa, sem, contudo, desprezar a relevância da avaliação diagnóstica e formativa, sendo que o objetivo da avaliação somativa é o de registrar o aproveitamento do estudante em notas traduzidas em valores de 0 (zero) a 10 (dez). Para aprovação no componente curricular, a nota de aproveitamento exigida é de no mínimo 6,0 (seis) e a frequência é de 75% das aulas de cada componente curricular, conforme estabelecem as normativas institucionais.

Aos acadêmicos que não obtiverem aproveitamento mínimo exigido para aprovação deverão ser oferecidos processos paralelos de estudos, elaborado e orientado pelo educador da respectiva disciplina. Casos especiais serão analisados pelo colegiado do curso.



10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

O ensino qualificado e a aprendizagem efetiva representam o horizonte do processo formativo que se desenvolverá no curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, por meio do qual se espera resultados adequados aos objetivos desta proposta e às ações planejadas e executadas. Pretende-se que, com o presente projeto de curso se possa oferecer um ensino qualificado, que resulte numa aprendizagem efetiva, tendo em vista a formação de profissionais da educação, que sejam competentes e estejam preparados para o enfrentamento da realidade atual e das exigências futuras da escola do campo.

Uma das estratégias para criar condições ao longo do curso para a sistematização dos conhecimentos elaborados em diferentes disciplinas será por meio da autoavaliação do curso, que acontecerá no decorrer de cada semestre letivo, articulada a política de Avaliação Institucional coordenada pela CPA. A participação do professor e do acadêmico é voluntária, devendo-se reforçar a ideia que a avaliação indica o grau ou não de satisfação com o processo ensino-aprendizagem desenvolvido pelos professores em cada uma das disciplinas, em que o acadêmico está matriculado, além de avaliar a forma como a coordenação conduz o curso e as condições de oferta do mesmo pela instituição como um todo.

Para tanto, a qualidade da formação oferecida é indicadora do impacto que o ensino possui sobre a aprendizagem do estudante, devendo-se reconhecer as singularidades dos envolvidos no ato de ensinar e de aprender. Desse modo, reiteramos que a qualidade do ensino é condição *sine qua non* para a aprendizagem, bem como para o ingresso do licenciado no mercado de trabalho, que requer dos professores a capacidade de agir com criatividade e competência diante do inusitado, capacitados para refletir sobre a própria prática e estreitar a relação entre teoria e prática. Ou seja, os docentes necessitam desenvolver capacidades para atuar no sentido de deixar os seus contextos de atuação em situação melhor do que os encontraram. Isso significa dizer que a busca de competência profissional se traduz pelo saber aliado à capacidade de fazer e a uma profunda postura ética, caracterizada pela honestidade, responsabilidade, respeito, prudência e solidariedade, entre outras virtudes. Diante disso, esperamos que os resultados nas auto-avaliações realizadas durante a realização do curso de graduação, possam melhorar os aspectos que forem indicados como frágeis e manter e/ou melhorar os aspectos indicados como relevantes ao processo formativo dos licenciandos em Educação do Campo.



11 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão para além de ser um dos elementos fundamentais aos cursos de graduação desenvolvidos no âmbito das universidades, representa elemento essencial à formação do professor.

A pesquisa constitui-se num dos pilares fundantes da formação do docente, cuja centralidade está na docência. Em razão disso, boa parte das disciplinas que compõem a matriz curricular do curso envidará esforços no sentido de relacionar as atividades teóricas a dados provenientes de investigações, criando condições para que o futuro docente possa recriar os estudos propostos para sua formação inicial. Tais investigações dar-se-ão no âmbito da pesquisa institucional, vinculadas às linhas de pesquisa e efetivadas pelos professores-pesquisadores atuantes no curso, no âmbito da extensão em seus respectivos programas, cujas práticas são marcadas pela vinculação orgânica com os sistemas de ensino, os movimentos sociais e os grupos organizados por setores da sociedade civil, bem como no âmbito das práticas como componente curricular e nas atividades extracurriculares realizadas pelos acadêmicos.

O preceito da articulação entre ensino, pesquisa e extensão ainda facilita a consideração ao princípio da contextualização, o qual é caro à história das ações nos cursos de formação de professores. A contextualização representa um princípio político-pedagógico que se inscreve no ato da docência, de ser professor, na medida em que favorece aos sujeitos ter como ponto de partida de sua atuação, o enfrentamento aos aspectos multifacetados da realidade, considerando numa perspectiva dialética, a visão que os outros estão tendo sobre os mesmos elementos da realidade social. Dessa forma, a problematização como princípio inerente à atividade de investigação, torna-se um dos eixos do ato de ensinar e de aprender, aprimorando a concretização da relação entre teoria e prática.

Cabe, desse modo, ao professor imbuído de tais princípios, ser um articulador entre a realidade social e o ato pedagógico no cotidiano da escola e dos demais espaços formativos não escolares, contribuindo para a formação de um sujeito consciente das condições materiais sobre as quais a sociedade está edificada, sendo capaz de nela intervir a fim de possibilitar uma existência humana com maior qualidade de vida. Cabe destacar que isso constitui condição necessária para que o docente assuma sua identidade profissional, buscando a formação continuada, a melhoria da carreira docente e das condições de trabalho, elementos essenciais ao exercício profissional docente.



Na formação inicial o debate acerca de questões contemporâneas e relativas à profissionalização docente pode ser aprofundado nas disciplinas de Tópicos Especiais, quando o interesse se voltar para os aspectos que se relacionam à profissão docente, ou seja, ao tratamento de temas e problemas da atualidade e que estejam focados no ambiente de trabalho do futuro professor.

Ainda, nas ações didático-pedagógicas deste curso pode-se buscar o estabelecimento de relações com trabalhos investigativos já desenvolvidos na instituição, principalmente no Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Políticas Públicas e Práticas em Educação, na linha de Políticas e Práticas de Educação do Campo e Educação Indígena, em funcionamento desde 2011. Também, pode integrar-se aos debates que vem se desenvolvendo no Grupo de Estudos em Educação do Campo, criado em agosto de 2012.

E, certamente, no desenvolvimento da proposta deste curso emergirão contribuições para a formação e a consolidação do NIPEAS - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Agrários e Sociais, o qual está sendo debatido neste Campus, por docentes de diversas áreas do conhecimento.



12 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

No momento atual a política de Educação do Campo consiste em retomar o compromisso em relação ao respeito à identidade dos sujeitos que vivem no campo, valorizando sua cultura e o saber popular vinculado ao saber científico. Para tanto, o papel do professor é determinante no que se refere ao planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem na Escola do Campo. Nesse sentido, o docente universitário é chamado a redesenhar e a qualificar o currículo para a formação de docentes habilitados e qualificados para atuar na escola do campo, considerando a realidade local, regional e nacional. Necessita, também, considerar os novos tempos e espaços do processo educativo, buscando envolver os sujeitos sociais e dialogando com o acúmulo de experiências das organizações populares e dos movimentos sociais.

Ao pensar em estratégias pedagógicas adequadas ao processo formativo do educador do campo é preciso reforçar a necessidade de estreitar a relação entre ensino, pesquisa e extensão, sendo que por meio da pesquisa será possível criar alternativas para produzir conhecimentos e desenvolver ações que melhorem a vida no campo e na cidade, bem como possibilite construir um novo projeto de sociedade. É necessário, também, enfatizar que estratégias dizem respeito aos meios de que se dispõe e/ou se busca para alcançar os fins, neste caso, os da educação que tem no seu horizonte a formação do cidadão do campo.

É essencial, pois, afirmar que a coordenação do curso, juntamente com o NAP precisa investir na formação continuada dos docentes envolvidos com o curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Licenciatura, cujo foco está centrado na área de Ciências da Natureza. O referido curso que é caracterizado como um curso de formação profissional, que deverá atingir uma área estratégica da sociedade, ou seja, a educação dos cidadãos do campo, necessita afirmar-se na docência com enfoque numa atitude interdisciplinar e na articulação entre teoria e prática. Desse modo, o professor universitário necessita continuamente rever sua responsabilidade social e ética em relação ao processo de marginalização da população camponesa, aprimorando o processo ensino-aprendizagem na universidade, de modo que os saberes ali construídos se estendam ao campo como ferramentas que possam modificar a condição de trabalho e de vida no campo.

A docência tanto na educação superior como na educação básica precisa ser entendida como ação educativa e processo pedagógico intencional e metódico, alicerçado em relações sociais,



étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam na abstração de conceitos e consideração aos princípios e objetivos da licenciatura. Nesse sentido, cabe ao professor universitário agir metódica e intencionalmente, desencadeando e avaliando o processo educativo no qual os sujeitos envolvidos possam ampliar sua capacidade de entender o mundo, por meio do acesso ao conhecimento historicamente acumulado, e das várias formas de interação do homem com a natureza, com os outros homens e com o processo histórico-cultural.

Para que o curso cumpra com a sua finalidade, preferencialmente deverão atuar nele professores que tenham cursado licenciatura, que tenham em sua trajetória acadêmica e profissional experiência acumulada, tanto no ensino, como na pesquisa e extensão, ligadas à Educação do Campo. Aos docentes do curso, respeitando as políticas institucionais serão oferecidas as devidas possibilidades de afastamento para qualificação em cursos de Mestrado e Doutorado. Por fim, é necessário destacar que, ao habilitar para o exercício da docência, o curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza - Licenciatura contribuirá para a formação de profissionais em condições de compreender e favorecer a melhoria dos espaços em que se desenvolve a educação na região e no Brasil, bem como a melhoria da qualidade de vida do homem do campo.



13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

13.1 Docentes do *Campus* Erechim que atuam no curso

	Nº	COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR
1ª	01	Produção Textual Acadêmica	Concurso
	02	Fundamentos da Matemática	Vitor de Moraes
	03	Informática Básica	Anibal Guedes
	04	Fundamentos da Educação	Leandro Ody
	05	Realidade do Campo Brasileiro	Vitor de Moraes
	06	História e Filosofia das Ciências Naturais	Leandro Ody Cherlei Marcia Coan
	07	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas I	Emerson Neves da Silva Naira Estela Roesler Mohr
2ª	08	Introdução ao Pensamento Social	Concurso
	09	Iniciação à Prática Científica	Leandro Ody
	10	Estatística Básica	Anibal Guedes
	11	Escola e Educação do Campo	Aguardando nomeação
	12	Agroecologia	Ulisses Melo
	13	Biologia Geral	Iloir Gaio
	14	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas II	Jerônimo Sartori Naira Estela Roesler Mohr
3ª	15	Introdução à Filosofia	Leandro Ody
	16	História da Fronteira Sul	Isabel Griti
	17	Teorias da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	Jerônimo Sartori
	18	Educação Popular	Vitor de Moraes
	19	Física na Educação Básica I	Concurso
	20	Biologia na Educação Básica I	Cherlei Marcia Coan
21	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas III	Naira Estela Roesler Mohr Jerônimo Sartori	
4ª	22	Direitos e Cidadania	Concurso
	23	Didática Geral	Jerônimo Sartori
	24	Organização do trabalho escolar e Pedagógico	Aguardando nomeação
	25	Química na Educação Básica I	Concurso
	26	Física na Educação Básica II	Concurso
	27	Biologia na Educação Básica II	Concurso
	28	Seminário Integrador das Práticas Pedagógicas IV	Cherlei Marcia Coan Emerson Neves da Silva



14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

Biblioteca: Organização e Serviços

A Diretoria de Gestão da Informação (DGI) tem por finalidade a promoção do acesso, recuperação, transferência, armazenamento e preservação da informação, de forma atualizada, ágil e qualificada a toda a comunidade universitária. E pretende por meio de serviços e instalações incentivar o uso da informação e a produção do conhecimento, contribuindo para a excelência da gestão, do ensino, da pesquisa e da extensão. A estrutura organizacional da DGI compreende: Departamento Administrativo, Departamento de Gestão Documental e Departamento de Bibliotecas.

O Departamento de Bibliotecas tem por objetivo coordenar, orientar e padronizar os serviços das bibliotecas da instituição, visando a articular de forma sistêmica a promoção e uso de padrões de qualidade na prestação de serviços; além de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente a UFFS dispõe de 1065,36m² de espaço destinado às bibliotecas nos cinco campi existentes com horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 7:30 às 22:30 horas, e excepcionalmente aos sábados em algumas bibliotecas.

Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; teleatendimento, acesso internet wireless; acesso internet laboratório; serviço de referência online; comutação bibliográfica; orientação normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; assessoria editorial. Estão em implantação:



Portal de Eventos da UFFS: receberá o conteúdo dos eventos aprovados na UFFS para gerar a publicação de Anais eletrônicos; Portal de Periódicos da UFFS: para a construção e gestão de uma publicação periódica eletrônica; Repositório Institucional da UFFS: reunirá os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS e outros documentos que sejam de interesse da instituição preservar e divulgar; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFFS: oferece a possibilidade de inserção das teses e dissertações desde o início de sua elaboração até a publicação e recuperação.

Com relação à ampliação do acervo: são adquiridos semestralmente as bibliografias básica e complementar dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC. Ao mesmo tempo foram adquiridos 3691 livros eletrônicos (e-books).

A UFFS integra o rol das instituições que acessam ao Portal de Periódicos da CAPES que oferece acesso a mais de 33 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, Atlas Primal Pictures (base de dados de imagens tridimensionais de toda a Anatomia Humana), cobrindo todas as áreas do conhecimento.

14.2 Laboratórios

À medida que a estrutura do Campus Erechim for sendo consolidada, os espaços dos laboratórios também serão definidos, haja vista que o curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, requer também um Laboratório para Biologia e Física.

14.1 XXXXXXXX.

LABORATÓRIO DE QUÍMICA	
Alunos por turma:	
Área: 115,96 m ²	Localização:
Quantidade	Descrição
01	Laboratório com bancadas para 25 alunos, bancos, pias e instalações apropriadas para sistema de gases, eletricidade e água. O laboratório será climatizado. Este laboratório será equipado com



	capelas com sistema de exaustão, banhos-maria, balanças analíticas e semi-analíticas, pHmetros, condutivímetros, placas de aquecimento e agitação magnética, destiladores por arraste a vapor, destiladores simples, destiladores fracionada e destiladores a pressão reduzida, cromatógrafo a gás acoplado com espectrômetro de massas, cromatógrafo líquido de alta eficiência acoplado espectrômetro de massas, espectrofotômetro UV/VIS, reagentes, vidrarias, estantes, entre outros equipamentos. Anexo ao laboratório há uma sala de preparo de reagentes.
--	---

LABORATÓRIO DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	
Professores Responsáveis:	
Alunos por turma: 50	
Área: 88,79 m ²	Localização:
Quantidade	Descrição
01	Laboratório com 50 mesas para computadores e cadeiras. Projetor multimídia, quadro branco e mesa para professor.



15 ANEXOS

ANEXO I

REGULAMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS DA NATUREZA - LICENCIATURA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento tem por objetivo regulamentar o Estágio Curricular Supervisionado do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura.

Art. 2º Para os fins do disposto neste Regulamento, considera-se Estágio Curricular Supervisionado como parte integrante do processo de formação caracterizado como momento de vivência profissional em que se articulam dialeticamente teoria e prática nos processos de observação, interpretação e intervenção profissional, orientado e supervisionado institucionalmente.

Parágrafo único - O Estágio não obrigatório obedecerá ao disposto nas diretrizes curriculares nacionais de cada curso, na Lei Nº. 11.788/08 e no regulamento de estágio da UFFS.

CAPÍTULO II

DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) será regido por este Regulamento e pelo Regulamento Geral dos Estágios da UFFS.

Parágrafo Único. O Estágio Curricular Supervisionado, referido neste regulamento, equivale ao estágio Obrigatório da Resolução CNE/CP 01/2002, CNE/CP 02/2002, da Lei 11.788/08 e do Regulamento de Estágio da UFFS.



Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura será realizado a partir da quinta fase, compreendendo 27 créditos, com carga horária correspondente a 405 horas, assim distribuídos: 5ª fase: Pesquisa e Prática Pedagógica no Ensino Fundamental – 6 créditos; 6ª fase: Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental – 8 créditos; 7ª fase: Pesquisa e Prática Pedagógica no Ensino Médio – 6 créditos; 8ª fase: Estágio Supervisionado no Ensino Médio – 7 créditos.

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado compreende a observação, o planejamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas no campo de estágio.

Art. 6º A realização do Estágio Curricular Supervisionado, obrigatória a todos os estudantes do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, deverá ocorrer, impreterivelmente, de forma individual.

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura tem por objetivos: promover a aproximação do acadêmico com a realidade profissional; desenvolver a capacidade de observação e de interpretação contextualizada da realidade das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio; promover atividades de intervenção a partir de um projeto deliberado, que envolvam conhecimentos pedagógicos, contextuais e de áreas específicas; aplicar os conhecimentos teóricos e práticos mantendo um processo dinâmico de reflexão/ação crítica; desenvolver habilidades e responsabilidades profissionais no exercício da docência; desenvolver as habilidades de comunicação, criatividade, integração e interação com profissionais de diversas áreas; fomentar a pesquisa como base do planejamento das atividades de intervenção e da análise dos resultados.

SEÇÃO III

DO CAMPO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 8º Constituem-se em campo de Estágio Curricular Supervisionado do Curso Interdisciplinar



em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura as instituições de ensino de educação básica.

Art. 9º O contato com o campo de Estágio Curricular Supervisionado deverá ser realizado pelo estudante, mediado pelo professor Coordenador de estágio, e pela Divisão de Estágio quando se fizer necessário.

Art. 10 Os convênios com o campo de Estágio Curricular Supervisionado serão formalizados pelo setor de estágio do *campus*.

SEÇÃO IV

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 11 O Estágio Curricular Supervisionado do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura será desenvolvido a partir da segunda metade do curso e compreenderá, basicamente, as seguintes etapas:

I - Pesquisa e Prática Pedagógica no Ensino Fundamental (Estágio I – 6 créditos/90horas): A base desta atividade de estágio consiste na investigação do contexto da escola na qual será desenvolvida esta etapa do estágio curricular e a realização de oficinas pedagógicas.

Prevê-se:

Créditos/horas	Atividades previstas
5 créditos/ 75 horas	I – aulas teórico/práticas presenciais para desenvolvimento de temas previstos na ementa e/ou para planejamento, elaboração e acompanhamento de planejamento organização e avaliação das atividades, coordenados por docente(s) e realizados com a turma de estudantes matriculado(a)s no CCR. incluindo seminários de avaliação e apresentação, com realização do seminário final do CCR, com a socialização dos projetos de estágio de cada acadêmico estagiário e relato da experiência vivenciada.
0 créditos/ 0 horas	II – elaboração do plano de estágio e do relatório de avaliação das atividades de estágio, incluindo o planejamento de oficinas pedagógicas e a elaboração do relatório de estágio;
1 crédito/ 15 horas	III – atividades de estágio desenvolvida pelo estudante: a observação e o acompanhamento das aulas de uma turma dos anos finais do Ensino Fundamental (na qual provavelmente será desenvolvido o estágio de docência no semestre posterior) incluindo realização de oficinas pedagógicas.



II - Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental – 8 créditos/120 horas:

Trata-se do espaço curricular destinado ao estágio de docência, à intervenção do acadêmico estagiário diretamente em sala de aula, dinamizando o processo didático-pedagógico em uma classe dos anos finais do Ensino Fundamental. Este estágio será desenvolvido com base no Projeto de Estágio elaborado no componente curricular de Pesquisa e Prática Pedagógica no Ensino Fundamental.

Prevê-se:

Créditos/horas	Atividades previstas
6 créditos/ 90 horas	I – aulas teórico/práticas presenciais para desenvolvimento de temas previstos na ementa e/ou para planejamento, organização e avaliação das atividades elaboração e acompanhamento de planejamento coordenados por docente(s) e realizados com a turma de estudantes matriculado(a)s no CCR. incluindo seminários de avaliação e apresentação, com realização do seminário com a socialização da experiência realizada por meio do CCR de Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental.
0 créditos/ 0 horas	II – elaboração do plano de estágio e do relatório de avaliação das atividades de estágio, incluindo o planejamento de cada aula a ser ministrada, bem como a elaboração do relatório de estágio;
2 crédito/ 30 horas	III – atividades de estágio desenvolvida pelo estudante: atividades a serem desenvolvidas pelo estudante (com supervisão de docente da escola, no local de prática/estágio, bem como orientação e acompanhamento de docente da UFFS) envolvendo o ministério de aulas na disciplina de Ciências numa turma de alunos de Ensino Fundamental – anos finais;

III - Pesquisa e Prática Pedagógica no Ensino Médio – 6 créditos/90 horas:

A base desta atividade de estágio consiste na investigação do contexto da escola na qual será desenvolvida esta etapa do estágio curricular e na realização de oficinas pedagógicas.

Prevê-se:

Créditos/horas	Atividades previstas
5 créditos/ 75 horas	I – aulas teórico/práticas presenciais para desenvolvimento de temas previstos na ementa e/ou para planejamento, organização e avaliação das atividades, elaboração e acompanhamento de planejamento coordenados por docente(s) e realizados com a turma de estudantes matriculado(a)s no CCR. incluindo a socialização dos projetos de estágio de cada acadêmico estagiário e da experiência vivenciada nas oficinas pedagógicas.
0 créditos/ 0 horas	II – elaboração do plano de estágio e do relatório de avaliação das atividades de estágio, incluindo o planejamento das oficinas pedagógicas, bem como a elaboração do relatório de estágio;



1 crédito/ 15 horas	III – atividades de estágio desenvolvida pelo estudante: atividades a serem desenvolvidas pelo estudante (com supervisão de docente da escola, no local de prática/estágio, bem como orientação e acompanhamento de docente da UFFS) envolvendo a observação e o acompanhamento das aulas de uma turma do Ensino Médio na qual será desenvolvido o estágio de docência no semestre posterior e a realização de oficinas pedagógicas;
---------------------	--

IV - Estágio Supervisionado no Ensino Médio – 7 créditos/105 horas:

Trata-se do espaço curricular destinado ao estágio de docência, à intervenção do acadêmico estagiário diretamente em sala de aula, dinamizando o processo didático-pedagógico em uma classe do Ensino Médio. Este estágio será desenvolvido com base no Projeto de Estágio elaborado no componente curricular de Pesquisa e Prática Pedagógica no Ensino Médio.

Prevê-se:

Créditos/horas	Atividades previstas
5 créditos/75 horas	I – aulas teórico/práticas presenciais para desenvolvimento de temas previstos na ementa e/ou para planejamento, organização e avaliação das atividades, elaboração e acompanhamento de planejamento coordenados por docente(s) e realizados com a turma de estudantes matriculado(a)s no CCR, incluindo a socialização da experiência realizada por meio do CCR de Estágio Supervisionado no Ensino Médio.
0 créditos/ 0 horas	II – elaboração do plano de estágio e do relatório de avaliação das atividades de estágio, incluindo o planejamento das aulas a serem ministradas, bem como a elaboração do relatório de estágio;
2 crédito/ 30 horas	III – atividades de estágio desenvolvida pelo estudante: atividades a serem desenvolvidas pelo estudante (com supervisão de docente da escola, no local de prática/estágio, bem como orientação e acompanhamento de docente da UFFS) envolvendo o ministério de aulas nas disciplinas de Biologia, Física ou Química numa turma de alunos de Ensino Médio;

Parágrafo 1º Cada componente curricular de estágio será ministrado por três docentes, devendo ser cada um deles representante da sua respectiva área de conhecimento;

Parágrafo 2º Os estágios são de responsabilidade de docentes vinculados ao domínio específico do curso.

Art. 12 Atendendo à Resolução CNE/CP no 02 de 19/02/2002, o estagiário que comprovar experiência docente por mais de dois anos poderá ter reduzido seu estágio em até 50% de carga



horária em sala de aula, conforme regras e procedimentos estipulados pela universidade (Resolução nº 07/2014 – CONSUNI/CGRAD).

Art. 13 A Secretaria Acadêmica encaminhará o requerimento à coordenação do curso, que deverá observar a carga horária máxima para aproveitamento conforme previsto neste regulamento.

Art. 14 A avaliação do mérito e conseqüente dispensa serão feitas pelo Coordenador do Curso, ouvido o professor Coordenador do Estágio Curricular Supervisionado, considerando o disposto na Resolução nº 07/2014 – CONSUNI/CGRAD.

Art. 15 A partir do recebimento do pedido, o Coordenador do Curso terá 5 (cinco) dias úteis para devolver o parecer sobre o requerimento à Secretaria Acadêmica.

Art. 16 Do parecer de aproveitamento de estudos não cabe reanálise.

Art. 17 Os projetos e os relatórios de Estágio Curricular Supervisionado deverão ser apresentados em conformidade com o modelo produzido pela Divisão de Estágios ou Coordenação de Estágio.

SEÇÃO V

DA ESTRUTURA DE TRABALHO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NO ÂMBITO DO CURSO

Art. 18 As atividades de observação, planejamento, execução e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado serão desempenhadas pelo Coordenador de estágio, pelo professor titular do componente curricular, pelos professores orientadores e pelo setor de estágios do *campus*.

SUBSEÇÃO I

DO COORDENADOR DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 19 A coordenação do Estágio Curricular Supervisionado será exercida por professor indicado pelo Colegiado do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura, dentre os professores orientadores de estágio.

Art. 20 São atribuições do Coordenador do Estágio Curricular Supervisionado:

I – zelar pela organicidade do estágio no Curso de Interdisciplinar em Educação do Campo –



- Ciências da Natureza – Licenciatura e pela sua articulação com os componentes curriculares, com as demandas dos acadêmicos, com a vida institucional e com os campos de estágio;
- II – fomentar a discussão teórico-prática do estágio no Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura;
- III – planejar as ações relacionadas ao desenvolvimento do estágio junto com os professores orientadores de estágio do Curso de Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura;
- IV – convocar e coordenar reuniões com professores orientadores e com os supervisores de estágio, sempre que necessário;
- V - definir os campos de estágio conjuntamente com o corpo de professores orientadores de estágio;
- VI – promover a articulação entre os campos de estágio e as demandas dos acadêmicos;
- VII – encaminhar oficialmente os acadêmicos aos respectivos campos de estágio;
- VIII – fornecer informações necessárias relacionadas ao estágio aos professores orientadores e aos supervisores externos;
- IX – apresentar informações quanto ao andamento dos estágios, aos diversos órgãos da administração acadêmica da UFFS;
- X – acompanhar e supervisionar todas as etapas do Estágio Curricular Supervisionado, observando o que dispõe este Regulamento e demais normas aplicáveis;
- XI – Promover a socialização dos resultados das atividades de estágio no Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura e entre os cursos de Licenciatura do Campus.

Art. 21 Também, são atribuições do Coordenador do Estágio Curricular Supervisionado do curso aquelas definidas no regulamento de estágio da UFFS.

SUBSEÇÃO II

DO PROFESSOR DO COMPONENTE CURRICULAR DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO



Art. 22 O professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado será definido pelo Colegiado de Curso.

Art. 23 São atribuições do professor do componente curricular:

I – coordenar as atividades didáticas referentes ao componente curricular, articulando conhecimentos dos diferentes domínios curriculares;

I – fornecer informações à coordenação do Estágio Curricular Supervisionado sobre o andamento das atividades de estágio e o desempenho dos estudantes;

III – assessorar os estudantes na elaboração dos projetos, nos planejamentos das aulas e relatórios de estágio;

IV – avaliar, em conjunto com a coordenação de estágio, as diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado do curso;

V – participar das atividades programadas pelo coordenador de estágio;

VI – acompanhar o trabalho dos professores orientadores;

VII – acompanhar os estudantes no campo de estágio.

Art. 24 Também, são atribuições do professor do componente curricular aquelas definidas no regulamento de estágio da UFFS.

SUBSEÇÃO III

DOS PROFESSORES ORIENTADORES DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 25 Os professores orientadores do Estágio Curricular Supervisionado serão definidos pelo Colegiado de curso.

Parágrafo único: a designação dos orientadores de estágio será feita pelo Colegiado de Curso, ouvido o professor do Componente Curricular de Estágio, e a distribuição das orientações caberá à coordenação de estágio, que fará o ajuste das demandas, após ouvir o interesse pessoal dos acadêmicos.

Art. 26 Aos professores orientadores será destinada carga horária compatível ao desenvolvimento



dessa atividade, como limite máximo de até 6 estudantes por professor.

Art. 27 São atribuições dos professores orientadores:

- I – participar das atividades programadas pelo coordenador de estágio;
- II - organizar estudos temáticos relacionados às demandas levantadas pelos acadêmicos na observação escolar;
- III - orientar o processo de construção do projeto de Estágio;
- IV - fornecer informações ao professor da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado quanto ao andamento e desempenho das atividades dos estagiários;
- V – avaliar o processo do estágio dos estudantes sob sua orientação junto com o professor do componente curricular de Estágio;
- VI - controlar a assiduidade e a pontualidade do acadêmico de acordo com o cronograma de trabalho;
- VII - conceder dispensa ao acadêmico somente nos casos previstos em lei, mediante registro do ocorrido, em casos especiais, encaminhar o pedido de dispensa à coordenação de estágio;
- VIII - averiguar e apresentar a comissão de estágios qualquer tipo de irregularidade referente às atividades de estágio, inclusive na confecção do relatório.

Art. 28 Também, são atribuições dos professores orientadores aquelas definidas no regulamento de estágio da UFFS.

SEÇÃO VI

DO SETOR DE ESTÁGIOS DO *CAMPUS*

Art. 29 O Setor de Estágios do *campus* assessora o processo de realização dos estágios curriculares supervisionados no que tange ao suporte burocrático, legal e logístico.

Art. 30 São atribuições do Setor de Estágios do *campus*:

- I - Conveniar instituições para estágios.
- II - Obter e divulgar junto com os coordenadores de estágios dos cursos as oportunidades de



estágios.

III - Fiscalizar as Unidades Concedentes de Estágio (UCE).

IV - Emitir e arquivar Termos de Convênio e de Compromisso.

V - Fazer o registro e controle das Apólices de Seguro.

VI - Arquivar relatórios e planos de atividades de estágio.

VII - Propor formulários para o Plano e o Relatório de Atividades.

VIII - Emitir documentação comprobatória de realização e conclusão de estágios (certificados).

IX - Cumprir outras atribuições constantes no Regulamento de Estágio da UFFS.

SEÇÃO VII

DOS SUPERVISORES EXTERNOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 31 Os supervisores externos do Estágio Curricular Supervisionado serão indicados pelos campos de estágio, dentre os profissionais com formação ou experiência na área do curso.

Art. 32 São atribuições dos supervisores externos:

I – apresentar o campo ao estudante estagiário;

II – facilitar seu acesso à documentação da instituição;

III – orientar e acompanhar a execução das atividades de estágio;

IV – informar ao professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado ou ao coordenador do estágio quanto ao andamento das atividades e o desempenho do estudante;

V – avaliar o desempenho dos estagiários, mediante preenchimento de parecer avaliativo.

Art. 33 Também, são atribuições dos supervisores externos aquelas definidas no regulamento de estágio da UFFS.

Art. 34 Caberá aos profissionais das Instituições Campo de Estágio: manter contato contínuo com a coordenação de estágios e com os professores orientadores, colocando-os a par de qualquer situação constrangedora por parte do estagiário.



Art. 35 A Escola Campo de Estágio poderá interromper as atividades de estágios do aluno estagiário sempre que se fizer necessário.

SEÇÃO VIII

DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 36 São obrigações do estudante estagiário:

I – entrar em contato com a instituição campo de estágio na qual serão desenvolvidas as atividades de estágio, munido de carta de apresentação e termo de compromisso;

II – comparecer ao estágio curricular assídua e pontualmente, de acordo com o cronograma estabelecido;

III - participar de reuniões e atividades de orientação para as quais for convocado;

IV – cumprir todas as atividades previstas para o processo de estágio, de acordo com o projeto pedagógico do curso e o que dispõe este Manual;

V – respeitar os horários e normas estabelecidos na instituição campo de estágio, bem como seus profissionais e alunos;

VI – manter a interação com os docentes da área, observando os princípios da ética profissional;

VII - manter a ética no desenvolvimento do processo de estágio;

VIII – cumprir as exigências do campo de estágio e as normas da UFFS relativas ao Estágio Curricular Supervisionado;

IX - zelar pela manutenção dos materiais, equipamentos e instrumentos utilizados no estágio;

X - elaborar e apresentar relatórios parciais das atividades realizadas, conforme cronograma estabelecido pelo professor orientador e um relatório final ao término do estágio;

XI - planejar com antecedência as atividades de estágio que serão realizadas dentro da instituição concedente e submetê-las à aprovação do professor orientador, antes da aplicação das mesmas nos locais de estágios;

XII - usar vestimenta adequada e manter boa higiene pessoal;

XIII - avisar com antecedência o professor orientador de estágio, bem como o responsável pela



instituição concedente, caso haja necessidade de faltar ao estágio, com justificativa;

XIV - em caso de ausência comunicar, com antecedência (mínima de 48 horas) e por escrito, à Coordenação de Estágio, os motivos do não comparecimento nas atividades sob sua responsabilidade, sejam essas no interior ou não da UFFS;

XV - comprovar sua frequência no estágio através da ficha de frequência devidamente assinada pelo acadêmico, professor e diretor da Instituição Campo de Estágio.

Art. 37 Também, são atribuições dos estagiários aquelas definidas no regulamento de estágio da UFFS.

SUBSEÇÃO I

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 38 A avaliação do estagiário será realizada pelo professor do componente curricular de estágio, pelo professor orientador e pelo supervisor externo de estágio.

Art. 39 Para a aprovação em cada um dos componentes curriculares de Estágio Curricular Supervisionado, o acadêmico deverá cumprir cada uma das etapas previstas, envolvendo observação, planejamento, execução e relatório.

Art. 40 A avaliação do estágio supervisionado observará os seguintes critérios:

I - a nota mínima para aprovação no Estágio Supervisionado é 6,0 (seis);

II - a nota final é o resultado da média aritmética dos valores atribuídos pelos Professores orientadores em cada etapa e de acordo com os fatores de avaliação constantes desse regulamento;

III - a nota do relatório e de qualquer outra atividade de estágio curricular estará vinculada ao cumprimento da carga horária total de cada estágio, e à entrega do mesmo devidamente corrigido;

IV - o acadêmico que por qualquer motivo não cumprir a carga horária do estágio ficara reprovado no estágio e não receberá nota, até cumprir a devida carga horária;

V - por tratar-se de atividade prática exposta em relatórios, não haverá, em hipótese alguma, exames finais, regime de dependência, exercícios domiciliares, revisão de avaliação e nova oportunidade de



estágio no mesmo período;

VI - no caso de reprovação fica o aluno obrigado a cursar novamente, no próximo semestre, o estágio supervisionado;

VII – a frequência é obrigatória compreendendo 100% do total de horas estipuladas para cumprimento das atividades práticas do estágio supervisionado;

VIII - a avaliação levará em conta quatro parâmetros: atividades desenvolvidas em sala de aula, atividades implementadas nas Instituições Campo de Estágio, relatório e dimensão atitudinal;

IX – a avaliação do professor orientador deverá considerar a responsabilidade do aluno durante a execução dos estágios;

X – a avaliação atitudinal levará em conta as seguintes questões:

- a) Cumprimento – com empenho e dedicação – das tarefas e atividades programadas, nas datas estabelecidas, observando as normas deste regulamento.
- b) Participação (frequência e envolvimento).
- c) Iniciativa.
- d) Articulação e aplicação dos conhecimentos estudados em sala de aula.
- e) Demonstração de habilidades didático-pedagógicas na realização das atividades desenvolvidas.
- f) Respeito aos colegas, coordenadores, professores orientadores e funcionários de apoio.
- g) Agir de acordo com os preceitos de ética profissional.
- h) Domínio de conteúdo e transposição didática oportuna ao nível de ensino que está trabalhando.

SUBSEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Art. 41 O relatório de estágio será elaborado a cada fase e entregue ao professor orientador para fazer parte do processo de avaliação.

Art. 42 No relatório constarão, todas as informações relevantes que forem referentes às atividades



desenvolvidas nos campos de estágio, que serão definidas pelos professores orientadores de estágio.

Art. 43 A estrutura do relatório deverá seguir os modelos apresentados pelos professores orientadores em cada fase.

Art. 44 A versão final do relatório de estágio deverá ser entregue em CD.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 45 O presente regulamento poderá ser modificado sempre que constatadas necessidades relevantes.

Art. 46 Os casos não contemplados neste regulamento serão resolvidos pela comissão de estágios ou pelo colegiado do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza – Licenciatura e se necessário por conselhos superiores atendendo as normas e regulamentos da UFFS.

Art. 47 O uso de cópia ou plágio no relatório de estágio poderá acarretar na reprovação dos alunos envolvidos.

Art. 48 A falsificação de assinaturas em qualquer documento de estágio, sob responsabilidade do acadêmico, implicará na sua reprovação.

Art. 49 A não observação das normas estabelecidas neste regulamento poderá acarretar na reprovação do acadêmico conforme julgamento da comissão de estágios.

Art. 50 Os casos omissos neste *Regulamento de Estágio Curricular* serão decididos pelo respectivo Colegiado de Curso.

Erechim, janeiro de 2015.

***Alterado conforme Ato Deliberativo Nº 01/2019- CCIECCN-ER**



ANEXO II

**REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES
(ACCS) DO CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS DA
NATUREZA - LICENCIATURA**

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento tem por objetivo normatizar as Atividades Curriculares Complementares (ACCS) do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura.



Art. 2º Para fins do disposto neste Regulamento compreende-se por Atividades Curriculares Complementares do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, como atividades que visam à complementação da formação, desenvolvidas ao longo do curso no espaço da universidade e/ou outros espaços formativos, exigidas para integralização curricular, com carga horária equivalente a 210 horas.

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º As Atividades Curriculares Complementares do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) serão regidas por este Regulamento.

Parágrafo único As Atividades Curriculares Complementares do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, compreendem: a) atividades de pesquisa; b) atividades de extensão e de aprimoramento profissional; c) atividades de cultura e de responsabilidade social.

Art. 4º As Atividades Curriculares Complementares do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza - Licenciatura, serão realizadas ao longo do curso, compreendendo 14 créditos, com carga horária correspondente a 210 horas, elas poderão ser contabilizadas na forma de:

Quadro de pontuação de Atividades Complementares

a) Atividades de pesquisa

Atividades	Requisitos	Horas contabilizadas	Máximo de horas
Participação em grupos de pesquisa	Certificado ou declaração emitida pelo coordenador do projeto	20 h por semestre	60 h
Grupos de estudo	Declaração do coordenador do	10 h por	50 h



	grupo	semestre		
Participação em eventos científicos como ouvinte	Certificado de participação	Máximo		
		Local	10 h	20 h
		Regional	15 h	30 h
		Nacional	20 h	40 h
		Internacional	25 h	50 h
Apresentação de trabalho (oral ou pôster) em evento científico	Certificado de apresentação			
		Local	4 h	16 h
		Regional	6 h	24 h
		Nacional	8 h	32 h
		Internacional	10 h	40 h
Publicação de resumo em anais de evento	Cópia do trabalho publicado			
		Local	4 h	16 h
		Regional	6 h	24 h
		Nacional	8 h	32 h
		Internacional	10 h	40 h
Publicação de trabalho completo em anais de evento	Cópia do trabalho publicado			
		Local	8 h	16 h
		Regional	16 h	32 h
		Nacional	24 h	48 h
		Internacional	30 h	60 h
Publicação de artigo científico em revista com ISSN	Cópia do artigo publicado	30 h cada	60 h	
Publicação de artigo científico em revista sem ISSN	Cópia do artigo publicado	10 h cada	30 h	
Publicação de capítulo de livro	Cópia do capítulo publicado	15 h cada	45 h	
Visita técnica na área não prevista no plano de ensino	Relatório de viagem elaborado pelo aluno, com carga horária, com visto e assinado pelo professor responsável	5 h por visita	20 h	

b) Atividades de extensão e de aprimoramento profissional

Atividades	Requisitos	Horas contabilizadas	Máximo de horas
Participação em projetos de extensão da UFFS	Certificado ou declaração emitida pelo coordenador do projeto	20 h por semestre	60 h
Participação na Semana Acadêmica do			



Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura da UFFS <i>Campus Erechim</i>	Certificado de participação do evento	20 h	80 h
Participação como colaborador de evento	Declaração do coordenador do evento	10 h por evento	30 h
Participação em curso de extensão como ouvinte	Certificado de participação	Conforme certificado ou declaração de participação	40 h
Bolsa permanência	Certificado ou declaração de participação do programa	5 h por semestre	30 h
Ministrante de cursos, oficinas ou palestras	Declaração da entidade ou do coordenador do evento	Conforme declaração	20 h
Monitoria em projetos da UFFS	Certificado de conclusão de monitoria	20 h por semestre	40 h
Participação, como ouvinte, em mini cursos	Certificado de participação	Conforme certificação	20 h

c) Atividades de cultura e de responsabilidade social

Atividades	Requisitos	Horas contabilizadas	Máximo de horas
Eventos culturais ou esportivos promovidos pela UFFS	Certificado ou declaração de participação	Conforme certificado ou declaração de participação	15 h
Participação em eventos culturais ou esportivos em outros locais	Certificado ou declaração de participação	Conforme certificado ou declaração de participação	15 h



Participação, como voluntário, em projetos sociais desenvolvidos em escolas	Certificado ou declaração de participação	20 h por certificado	60 h
Participação, como voluntário, em projetos sociais desenvolvidos em espaços não formais de educação	Certificado ou declaração de participação	20 h por certificado	60 h
Participação em grupos artísticos (teatro, música, dança)	Declaração do coordenador do grupo	15 h por semestre	60 h
Publicação de texto em jornais ou revistas	Cópia da publicação	4 h	12 h
Palestras	Declaração do organizador	5 h	20 h
Participação voluntária em cargos comunitários	Declaração da instituição	10 h por participação ou cargo	30 h
Cursos de língua (nativa ou estrangeira)	Declaração da instituição promotora	20 h por curso	40 h
Participação em palestras	Declaração de participação	2 h por palestra	10 h
Participação em mini-cursos na UFFS ou em outras instituições	Declaração ou certificado de participação	Conforme declaração ou certificado	40 h
Representação estudantil em colegiado de curso, comissões internas e conselhos	10 h por semestre	Declarações dos órgãos responsáveis	40 h
Membro do diretório acadêmico do curso	Ata de posse dos membros da diretoria e atestado de participação efetiva assinado por, pelo menos, dois membros da comissão coordenadora	10 h por semestre	30 h



Membro de comissões estudantis vinculadas ao curso de Educação do Campo	Declaração da coordenação do curso	5 h por semestre	15 h
---	------------------------------------	------------------	------

Alterado conforme resolução RESOLUÇÃO Nº 5/CCIECCNER/UFFS/2023 23205.038386/2023-26

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 5º As Atividades Complementares do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura, têm por objetivos:

1. flexibilizar o currículo obrigatório;
2. aproximar o estudante da realidade social e profissional;
3. propiciar aos seus estudantes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar;
4. promover a integração entre comunidade e Universidade, por meio da participação do estudante em atividades que visem a formação profissional e para a cidadania.

SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 6º Para contabilizar as Atividades Curriculares Complementares o estudante deverá apresentar os comprovantes de realização das atividades, semestralmente, obedecidos os prazos previstos no Calendário Acadêmico e respeitando a data de ingresso no curso.

Art. 7º Os pedidos de validação das Atividades Curriculares Complementares serão avaliados semestralmente, por comissão composta de 03 (três) professores do curso, indicada pelo respectivo colegiado e instituída pelo coordenador do curso.

Art. 8º Após a divulgação dos prazos no Calendário Acadêmico, o estudante deverá protocolar na Secretaria Acadêmica, o pedido de aproveitamento de estudos instruído com todos os comprovantes das atividades realizadas, em original e fotocópia.



Redação alterada conforme Ato e Deliberativo 1/CCIECCN-ER/UFFS/2016

Art. 9º Recebido e autuado pela Secretaria Acadêmica, o pedido será encaminhado à coordenação do curso que após prévia análise, encaminhará ao presidente da comissão avaliadora para análise e validação das Atividades Curriculares Complementares.

Art. 10 O presidente da comissão avaliadora encaminhará ao coordenador do curso o resultado das análises. O coordenador do curso via portal do coordenador, cadastrará os resultados em link específico.

Art. 11 Serão reconhecidos como documentos válidos para fins de aproveitamento de estudos em Atividades Curriculares Complementares, certificados, históricos escolares, declarações, certidões e atestados. Os documentos devem apresentar: Nome do evento; Temática; Carga Horária e Data de realização e data de expedição do documento.

SEÇÃO IV DAS OBRIGAÇÕES DO ESTUDANTE

Art. 12 Cabe ao estudante realizar o pedido de validação das Atividades Curriculares Complementares junto a Secretaria Acadêmica, em prazo determinado pelo Calendário Acadêmico.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13 Os casos omissos neste Regulamento de Atividades Curriculares Complementares serão decididos pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 14 Este Regulamento de Atividades Curriculares Complementares do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado de Curso e pelo Consuni.



Erechim, julho de 2014.

ANEXO III
REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO
CURSO DE GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO:
CIÊNCIAS DA NATUREZA – LICENCIATURA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Para fins do disposto neste Regulamento - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) integra o conjunto de componentes curriculares teórico-práticos previstos no Projeto do Curso que objetiva promover o aprofundamento investigativo de temáticas ligadas à educação e aos processos de ensino-aprendizagem do Licenciando em Educação do Campo.

CAPÍTULO II
DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCCs)
SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) rege-se-á por este Regulamento.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo:



Ciências da Natureza – Licenciatura, realizar-se-á a partir da sétima fase no curso, compreendendo 08 créditos, totalizando a carga horária de 120 horas, assim distribuídas:

I – Trabalho de Conclusão de Curso I, com 4 créditos, correspondendo a 60 horas, na sétima fase do curso;

II – Trabalho de Conclusão de Curso II, com 4 créditos, correspondendo a 60 horas, na oitava fase do curso.

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS DA ATIVIDADE DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 4º O Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivos:

I - Aprimorar a formação profissional, contribuindo para melhorar a visão dos problemas relacionados à área de atuação do licenciado em educação do campo, considerando os procedimentos científicos no processo de investigação.

II - Discutir temas relacionados à cultura e aos processos pedagógicos na educação do campo, considerando os espaços escolares e não escolares.

III - Desenvolver no acadêmico o interesse pela pesquisa, indicando procedimentos teórico-metodológicos aos temas apresentados para o desenvolvimento do TCC.

IV - Abordar tópicos específicos de conhecimentos relativos às atividades de ensino, pesquisa e extensão, relacionados aos espaços escolares e não escolares.

SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 5º A realização da Atividade de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, é obrigatória a todos os estudantes do Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza, devendo ocorrer nas duas últimas fases do curso e compreenderá as seguintes etapas:

I - Trabalho de Conclusão I: [Elaboração de um projeto de trabalho final de curso, contemplando um tema relevante para a área da educação do campo, associando os estudos teóricos com a prática investigativa e pedagógica em espaços escolares e não escolares. O trabalho será elaborado na modalidade de trabalho monográfico.](#) Esta etapa será constituída dos seguintes momentos:



- a) Escolha do objeto de estudo e investigação;
- b) Elaboração do projeto de pesquisa;
- c) Revisão de bibliografias e fontes pertinentes ao tema estudado.

II- Trabalho de Conclusão de Curso II: Elaboração de um trabalho final de curso, contemplando um tema relevante para a área da educação do campo, associando os estudos teóricos com a prática investigativa e pedagógica em espaços escolares e não escolares. O trabalho será apresentado na modalidade de trabalho monográfico. Esta etapa será constituída dos seguintes momentos:

- a) Execução do projeto de pesquisa;
- b) Redação e documentação do trabalho.
- c) Submissão do Trabalho em seminário, com a participação do professor orientador e por docentes (mínimo um) da UFFS que tenha proximidade com o tema investigado

* Texto alterado conforme Ato Deliberativo 1/CCIECCN-ER/UFFS/2017.

Art. 6º A construção do Trabalho de Conclusão de Curso será objeto de desenvolvimento pessoal, podendo a orientação acontecer de forma coletiva, de acordo com a proposta de trabalho do professor orientador.

Art. 7º O acompanhamento do processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso será feito por um professor orientador de TCC e pelo professor responsável pelo componente curricular.

Art. 8º São atribuições do Coordenador de TCC:

- I – Fazer o levantamento das temáticas de investigação junto aos acadêmicos e adequá-las à realidade do quadro de orientadores disponíveis no Curso;
- II– Promover reuniões de estudo e de organização das atividades entre professores orientadores;
- III – Organizar o seminário de apresentação dos TCCs junto com os professores orientadores e fixar o cronograma de apresentação dos trabalhos;
- IV – Emitir a convocação dos orientadores e formalizar o convite aos professores da Universidade que acompanharão as apresentações dos TCCs no seminário;
- V – Supervisionar o trabalho desenvolvido no seminário e coletar os respectivos pareceres e notas emitidos pelos professores convidados.



Art. 9º São atribuições do professor orientador de TCC:

- I - Organizar sua carga horária docente incluindo as horas de orientação de TCC;
- II - Orientar o(a) acadêmico(a) na construção do projeto e do Trabalho de Conclusão de Curso, respeitando as normas de metodologia científica;
- III - Indicar bibliografia adequada à construção do Projeto e do Trabalho;
- IV - Considerar com o(a) acadêmico(a) as reformulações necessárias, orientando-o(a) na fase de elaboração do trabalho;
- V - Organizar o seminário junto com o orientador do TCC, indicando o nome do professor a ser convidado para participar da apresentação do trabalho;
- VI - Coordenar a dinâmica e o desenvolvimento do seminário de apresentação dos TCCs;
- VIII - Formalizar junto ao Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza os resultados da avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso através de entrega da ata do seminário devidamente assinada e com a nota final obtida pelo acadêmico (a);
- IX - Controlar a frequência dos acadêmicos sob sua orientação através de instrumento próprio.

SEÇÃO IV

DA AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 10 O Trabalho de Conclusão de Curso será avaliado pelo orientador do trabalho e coordenador da apresentação e no mínimo mais um professor da universidade.

Art. 11 Os procedimentos para a apresentação do TCC no seminário serão os que seguem:

1. A apresentação será aberta à participação do público;
2. Após a apresentação do trabalho, haverá um momento de questionamento do(a) acadêmico(a) relacionado ao processo de construção e ao conteúdo do trabalho;
3. Cada um dos integrantes que acompanhará a apresentação fará a avaliação pessoal do trabalho a partir dos critérios estabelecidos neste regulamento, devendo após reunir-se para fazer a avaliação conjunta, cuja média aritmética será registrada em ata, contendo recomendações se forem necessárias;
4. O(a) acadêmico(a) que não obtiver média mínima de seis (6,0) estará automaticamente reprovado no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso.



Art. 12 A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso pelos membros que acompanharão a apresentação será efetuada com base no trabalho escrito apresentado pelo(a) acadêmico(a), observando os seguintes indicativos:

1. Clareza na definição do problema;
2. O processo de orientação e de investigação;
3. No corpo do texto:
 - a) relação do objeto com as linhas de pesquisa, ensino e extensão do curso;
 - b) bibliografia utilizada para fundamentar o desenvolvimento do trabalho;
 - c) organicidade, coesão, coerência e implicação pessoal na redação;
 - d) uso das normas técnicas;
 - e) clareza e sistematicidade na escrita e na apresentação oral.

Art. 13 O aluno ficará reprovado nas seguintes situações:

- a) entregar o trabalho final e não realizar a apresentação oral;
- b) obtiver nota final inferior a 6,0 (seis).

§ 1º - Em caso de reprovação, o aluno deverá matricular-se novamente em TCC II.

Art. 14 Os Trabalhos de Conclusão de Curso serão colocados à disposição do público.

Parágrafo único – Os trabalhos nos quais forem comprovados plágios (no todo ou em partes) serão submetidos ao colegiado de curso, o qual decidirá sobre o encaminhamento para o Conselho de Ética para deliberações subsequentes.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15 Este “*Regulamento de Trabalho de Conclusão*” do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza entrará em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado de Curso e pelo Consuni.



Erechim, junho de 2014.



Referências:

AMAU- Associação dos Municípios do Alto Uruguai. <http://www.amau.com.br/municipios>. Acessado em: 12/09/2012.

BRASIL, MEC. Lei 9.394/96 de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer 36/2001, de 04 de dezembro de 2001. Dispõe sobre as diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo.

BRASIL. Parecer nº 9/2001, de 08 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, curso de licenciatura, de graduação Plena. Conselho Nacional de Educação.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 1/2002, de 3 de abril de 2002. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

BRASIL. Parecer CNE/CP 21/2001, de 06 de agosto de 2001. Dispõe sobre a duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

BRASIL. Resolução CNE/CP 01/2002, de 18 de fevereiro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em cursos de licenciatura de graduação plena.

BRASIL. Resolução CNE/CP 02/2002, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

BRASIL. Parecer CNE/CES Nº 67/2003, de 11 de março de 2003. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação.

BRASIL. Parecer n. CNE/CEB Nº1/2006, aprovado em 01 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS).

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2/2008, DE 28 DE ABRIL DE 2008. Estabelece Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4/2010, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer 36/2001: relatora Edla de Araújo Lira. **Diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo.** Processo: 23001000329/2001.



BRASIL. **Lei Estatuto da Criança e do Adolescente.**

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do estado para o meio rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre. **Educação e escola no campo.** Campinas/SP: Papyrus, 1993.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do **Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo.** In: MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo: Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo.** Brasília: DF, 2004. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 5.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO. **Dicionário da Educação do Campo.** RJ/SP. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete **Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais do que Escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAPORAL, Francisco R. (org.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade.** Brasília, 2009.

FAMURS - Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul <http://www.famurs.com.br/index.php/municipios/informacoes-municipais>. Acessado em: 17/09/12.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE do Rio Grande do Sul. http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh.php. Acesado em: 15/09/2012.

IBGE. Censo. http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php. Acessado em: 15/09/2012.

IBGE Censo Agropecuário 2006 - <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/centsoagro/default.shtm>. Acessado em: 15/09/2012.

KOLLING, Edgar J; NERY, Israel J; MOLINA, Mônica C (Orgs). **Por uma educação básica do campo.** Brasília: UnB, 1999.



MOHR, Naira Estela Roesler, VENDRAMINI, CÉLIA, Regina. **A formação técnico-profissional no contexto do MST.** In: Educação/Centro, Universidade Federal de Santa Maria, v. 7, n. 2, 2008.

MORIN, Edgar. Articular os saberes. In: ALVES, N; GARCIA, Regina I. (orgs). *O sentido da escola*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MST. **Dossiê MST Escola – Documentos e estudos 1990 – 2001.** Caderno de Educação n. 13, Edição Especial. Organização: Setor de educação. Cromosete, 2005.

PAVIANI, Jayme. **Problemas de Filosofia da Educação.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

PETERSEN, Paulo. **Introdução.** In: ANA. Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Popular: Rio de Janeiro, 2007.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2007.

SANTOS. C. A. **Educação do Campo e Políticas Públicas no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Educação) Brasília: UnB, 2009.

SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL.
http://www.educacao.rs.gov.br/pse/HTML_estatisticas.jsp?ACAO=acao1. Acessado em: 15/09/12.

VENDRAMINI, Célia. **A escola diante do multifacetado espaço rural.** In: Perspectiva Revista do Centro da Educação. v. 22, n. 1 – jan./jun. 2004. Florianópolis: Editora da UFSC: NUP/CED, 2004.